

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KAIO ADRIANO BATISTA FIDELIS

A carta/letra entre Derrida e Lacan

Belo Horizonte

2018

Kaio Adriano Batista Fidelis

A carta/letra entre Derrida e Lacan

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultural

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Resende Vorcaro

Co-orientadora: Profa. Dra. Alice Mara Serra

Belo Horizonte

2018

150 Fidelis, Kaio Adriano Batista
F451c A carta/letra entre Derrida e Lacan [manuscrito] / Kaio
2018 Adriano Batista Fidelis. - 2018.
133 f. : il.
Orientadora: Angela Maria Resende Vorcaro.
Coorientadora: Alice Mara Serra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Derrida, Jacques, 1930-2004.
3. Lacan, Jacques, 1901-1981. I. Vorcaro, Angela M. R. (Angela Maria Resende) . II. Serra, Alice Mara. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



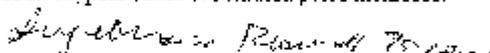
FOLHA DE APROVAÇÃO

A carta/letra entre Derrida e Lacan

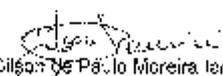
KAIO ADRIANO BATISTA FIDELIS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração ESTUDOS PSICANALÍTICOS, linha de pesquisa Conceitos Fund. Psicanálise Invest. Campo Clínico e Cultural.

Aprovada em 26 de março de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Angela Maria Resende Vitoraro - Orientador
UFMG

Prof(a). Alice Mara Serra
UFMG


Prof(a). Cilson de Paiva Moreira Iannini
UFMG

Prof(a). Carla Rodrigues
UFRJ

Belo Horizonte, 26 de março de 2018.

Para Murillo,
que com a criança que é,
me mostra a cada vez que
“diante de seu sorriso, todo o saber é ridicularizado”
(Agamben, 2017, p. 15).

AGRADECIMENTOS

À Angela Vorcaro pela generosidade com que me abriu diversas portas, entre elas a de sua casa, que se tornou um genuíno espaço de pensamento. Por considerar em suas orientações, meus atropelos, recuos, sobressaltos e também minhas potências. Por fazer da leitura de Lacan o fio com que tece, enoda e trança sua transmissão.

À Alice Serra pelo rigor das aulas e das orientações e pela aposta de que meu trabalho poderia estar sempre um pouco melhor.

À minha mãe, que com a fortaleza e amor de suas palavras e gestos me apoiou em cada uma das minhas decisões. Ao Marquinho, que não mediu esforços para que tudo fosse possível com mais tranquilidade. Aos meus irmãos, Kaique e Kássio, por me apoiarem, cada um a seu modo, acolhendo a distância e o tempo exigidos por esse trabalho.

Ao Thiago Ferreira, que não por acaso vem sem espaçamento da família, pelo amor, amizade e incentivo preciosos, sem os quais preferiria não.

À Luisa Braun pelas risadas, conversas, planos, ombros, empurrões, por acreditar mais em mim do que eu, por ser amiga de todas as horas.

À Olívia Viana, Marcela Reda, Marcus Vinícius Silva e Érica Espírito Santo, pelos momentos de descontração e companheirismo no meio do turbilhão acadêmico.

À Giselle Moreira e Maxsander Almeida, por toparem fazer desse trabalho um pouco deles, em cada rascunho de ideia compartilhado, em cada leitura dos textos escritos, em cada empréstimo de livros e também na boa comida, boa bebida e boas risadas partilhadas, incentivos para seguir em frente.

Ao Jhonatan Miranda por compartilhar os momentos de angústia e pelos eternos cafés pós-almoço.

À Flávia Trocoli pelo narrador.

À Carla Rodrigues pelo aceite do convite para a banca de defesa e pelo demorar.

Ao Gilson Iannini pelas contribuições na qualificação, pelo aceite do convite para a banca de defesa e pela inspiração constante como pesquisador e psicanalista.

Ao Jeferson Machado Pinto por ouvir o contingente e nele ler o necessário. Por dar à psicanálise o peso real da besteira, entre tantas outras.

Ao Diogo Mattos, por apostar comigo na escrita de nossa história

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES

RESUMO

Fidelis, K. (2018). *A carta/letra entre Derrida e Lacan*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Seguindo a aposta de que o desencontro entre Jacques Derrida e Jacques Lacan fornece uma abertura possível da atividade do pensamento e da crítica, analisamos o debate entre esses dois autores sobre a questão do destino da carta no conto *A carta roubada* de Edgar Allan Poe. Partindo da afirmação lacaniana “uma carta sempre chega a seu destino” (Lacan, 1957/1998, p. 45), Derrida (1975/2007) analisa as conclusões lacanianas, apontando ali uma teoria da verdade onde o significante falo toma lugar de significante transcendental, de modo que a análise literária do conto estivesse totalmente impregnada dessa concepção. Derrida apontará ainda as possibilidades de desvio e destrutibilidade da carta/letra aparentemente recusadas por Lacan, inscrevendo em seu trajeto, portanto, uma aporia de indecidibilidade. Tendo como objetivo extrair o irreduzível entre essas duas concepções, nos valem da análise de Derrida ao texto lacaniano para ali apontar o que, a despeito da crítica filosófica, tem função no interesse clínico de Lacan. Para isso, demonstramos através de um percurso nos textos de Lacan como a noção de letra se desenvolve tomando a literatura como companhia indispensável. Acreditamos que essa noção funciona como um operador de leitura tanto na literatura quanto na clínica, mantendo a abertura do texto e do inconsciente como operações convergentes.

Palavras-chave: significante, letra, Derrida, Lacan.

ABSTRACT

Fidelis, K. (2018). *The letter between Derrida and Lacan*. Masters Dissertation. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Following the hypothesis that the mismatch between Jacques Derrida and Jacques Lacan provides a possible opening of thought and critics, we analyze the debate between these two authors on the destiny of the letter in Edgar Allan Poe's *The Purloined Letter*. Starting from the Lacanian assertion "a letter always arrives at its destination" (Lacan, 1957/1999, p. 45, translation by the authors), Derrida (1975/2007) analyzes the Lacanian conclusions, pointing to a truth theory, where the signifier *phallus* takes place as a transcendental signifier, in a way that the literary analysis of this story would be entirely impregnated by this notion. Derrida will point yet to the possibilities of detour and destructibility of the letter/letter apparently refused by Lacan, inscribing in its itinerary, therefore, an aporia of undecidability. With the purpose of extracting the irreducible between these two conceptions, we use Derrida's analysis of the Lacanian text to point there what, despite of the philosophical critic, plays a role in Lacan's clinical concern. In this regard, we demonstrate through a journey into the texts by Lacan how the notion of letter develops itself with literature as indispensable company. We believe that this notion functions as a reading operator in the literature as well as in the Clinic, keeping the openness of the text and of the unconscious as converging operations.

Keywords: signifier, letter, Derrida, Lacan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 DESCONSTRUÇÃO DO SIGNO LINGUÍSTICO E ABERTURA AO PENSAMENTO DO TRAÇO NO PROJETO DA DESCONSTRUÇÃO DE JACQUES DERRIDA.....	27
2.1 <i>Gramatologia</i> : desconstrução do signo linguístico	30
2.1.1 A escrita no campo da linguagem	30
2.1.2 A escrita a partir da desconstrução do signo em Saussure.....	36
2.1.3 A escrita no âmbito da desconstrução	40
2.2 <i>Freud e a Cena da Escrita</i> : a referência freudiana na elaboração do quase-conceito de escrita	44
2.3 <i>O carteiro da verdade</i> : crítica derridiana a Lacan.....	52
2.3.1 Lógica triangular: a exclusão do narrador e a recusa da escrita.....	53
2.3.2 A busca pela verdade do texto.....	54
2.3.3 A fonetização da letra e do significante na escrita	56
2.3.4 A idealidade do falo como significante transcendental.....	58
2.3.5 A indivisibilidade da carta/letra e a materialidade do significante	59
2.3.6 O quadro ou jogo de referências: Poe, Lacan e Derrida.....	60
3 A LETRA EM RELAÇÃO COM O SIGNIFICANTE EM JACQUES LACAN.....	65
3.1 A concepção de significante de Lacan a partir da alteração do signo saussuriano.....	65
3.2 Articulações entre os desdobramentos do ensino lacaniano	70
3.3 A carta/letra em <i>O seminário sobre “A carta roubada”</i>	71
3.3.1 As duas cenas de A carta roubada.....	73
3.3.2 A verdade velada/desvelada e a ficção.....	79
3.3.3 A narração em A carta roubada.....	82
3.3.4 A letra e a materialidade do significante	85
3.3.5 O destino e o desvio	88
3.4 A letra e o narrador em Duras.....	92

4 O ESPAÇO DESDOBRADO DA LETRA EM JACQUES LACAN.....	97
4.1 <i>Lituraterra</i> : a letra como litoral	98
4.2 Resgate de <i>O seminário sobre “A Carta Roubada”</i>	109
4.2.1 Narração e escrita, fala e escrita	109
4.2.2 A impossível escrita da relação sexual	114
4.3 A operatividade clínica da letra no ato de leitura em psicanálise	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

A extensa fortuna crítica que relaciona os trabalhos de Jacques Derrida e Jacques Lacan parte de diversos pontos para apontar as distâncias e as aproximações entre os dois autores. Como assinala Major (2002) a respeito dessa relação, “o trabalho de ambos é marcado por uma proximidade às vezes perturbadora, que muitas vezes cegava, mas também por grandes diferenças que nem sempre se prestam à reapropriação” (p. 181).

Posição parecida assume Johnson (1988), ao aludir à possibilidade de relacionar os seus trabalhos, a partir, por exemplo, da afirmação que “não é como Lacan e Derrida se encontram, mas como se perdem que abre espaço para interpretação” (Johnson, 1988, p. 221)¹.

Desses desencontros é Derrida mesmo quem testemunha em *Pour l'amour de Lacan*, conferência primeiramente proferida em 1990 no colóquio *Lacan avec les philosophes*, posteriormente publicada na coletânea do congresso e no livro de Derrida do qual faremos recurso *Résistances de la psychanalyse*. Tal trabalho se inscreve duplamente como um trabalho em torno de Lacan e como uma homenagem a esse. Ao pronunciar “nós (nos) somos muito amados, Lacan e eu. . .” (Derrida, 1996, p. 60)², é Derrida quem diz em nome dos dois, Lacan e ele, é um eu (Derrida) que pressupõe um nós, sozinho, na arrogância cabida a quem resta à morte do outro e sustenta um nós. Como Derrida (1996) afirma “é sempre eu (*moi*) que diz ‘nós’, é sempre um eu (*je*) que enuncia ‘nós’, supondo em suma lá, na estrutura dissimétrica da enunciação, o outro ausente ou morto ou em todo caso incompetente ou chegando muito tarde para objetar” (p. 61).

Esse nós, para Derrida, apresenta-se como uma modalidade do com, do ser-com ou do fazer-com. Talvez ainda a título de testar o tom de sua voz, como enuncia no início de sua conferência, mas também já circunscrevendo os desencontros entre ele e Lacan, Derrida (1996) evoca como exemplos, “‘nós, os psicanalistas’, ‘nós, os filósofos’. . . ‘nós os psicanalistas, com os filósofos’” (p. 61) introduzindo a separação infinita entre dois, no lugar da solidão, de onde um diz nós.

Em se tratando de um nós reflexivo, recíproco ou especular, a dissimetria incide ainda com mais violência, como acusa Derrida. No “nós nos amamos” é a arrogância prerrogativa do amor que ampara a fala absolutamente só de um que diz em nome do outro, já que para

¹ Todas as referências diretas a esse texto são traduções livres de nossa autoria.

² As referências a esse texto também são traduções nossas.

Derrida (1996) “nós é sempre um dito de um só. É sempre um só que tem a coragem de dizer nós” (p. 61).

Essa dissimetria é tema da seguinte reflexão de Derrida sobre a condição de um amor na separação:

. . . mas como é que se pode amar senão ‘separadamente’? Cada um o outro, mas de cada vez cada um para si, cada um no segredo, cada um em segredo, no mais forte do amor. O outro, no fundo, nada pode saber, nada pode alguma vez aperceber, nem mesmo algo a que se chame ver. Não se pode amar separadamente e não se pode amar senão separadamente, na separação ou no desemparelhamento do par. A uma distância infinita, porque incomensurável: eu não estarei nunca à mesma distância – de ti, que tu, que tu de mim. Não há medida comum, não há simetria. Separação infinita no próprio casal e na paridade do par (Derrida, 1994, citado por Bernardo, 2014, p. 258).

Tomando essa perspectiva, Derrida (1996) resgata os encontros com Lacan em vida. O primeiro encontro ocorreu nos Estados Unidos, mais precisamente em Baltimore, por ocasião do colóquio *The Languages of the Criticism and the Sciences of Man*, onde René Girard, um dos organizadores do evento, os apresentou. Segundo Derrida (1996) as primeiras palavras que Lacan lhe dirigiu foram: “Era preciso então esperar chegar aqui, no estrangeiro, para nos encontramos” (p. 69). Derrida descreve a razão de referir-se ao encontro pelo tema da desterrância da carta/letra que os coloca em oposição em relação ao conto *A carta roubada* de Edgar Allan Poe, que viveu em Baltimore.

Outro debate entre os dois nesse mesmo evento girou em torno da encadernação dos *Escritos* de Lacan. Segundo Derrida (1996), Lacan preocupava-se com a sustentação da encadernação da publicação das mais de novecentas páginas reunidas em um único volume, confidenciando a Derrida: “Você verá, me disse ele, fazendo um gesto com as mãos, isso não vai se sustentar” (p. 70).

Ainda sobre os mesmos *Escritos*, Derrida (1996) se refere fazendo menção ao envio que Lacan lhe faz de seu livro com uma dedicatória no mínimo sugestiva: “à Jacques Derrida, essa homenagem à tomar como lhe aprouver” (p. 70). Segundo Peeters (2013), Derrida teria respondido essa dedicatória com uma carta breve, a única enviada a Lacan:

Recebi os seus *Escritos* e lhe agradeço imensamente. A dedicatória que os acompanhava não podia, como o senhor sabia, me surpreender. Texto inexpugnável, pensei no início. Refletindo, dando minha contribuição, como me convida sua abertura, mudei de ideia: que a dedicatória é verdadeira e eu deveria recebê-la como tal. ‘Verdadeira’ é uma palavra que sei que terá a sua contribuição.

Quanto ao livro, esteja certo de que espero com impaciência que me seja dado tempo de lê-lo. Farei isso com toda a atenção de que sou capaz (Carta de Derrida a Jacques Lacan, 2 de dezembro de 1966, citada por Peeters, 2013, p. 214).

Em seguida, Derrida (1996) recupera o relato de Elisabeth Roudinesco em *História da psicanálise na França (vol. II)*, referindo-se a outro encontro com Lacan, um ano depois de Baltimore, dessa vez um jantar na casa de Jean Piel, cunhado de Sylvia, esposa de Lacan. Ao ser questionado por Lacan sobre os temas aos quais se dedicava, Derrida teria respondido: “Platão, Sócrates, o *phármakon*, a letra, a origem, o *logos*, o mito” (Roudinesco, 1988, p. 437). Ao perceber a estranheza de Lacan, que havia abordado os mesmos assuntos, Derrida escapando da polêmica, testemunha a Lacan um episódio com seu filho Pierre. Para a surpresa de Derrida, a confidência feita a Lacan foi publicizada na conferência *O engano do sujeito suposto saber* posteriormente publicada em *Outros Escritos*. No texto Lacan (1968/2003a) enuncia:

“Eu sou um trapaceiro de vida” diz um garoto de quatro anos, enroscando-se no colo de sua genitora, diante do pai que acaba de responder “Você é bonito” à sua pergunta: “Por que você está me olhando?” E o pai não reconhece nisso (apesar de o menino, no intervalo, o haver tapeado com a ideia de ter perdido o gosto por si mesmo desde o dia em que falou) o impasse que ele mesmo tenta pôr no Outro, ao se fazer de morto. Cabe ao pai que me contou isso ouvir-me aqui, ou não (p. 334).

Comentando a divulgação desse testemunho privado, Derrida (1996) afirma não estar certo sobre a “interpretação arriscada” (p. 69) feita por Lacan e, apesar disso, se interroga se ao fazer dele (Derrida) o pai, Lacan não visava o filho, fazendo dele (Derrida) “o filho que tenta o impasse sobre o Outro se fazendo de morto, como ele disse, ou se fazendo ele mesmo o filho” (Derrida, 1996, p. 69-70).

Ainda a respeito das relações entre os dois, Derrida (1996) indica também duas outras passagens onde Lacan o cita, uma indiretamente e outra nominalmente. A primeira no *Prefácio à edição dos Escritos em livro de bolso*, Lacan (1970/2003) escreve “o que chamo propriamente de instância da letra, anterior a qualquer gramatologia” (p. 387), ao que Derrida responde, afirmando que esse livro nomeado *De la grammatologie*³ “nunca propôs uma gramatologia, uma ciência positiva ou disciplina que carregue esse nome, mas fez um grande esforço para demonstrar em vez disso a impossibilidade. . . de qualquer ciência ou qualquer filosofia carregando o nome de gramatologia” (Derrida, 1996, p. 71).

A segunda passagem remete ao seminário de Lacan *L'insu que sait de l'une-bévue s'aille à mourre* onde, segundo Derrida (1996), Lacan teria cometido uma “imprudência

³ A tradução para o português peca ao substantivizar *De la grammatologie*, vertido para Gramatologia. Retirado o partitivo incorre-se na tendência criticada por Derrida em afirmar a Gramatologia como uma ciência ou filosofia.

compulsiva” (p. 87) ao afirmar que supunha que Derrida estivesse em análise. Derrida (1996) questiona o sentido dessa afirmação, respondendo que apesar de não ter se submetido à análise em seu formato institucional, isso não o impediu de ser “analisante ou analista em minhas horas e à minha maneira. Como todo mundo” (p. 87). Apontando que uma das proposições mais interessantes de Lacan é a de se apresentar na posição de analisante e não de analista diante de seu público, Derrida (1996) interroga como Lacan havia feito rir seu auditório ao insinuar Derrida como analisante, recuando ele próprio (Lacan) do lugar de analisante do qual afirma partir, afinal, como aponta Derrida “ele deveria ser o primeiro a suspeitar dos limites ou das bordas dessas posições” (Derrida, 1996, p. 87).

Ao tratar desses episódios, Derrida (1996) afirma que não o faz para o divertimento ou entretenimento de sua plateia, mas em razão de o assunto de sua conferência ser o encontro, a contingência e o que o reúne a Lacan registrando assim uma assinatura do acontecimento. A relevância desses comentários, partindo de seus desencontros com Lacan, se justifica também, segundo Derrida, pela importância do pensamento de Lacan no espaço intelectual das últimas décadas:

nada do que pode transformar o espaço do pensamento em curso dos últimos decênios não teria sido possível sem alguma explicação com Lacan, sem a provocação lacaniana, da maneira como a recebemos e a discutimos, e eu acrescentarei sem alguma explicação com Lacan na sua explicação com os filósofos (Derrida, 1996, p. 64).

Da parte de Lacan, Miller (2007) retoma as relações entre psicanálise e desconstrução. Em razão da referência feita por Lacan a Derrida em *O seminário, livro 23: o sinthoma*⁴, Miller descreve em uma de suas notas a respeito desse seminário, as relações entre esses dois autores. Reconhecendo a importância das controvérsias, Miller (2007) escreve:

Gostaria de reacender com essas linhas as guerras microcolinas lacano-derridianas, ao passo que a situação presente, caracterizada pelo retorno das ortodoxias, poderia, ao contrário, levar seus alunos a reatar antigas alianças. Lacan e Derrida, cada um é grande em seu gênero, trata-se somente de saber qual. . . . É claro que ainda há muito a dizer para esclarecer Derrida em contraste com Lacan, e vice-versa. Pode-se, é claro,

⁴ Na página 140 desse seminário, Lacan (1975-76/2007) aponta que o nó borromeano, por ele articulado e exposto nesse ano de trabalho, muda o sentido da escrita, tornando possível sua autonomia, fato insistido por Derrida. Além dessa referência de Lacan a Derrida e das acima apontadas por Derrida, constam ainda duas referências conceituais, nos seminários 16 (Lacan, 1968-69/2008, p. 306) e 18 (Lacan, 1971/2009, p. 72) tratando simultaneamente da gramatologia e da arquiescrita e duas outras referências em outros dois textos dos *Outros Escritos* (Lacan, 1968/2003b, p. 346; Lacan, 1971/2003, p. 19) onde Lacan reclama a negligência de Derrida quanto à falta de referência aos termos de seu ensino na invenção de noções como gramatologia e arquiescrita e a atribuição de um discurso universitário confusional a essas invenções. De todo modo, referências indiretas permeiam o ensino lacaniano em diferentes momentos.

defender mais adiante a pertinência da perspectiva escolhida em “Le facteur de la vérité”, mas prefiro contar para isso com os numerosos praticantes da desconstrução, tendo esse texto me distanciando de uma obra da qual eu seguia até na elaboração (p. 234).

Com base no histórico entre os dois autores, acima exposto parcialmente, partimos nessa dissertação para apontar nossa perspectiva nessa celeuma. A análise de Lacan do conto de Edgar Allan Poe *A carta roubada* inscrita em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* é o ponto de partida de Derrida (1975/2007) em *O carteiro da verdade*, para posicionar a análise de Lacan no interior de sua proposta desconstrutiva. Seguindo a proposição de apontar no pensamento filosófico e cultural ocidental expressões do que nomeia logocentrismo e metafísica da presença, Derrida toma o referido texto lacaniano como uma dessas expressões.

No primeiro capítulo dessa dissertação, antes de destacar o exame de Derrida do texto de Lacan, nosso intuito foi indicar como a desconstrução derridiana se configura e a que pensamentos se dirige para marcar as modalidades da presença no interior dos textos trabalhados. Apresentamos também através de que procedimentos Derrida se vale para desconstruir os autores lidos.

Na primeira parte do primeiro capítulo mostramos em Derrida, a partir do que nomeia como desconstrução do signo linguístico, a retomada de Saussure entre outros autores para deslocar a escrita do campo da linguagem, apostando na autonomia da escrita em relação à fala e à linguagem. Além de seguir esse caminho nos textos derridianos, assinalamos na segunda parte desse capítulo, como Derrida se vale dos textos e do pensamento freudiano para apostar numa escrita constituída de rastros (*traces*) e traços (*traits*), recuperando para isso as diferentes figurações do aparelho psíquico formuladas nos textos de Freud. Tal aposta tenciona a possibilidade de uma escrita que escapa dos domínios do campo da linguagem, de modo a questionar a significação e a tradução dos significantes e dos conteúdos psíquicos.

Na terceira e última parte do primeiro capítulo, elencamos os principais pontos de crítica de Derrida a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* de Lacan que de forma geral contribuem para contrapor a sentença lacaniana ao final de seu texto, “o que quer dizer ‘a carta roubada’, ou ‘não retirada’, [*lettre en souffrance*], é que uma carta sempre chega a seu destino” (Lacan, 1957/1998a, p. 45). Para Derrida, a materialidade e indestrutibilidade ideal concedidas à carta/letra por Lacan não se sustentam, indicando em oposição a possibilidade da carta/letra não chegar ao destino. Expomos também a perspectiva de Johnson (1988) sobre a controvérsia em torno de *A carta roubada*, na tentativa de desembaraçar alguns dos mal-entendidos entre a asserção lacaniana e a interpretação de Derrida a respeito dela.

No segundo capítulo, através de um exame detalhado de *O seminário sobre “A carta roubada”* explorando nele os pontos da crítica derridiana, concentramo-nos na relação íntima entre significante e a noção de carta/letra no contexto daquela elaboração, demonstrando que essa relação guarda o privilégio da determinação simbólica do inconsciente através da cadeia significante, interesse clínico ali irreduzível à crítica filosófica.

Na primeira parte do segundo capítulo exploramos o modo como Lacan altera o signo de Saussure para sustentar o significante de maneira própria, ainda que se servindo de sua referência. Na segunda parte destacamos como o ensino lacaniano resiste a divisões e cortes que ignoram as proposições anteriores para na terceira parte pormenorizar *O seminário sobre “A Carta Roubada”* em diálogo com o capítulo anterior a respeito da crítica de Derrida. Na quarta e última parte desse capítulo resgatamos o texto de Lacan em homenagem a Marguerite Duras para, além de estabelecê-lo como ponto intermediário entre *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e *Lituraterra*, destacar os desdobramentos da noção de carta/letra ali presentes e também mostrar como a apreensão da estrutura narrativa e da literatura se modificam no ensino de Lacan, não sem relação com o já estabelecido em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*.

No terceiro capítulo assinalamos em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* e *Lituraterra*, como Lacan desdobra a noção de carta/letra a partir da referência à literatura de vanguarda e ao crescente interesse pela função e efeito da escrita no inconsciente e na clínica psicanalítica.

Como expomos na primeira sessão desse capítulo seguindo detalhadamente o texto *Lituraterra* em cotejamento com o *Seminário 18*, Lacan sustenta a distinção entre o significante e a letra, marcando uma autonomia e insubordinação da escrita. Carregando as formulações em torno da letra como literal, Lacan (1971/2003; 1971/2009) destaca a função dessa noção como litoral entre campos distintos, saber e verdade, saber e gozo, indicando a operacionalização da carta/letra ao destacar o método de saber em fracasso da psicanálise, no destaque contínuo da dimensão de repetição, proposta próxima da letra literal como transporte do significante no que ele demonstra do automatismo de repetição do inconsciente, já inscrita no texto sobre o conto de Poe.

Na sessão seguinte, acompanhamos o resgate feito por Lacan de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* a partir do aforismo “não há relação sexual”, para demonstrar sua abordagem da estrutura narrativa. Tal abordagem, partindo da impossibilidade de inscrição da relação sexual, toma como função dessa estrutura, a narração do circuito de gozo que gira em torno da carta/letra. Esse circuito atesta o limite do operador fálico antes priorizado por Lacan

e marca o efeito de feminização como uma possibilidade de leitura à ilegibilidade do gozo demonstrado pela circulação da carta/letra no conto de Poe sem a revelação do conteúdo daquele escrito.

Ainda nessa sessão, ressaltamos a evidência da separação das diferentes funções da fala e da escrita no inconsciente ensaiada por Lacan como uma possível resposta para a crítica de Derrida quando à hierarquização e privilégio da fala em relação à escrita no trabalho de Lacan sobre Poe.

Por fim, na última sessão do terceiro capítulo, valendo-nos do trajeto percorrido até então, destacamos como extração do debate travado por Derrida e Lacan e pelo desenvolvimento da noção de carta/letra no ensino lacaniano, a operatividade dessa noção no ato de leitura em psicanálise, tendo em vista o saber em fracasso que retira das subsequentes escavações da letra no vazio da escrita, alguma figuração provisória do real do gozo que resiste à apreensão.

Ao final desse trabalho, advertidos do desencontro entre os dois autores e das teorias as quais carregam seus nomes próprios, pretendemos ter contribuído para também destacar o que pode se escrever desse desencontro. Para tanto, sustentamos com Major (2002), a proximidade entre psicanálise e desconstrução a partir do seu ponto em comum, a saber, a possibilidade de serem tomadas como “desafios de tradução e de intraduzível e, portanto, de transferências, de enxertos, de deslocamentos, de uma língua a outra, desafios durante os quais a língua para a qual se traduz se deixa modificar pela língua traduzida” (p. 186). Portanto, esse trabalho inscreve a possibilidade de tomar a “língua da psicanálise” afetada pela “língua da desconstrução”, mantendo nesse entrecruzamento, a tensão contínua entre o intransponível, o intraduzível e o passível de tradução, apropriação ou resposta de Derrida a Lacan e de Lacan a Derrida.

2 DESCONSTRUÇÃO DO SIGNO LINGUÍSTICO E ABERTURA AO PENSAMENTO DO TRAÇO NO PROJETO DA DESCONSTRUÇÃO DE JACQUES DERRIDA

Desde seus primeiros esforços, o projeto filosófico de Derrida intentava a desconstrução da metafísica da presença e do logocentrismo na tradição da filosofia ocidental. Esse caminho se fez possível a partir do reconhecimento das heranças que cancelaram a proposta da desconstrução. Como mostra Rodrigues (2010), a palavra alemã *Destruktion* permite a Derrida, partindo da inspiração heideggeriana da destruição da metafísica como liberação da filosofia dos conceitos herdados da tradição metafísica, propor a desconstrução como uma dessedimentação dos estratos e conceitos solidificados da metafísica da presença.

O que Derrida nomeia de metafísica da presença ou época metafísico-logocêntrica é o que ele reconhece ao longo da história da filosofia como modos de aparição ou apresentação de uma presença – origem, fundamento, estrutura, etc. – valorizada defronte uma ausência; isso aparece em diferentes modalidades como presença do objeto para a consciência, presença da consciência para si, presença temporal do presente, entre outras. Dado o privilégio desse presente atual, Derrida (1967/1994) afirma que a filosofia é sempre filosofia da presença, já que esses diferentes sentidos de presença subsidiam o pensamento consciente, os conceitos de verdade e de sentido priorizados, segundo Derrida, pelo pensamento logocêntrico. Para Bennington (1996), a metafísica da presença pode ser pensada em dois tempos lógicos e históricos, quais sejam

presença, primeiramente, do mundo para um olhar, de uma consciência para ela mesma, de um sentido para um espírito, da vida em si, de uma sensação para um corpo, de uma experiência para uma alma, de um seio para uma boca; ausência, em seguida – o mundo velado, a consciência perdida, o nonsense, a morte, a devassidão, a linguagem, o desmame. Pensando o segundo tempo como derivado em relação ao primeiro, reconduz-se (ainda que seja em pensamento), o complexo ao simples, o secundário ao primário, o contingente ao necessário. (Bennington, 1996, pp. 20-22).

Em seus primeiros textos publicados, partindo da crítica à objetividade e à idealidade do objeto literário, Derrida já operava a desconstrução da metafísica da presença, possibilitada apenas dentro do próprio horizonte da metafísica, com seus conceitos e textos. De maneira a não rejeitar as noções com as quais trabalha, Derrida (1967/2013) afirma tratar-se, ao contrário, de colocar em evidência “a solidariedade sistemática e histórica entre os conceitos e gestos de pensamento que, frequentemente, se acredita poder separar inocentemente” (p. 16).

Essas noções são necessárias para vacilar a tradição à qual pertencem, de forma que nessa estratégia

. . . é preciso cercar os conceitos críticos por um discurso prudente e minucioso, marcar as condições, o meio e os limites da eficácia de tais conceitos, designar rigorosamente a sua pertença à máquina que eles permitem desconstruir; e simultaneamente, a brecha por onde se deixa entrever, ainda inomeável, o brilho do além-clausura (p. 17).

Partindo desses apontamentos, tentaremos nesse capítulo, rastrear em Derrida a desconstrução do signo linguístico através do deslocamento da escrita do campo da linguagem e apresentar a leitura que a partir dos textos freudianos, aposta numa escrita constituída de rastros (*traces*) e traços (*traits*), instaurando o que Derrida vai nomear de quase-conceitos, ferramentas para compreensão da escrita no além-linguagem.

Antes de apresentar os quase-conceitos urge justificar a escolha tradutiva do termo francês *écriture*, a partir de sua dupla possibilidade de tradução por escrita ou escritura. Ao observar o forte apelo religioso que o termo escritura carrega, remetendo às escrituras sagradas, Rodrigues (2016) evoca também o sentido jurídico do termo, associando-o a um valor de verdade, um dos conceitos filosóficos desconstruídos por Derrida. Ademais, Rodrigues (2016) recupera a associação entre escrita em Derrida e na psicanálise, campo que também opta pela tradução por escrita. Como aponta a autora, “essa escrita que é sempre da ordem de uma tentativa não me parece possível na tradução por escritura” (Rodrigues, 2016, p. 8), fazendo alusão ao caráter fora-representação que o termo escrita em Derrida e na psicanálise corporifica.

Tratando da tradução de *écriture*, Perrone-Moisés (2014), assinala o caráter de impossibilidade de sua apreensão no texto de Roland Barthes como um conceito (assim como em Derrida), apontando que deve ser tomada como uma noção em função de seus traços diferenciais agregados. Estendendo a discussão aos textos de Lacan, Derrida, Soller e outros, Perrone-Moisés (2014) acolhe as referências religiosas e jurídicas como dívidas, enobrecimentos e parentescos a serem explorados. Posto isso, Perrone-Moisés (2014) defende a tradução por escritura e a associa a um porvir escritura, desligado do caráter representacional, instrumental, tendo como referência o latim clássico onde “o termo *scriptura* é uma substantivação do particípio futuro ativo de *scribere* (*scripturum, a, um*), significando ‘o que há de escrever, tendo ou havendo de escrever’” (Perrone Moisés, 2014, p. 72).

Além disso, uma breve referência lacaniana nos dá ainda mais elementos para a discussão. Fazendo referência à diferença entre o escrito e a escrita, Lacan (1971/2009) afirma

Fala-se da escrita [*écriture*] como se ela fosse independente do escrito [*écrit*]. É isso que às vezes deixa o discurso muito atrapalhado. Aliás, esse termo *ure*^{*}, que se acrescenta assim, dá bem a perceber de que pileque [*biture*] engraçado se trata, no caso. (p. 74)

Em nota na edição da Zahar, a tradutora Vera Ribeiro aponta: “*De *écriture*, -ure: sufixo da língua francesa que indica que um composto químico é um sal de hidrácido, como em ácido sulfrídrico (*sulfure*)” (Lacan, 1971/2009, p. 74). A passagem lacaniana e o comentário de tradução nos apontam para esse acréscimo do sufixo *ure* não como um acréscimo de sentido, mas de um composto, talvez engraçado, atrapalhado, que diferencia essa escritura de uma escrita comum. Como veremos em Derrida e principalmente em Lacan, assim como Perrone-Móises (2014) apresenta a respeito de Barthes, essa *écriture* está associada a um ganho, um acréscimo de gozo. Assim como o gozo em Lacan, a *écriture* se furta à representação, nos colocando, portanto tal desafio tradutivo.

Apresentados alguns argumentos para ambas as opções, sustentaremos a tradução para escrita, inclusive alterando as traduções citadas. Uma vez indiferenciadas do ponto vista terminológico uma escrita representativa e uma escrita de gozo – experiência impossível ao acrescentarmos escritura, incomum em português corrente – fazemos valer o caráter de indecidibilidade pretendido por Derrida, como Perrone-Móises (2014) confidencia: “Em discussão pessoal sobre o assunto, Derrida me disse que, em seus textos, a ambiguidade da palavra *écriture* deveria ser mantida, pois ele a usa ora num sentido, ora noutro. [Nota acrescentada em 2009]” (Perrone-Moisés, 2014, p. 71, nota 3).

Voltando aos quase-conceitos, eles extrapolam o sentido, a representação e a objetividade atribuíveis aos conceitos *stricto sensu*; são indecidíveis, já que, como descreve Duque-Estrada (2002), habitam as oposições conceituais sem nelas se encerrar ou ainda fundar um terceiro termo. Assim, Derrida (1972/2001) descreve, por exemplo, o *espaçamento* que não é nem o espaço nem o tempo. Esse funcionamento do nem/nem para o filósofo enceta os sentidos de “‘ao mesmo tempo’ ou ‘ou um ou outro’” (Derrida, 1972/2001, p. 50), e operam uma crítica à dialética hegeliana que suprassumiria, em sua concepção, a oposição conceitual, inscrevendo um terceiro termo como resolução da contradição, o que os quase-conceitos derridianos, por sua vez, deixam em aberto, na condição de indecidíveis.

A partir dessa lógica, o conceito de signo se insere como ferramenta para o abalo da metafísica da presença, já que Derrida (1967/2014a) sugere que no momento em que se

pretende mostrar que não há significado transcendental ou privilegiado em relação aos outros e que o jogo da significação não tem limite, dever-se-ia recusar o conceito e a palavra signo, mas isso não se pode fazer, já que signo foi sempre tomado como “signo-de, significante remetendo para um significado, significante diferente do seu significado.” (p. 410). Assim, se a diferença entre significante e significado fosse apagada, seria necessário abandonar a palavra significante, como um conceito metafísico.

2.1 Gramatologia: desconstrução do signo linguístico

2.1.1 A escrita no campo da linguagem

Um dos momentos inaugurais do projeto da desconstrução foi a publicação de *Gramatologia*, em 1967. O intento particular de Derrida era, partindo de uma desconstrução do signo linguístico, primordialmente a partir de Saussure e Rousseau, apontar os limites do conceito de signo, do que dele se deixa apreender na metafísica e também, pensar que condições esse conceito oferece para uma teoria da escrita que faça vacilar essa tradição metafísica logocêntrica, abrindo caminho para um sistema constituído por elementos que abalem a clausura das dualidades dos conceitos metafísicos, tais como: presença e ausência, corpo e alma, fala e escrita, sensível e inteligível, pensamento e linguagem, entre outras.

Desse modo, para a produção dessas críticas, Derrida (1967/2013) afirma que a *gramatologia* – como ciência da escrita – ainda que libere os signos e os dissemine, com todos os obstáculos técnicos e epistemológicos, talvez nunca se concretize sob esse nome, impossibilitando assim a definição da unidade de um programa e de um objeto, limitando os propósitos da mesma obra à escrita de seu método e à descrição de seus limites.

A impossibilidade desse programa constitui-se em face da improvável representação linear atribuída à desconstrução, da qual Haddock-Lobo (2008) recusa a conferência de uma arquitetura específica. Isso não implica, no entanto, uma falta de rigor ou um deslizamento metonímico infinito sem ancoragem qualquer, afinal, a desconstrução presume uma construção prévia, ainda que provisória, sobre o que será desconstruído. Em Derrida isso aparece em sua extenuante leitura desconstrutiva dos filósofos, *com* e *no* texto mesmo.

A estratégia desconstrutiva é destacada por Duque-Estrada (2002) através de três diferentes etapas: apontar a hierarquia subjacente a qualquer dicotomia conceitual; inverter a hierarquia conflitiva e subordinante e, por fim, deslocar do sistema a que pertencem os termos

da oposição conceitual a um outro sistema. Com isso não interessa à desconstrução uma polissemia dos conceitos e uma multiplicação de identidades, mas abre-se espaço para o que Derrida (1972/2001) chama de *disseminação*, um efeito que não se apreende na esfera semântica, já que “a força e a forma de sua ação perturbadora *fazem explodir* o horizonte semântico” (p. 51, grifo do autor).

Portanto, afirmar a gramatologia como uma ciência positiva, só é praticável na desconstrução a partir de um questionamento e mesmo de uma vigília do pensamento metafísico-logocêntrico. Como coloca Freire (2010) “esta ciência só pode ser imaginada a partir do questionamento da cientificidade da ciência, a partir das aporias que a escrita vem evidenciar como constituintes de todo pensamento, a partir da rasura dos conceitos tradicionais” (p. 70). A impossibilidade inscrita na possibilidade de uma ciência da escrita exige, como afirma Haddock-Lobo (2008), uma afirmatividade, uma meditação paciente que investigue rigorosamente o conceito de escrita, apontando a clausura do pensamento metafísico.

De acordo com Derrida (1967/2013), essa provável unidade nos conceitos de ciência e de escrita está atada a uma época histórico-metafísica de clausura. As condições de possibilidade dos conceitos de ciência e escrita e, por consequência, de ciência da escrita, são dados a partir de uma origem e no interior do que é conhecido sob o conceito de signo e das relações entre linguagem falada e escrita.

Em *Gramatologia*, Derrida (1967/2013) seguirá os momentos em que a escrita foi classicamente representada na tradição filosófica, na linguística e em geral na cultura ocidental, como uma ferramenta fora do sistema da linguagem. Principalmente em Saussure, que qualifica a escrita como “significante do significante primeiro, representação da voz presente a si, da significação imediata, natural e direta do sentido (do significado, do conceito, do objeto ideal ou como se queira)” (p. 37).

Nessa perspectiva, o que se entendia sob a rubrica de linguagem durante cerca de 20 séculos, transitou para o campo da escrita. Isso acontece segundo Derrida (1967/2013), de maneira que a escrita deixa de ser uma forma derivada e auxiliar da linguagem, ultrapassando sua extensão, “deixando de designar a película exterior, o duplo inconsistente de um significante maior, *o significante do significante*” (p. 8) ou como define Bennington (1996), “o significante (gráfico) do significante (fônico)” (p. 39). O que Derrida (1967/2013) parece sustentar é uma positivação desse caráter da escrita que antes era tomado como índice que a posicionava como secundária, instrumental e subordinada à linguagem falada. A partir dessa proposição, a escrita não mais definindo a “reduplicação acidental e a secundariedade

decaída” (p. 8), descreveria o movimento do *significante do significante* como apagamento de sua própria produção, onde o significado sempre atua como um significante.

A pretensa secundariedade atribuída à escrita funciona em todo significado em geral, o que para Derrida (1967/2013), é o início da escrita como jogo⁵, onde “não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem” (p. 8). No jogo há um apagamento dos limites nos quais se pretendeu controlar a circulação do signo, e um conseqüente desmoronamento das certezas dos significados que constituíam o campo da linguagem.

As deformações atribuídas à linguagem e apresentadas por Derrida, não são meras contingências, mas Necessidades⁶. Esse movimento, todavia, teria confirmado a escrita nessa função de secundariedade e também instrumentalidade, traduzindo uma fala plena e presente, que interpreta uma fala originária, sem, no entanto, esclarecer a questão da escrita, já que a questão sobre a origem da escrita implica, de certo modo, também a questão sobre a origem e o sentido da técnica.

A ampliação do que é entendido como escrita promove uma dessedimentação das significações surgidas da significação do *logos*, em especial, o sentido de verdade como demonstrado em Aristóteles – onde a voz e a alma têm relação direta – é atado à essência da *phoné*, por sua vez, próxima do pensamento. Derrida (1967/2013) elabora que a voz é “produtora do primeiro significante, ela não é um mero significante entre outros . . . haveria uma relação de tradução ou de significação natural; entre a alma e o *logos*, uma relação de simbolização convencional” (p. 13). A linguagem falada seria então a primeira dessas convenções, enquanto a linguagem escrita fixaria e ligaria ainda outras convenções. A voz se aproxima mais do significado, tanto quando pensado quanto como vivido, assim, a união entre voz e pensamento teria como agente o significante escrito derivado.

A partir dessa relação do sentido com a voz e o som, Derrida (1967/2013) afirma que “a época do *logos*, portanto, rebaixa a escrita, pensada como mediação de mediação e queda na exterioridade do sentido” (p. 15). A palavra queda não aparece aqui de forma contingente, Derrida quer demarcar a degradação de nível que atinge a escrita nesse contexto. O autor descreve ainda a pertença da diferença e oposição entre significado e significante nessa época logocêntrica, que não se restringe a Saussure, mas diz respeito ao modo como a linguagem foi

⁵ Essa noção em Derrida (1967/2014a) está associada ao que a função do centro atribuído às estruturas tenta controlar, o jogo seria o que escapa da clausura estrutural da metafísica.

⁶ De acordo com os tradutores (1967/2013) Renato Janine Ribeiro e Miriam Chnaiderman, foi preciso demarcar em português, a distinção existente no francês entre *besoin* (exigência oriunda da natureza ou da vida social; privação) e *nécessité* (obrigação, coerção), representados respectivamente por necessidade e Necessidade.

entendida de modo geral na história da filosofia. Para Derrida, no entanto, ao sustentar uma “verdade científica” essa oposição não se separa das raízes metafísico-teológicas, carregando com ela a diferença entre sensível e inteligível e também um significado que tenha sua inteligibilidade própria remetendo diretamente ao *logos*.

Ao passo que a tradição tentava extrair do conceito de signo, o sentido, a verdade e a presença, o trabalho da desconstrução, a partir do questionamento da diferença entre significado e significante, consiste em destacar o que nesse conceito está determinado sistemática e genealogicamente pela história da filosofia da presença. Com isso, a intenção do projeto derridiano de desconstrução do signo linguístico é, depois de afirmada a coincidência entre a exterioridade do significante e a exterioridade da escrita, demonstrar a dependência do signo linguístico com relação à escrita. Dado que o signo depende dessa exterioridade e da materialidade que a escrita conserva, não poderia defender-se um ultrapassamento do signo.

Na tradição logocêntrica, a leitura e a escrita, a produção e análise do signo, e o texto entendido como relação entre signos, assumem funções secundárias. Nesse tipo de pensamento, o significado se liga de forma imediata com o *logos* pela mediação do significante e, de modo mediato e derivado, com a exterioridade da escrita.

É a constituição da presença como subjetividade ou como presença a si, como marca Derrida (1967/2013), que opera um corte mais decisivo nos diferentes modos de abordagem da metáfora da escrita. Esse corte condenará a escrita de um novo modo, onde a não-presença será denunciada. Para o autor o exemplar desse momento é Rousseau, que no *Ensaio sobre a origem das línguas* relega a escrita sensível à alcunha de letra morta ao mesmo tempo em que aprisiona a vida, a escrita natural ou divina como metáfora é alçada à dignidade atribuída ao valor, ao sentimento.

A boa escrita, ou escrita total, da natureza, foi sempre compreendida como presença eterna em uma totalidade envelopada por um livro. Esse livro é em si a totalidade do significante, passível de existência apenas com a preexistência de uma totalidade do significante que vigia sua inscrição e seus signos. A escrita, no entanto, se diferencia dessa totalidade suposta ao livro. Essa estranheza entre essas duas ideias anuncia o enfrentamento entre “a proteção enciclopédica da teologia e do logocentrismo contra a ruptura da escrita, contra sua energia aforística e, como precisaremos mais adiante, contra a diferença em geral” (Derrida, 1967/2013, p. 22).

Avançando acerca da desconstrução do signo linguístico, Derrida aponta que a tradição ocidental se organizou a partir da premissa de que a ordem do significado é o avesso da ordem do significante. Nessa relação, o signo deve ser uma unidade heterogênea, já que o

significado não equivale ao significante e nem se constitui em relação ao rastro. A essência do significado estaria então na presença e na relação direta entre *logos* e *phoné*, anteriormente explicitada.

Recuperando Heidegger, Derrida afirma que a voz assume papel fundamental na tradição ocidental, por ser ouvida como o apagamento radical do significante, que não usa de artifícios externos a si, tendo como materialidade sua própria espontaneidade produzida dentro de si. Assim, o apagamento do significante na voz é a própria condição da ideia de verdade, problematização feita em *Gramatologia*⁷. Ainda assim, Derrida mostra que a palavra funciona como a unidade inquebrável entre significado e voz, considerada como experiência do ser, palavra transcendental que permite a atribuição do ser-palavra a todas as outras.

Para a tarefa da desconstrução então, Derrida (1967/2013) indica que é preciso passar pela questão do ser em Heidegger, visitando a onto-teologia até chegar ao pensamento de uma não-diferença e caracterizá-la devidamente. Com o pensamento heideggeriano o sentido do ser não é um significado transcendental, mas um rastro significante determinado, o que acarretaria pensar no conceito de diferença, no que dele deriva o ente e o ser, cabendo-se pensar, mais especificamente no quase-conceito forjado por Derrida, *différance*⁸. Este remete ao duplo sentido da produção do diferir – tanto da distinção, quanto do adiamento – seria mais ‘originária’ ainda que questione a ‘origem’ e o ‘fundamento’ e o sistema da história da ‘onto-teologia’ que procede a um apagamento da diferença.

O que Derrida parece imprimir no quase-conceito de *différance* é justamente toda a problemática trabalhada nos seus textos sobre o rebaixamento da escrita ao longo da história da filosofia, da ciência, da técnica e da cultura no pensamento ocidental. A diferença gráfica entre o *a* e o *e* em *différance* e *différence* é silenciosa, não é dada à presença na fala. A homofonia entre as duas palavras apaga a diferença gráfica e exige que a cada vez que se diga uma das palavras, se diferencie em relação à outra remetendo inevitavelmente à representação escrita, lendo ou escrevendo a diferença entre as letras. Esse movimento foi feito pelo próprio autor no momento da leitura do texto *La différance* na conferência pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de janeiro de 1968.

⁷ Por não ser o assunto central de nosso interesse, não desenvolveremos aqui. Remetemos o leitor ao texto de Derrida, *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl* (1967/1994).

⁸ Apesar dos tradutores da edição consultada optarem pela tradução do termo, o escrevendo como diferença, optamos por manter o original, já que este resguarda o sentido sem maiores interferências. Aqui concordamos com Haddock-Lobo (2008) que também defende a força e a violência da manutenção do termo na língua francesa ao afirmar que “todas as traduções propostas (diferença, diferência, diferansa, *diferença*) não dão conta do movimento da *différance*, qual seja, o da diferença como diferencialidade e ao mesmo tempo da diferença como diferimento” (p. 28), uma vez que não carregam a indistinção fônica como no francês.

A experimentação com esse quase-conceito leva Derrida (1972/1991) a afirmar que a escrita dita fonética só pode funcionar incorporando elementos não-fonéticos, como a pontuação e o espaçamento. Para o autor, o jogo da diferença antes já destacado por Saussure como a condição de possibilidade e funcionamento do signo, é um jogo silencioso, já que a diferença entre fonemas se opera de forma inaudível, apontando para a insuficiência da pureza fonética.

A raiz de diferir no latim indica dois sentidos destacados por Derrida (1972/1991): por um lado, um cálculo econômico que recorre à mediação temporal tendo em conta “um desvio, uma demora, um retardamento, uma reserva, uma representação” (p. 39) denominada pelo autor como *temporalização* e, por outro, um discernimento entre não idênticos, entre elementos outros que produzem “intervalo, distância, *espaçamento*” (p. 39) entre si.

O questionamento da secundariedade e provisoriedade do signo, operado por Derrida (1972/1991), coloca como problema encerrar a diferença no pensamento do signo e também, interrogar a autoridade da presença “ou do seu simples contrário simétrico, a ausência ou a falta” (p. 41). Tomar a diferença como um processo é a consequência extraída por Derrida, já que não pode ser tomada como um conceito, como uma presença tranquilizante suposta a um conceito ou uma fonia.

Desses questionamentos, a busca por uma origem simples das diferenças entre signos é abandonada pela apresentação do quase-conceito de rastro, que opera uma diferenciação contínua fora da busca pelas origens, já que, como indica Bennington (1996), se cada elemento ou signo só possui identidade em diferença a outros elementos, cada um deles carrega o traço daqueles que não é, liberando de um pensamento de uma presença ou passagem de uma presença das origens. Reunindo também os efeitos da *differánce*, Haddock-Lobo (2008) conclui que dela pode-se extrair que não há uma escrita fonética original que preceda a escrita e que não há escrita puramente fonética.

Retomando a *Gramatologia*, Derrida (1967/2013) vai apontar então, como tarefa por vir, o estabelecimento das relações entre a *diffférance* e a escrita. Para isso, a psicanálise parece ser uma das influências e saídas mais profícuas, já que, como o autor afirma:

E o que aqui dizemos da linguística ou pelo menos de um certo trabalho que pode-se fazer nela e graças a ela, não podemos dizê-lo com respeito a toda investigação, *enquanto e na medida rigorosa em que viesse a desconstituir os conceitos-palavras fundadores da ontologia, do ser privilegiadamente? **Fora da linguística, é na investigação psicanalítica que este arrombamento parece ter hoje as maiores oportunidades de ampliar-se*** (p. 26, grifo em itálico do autor e em negrito, nosso).

Mesmo que ainda sem desenvolver as influências da psicanálise no pensamento da desconstrução, a mesma já é apontada como fonte essencial para pensar a escrita para além do campo linguístico. Essa tarefa encontrará passagens ainda em *Gramatologia* e tomará corpo em um texto publicado no mesmo ano, *Freud e a Cena da Escrita*, onde o texto freudiano permitirá o destaque de questões que trabalharemos mais à frente.

Em *A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas*, Derrida (1967/2014a) já posiciona a psicanálise entre outros discursos responsáveis pelo descentramento das estruturas, apontando mais especificamente para “a crítica freudiana da presença a si, isto é, da consciência, do sujeito, da identidade a si, da proximidade ou da propriedade a si” (p. 410). Ainda assim, como aponta Dosse (1993), o estruturalismo foi ponto de ancoragem para a psicanálise se aportar num modelo científico, especificamente nos anos 50, com a influência de Lévi-Strauss e Saussure sobre o pensamento de Jacques Lacan, que para escapar das leituras biologizantes do texto freudiano em voga até então, propôs um retorno a Freud tendo como recurso a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e a linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure. Analisaremos esse caso de forma mais detida no capítulo seguinte dedicado especificamente a Jacques Lacan.

2.1.2 A escrita a partir da desconstrução do signo em Saussure

Para Derrida (1972/1991), Saussure foi um autor da diferença ao pensar a diferença entre os signos. No entanto, de acordo com Derrida, na semiologia clássica ou mesmo na linguística estrutural, a diferenciação entre os signos seria presença diferida, já que na ausência da presença ou na falta de sua apresentação, recorreremos ao signo para significar, diferindo então da possibilidade de posse da coisa mesma. A substituição das coisas pelos signos inscrita nessas teorias seria, portanto, secundária e provisória, “secundária em relação a uma presença original e perdida de que o signo derivaria; provisória perante essa presença original e ausente em vista da qual o signo encontrar-se-ia num movimento de mediação” (Derrida, 1971/1991, pp. 40-41).

Retomando a *Gramatologia*, ao comentar a concepção saussuriana de que o objeto linguístico é constituído não pela combinação de palavra escrita e falada, mas apenas por essa última, Derrida (1967/2013) aponta que mais do que qualificar de que tipo de palavra se trata, o que se deve destacar é que a palavra em si já é uma unidade do sentido e do som, do conceito e da voz, ou em última instância, do significado e do significante, termos que Saussure sugere substituírem os usuais conceito e imagem acústica. Nessa concepção, a

escrita fonética representa o fora, o exterior da linguagem e da idealidade do som, funcionando a partir de unidades de significação já presentes e constituídas.

Derrida (1967/2013) adverte, portanto, que não é o destaque à palavra que retira atenção da escrita, mas deve atentar-se ao fato de que o que é nomeado escrita atende apenas pelas características de uma escrita fonética e que esse modelo e conceito de escrita em Saussure é limitado, já que se inscreve numa divisão saussuriana que compreende sistemas de escritas como sistemas representativos da linguagem oral por meio de palavras ou por meio de elementos fonéticos, restringindo esses sistemas a dois: sistema ideográfico, onde a palavra é representada por apenas um signo, como a escrita chinesa, e o sistema fonético, que reproduz os sons que se sucedem na palavra, baseando-se nos elementos da fala, por meio de sílabas ou alfabetos.

Ao passo que Saussure justificaria sua limitação condicionando seu estudo apenas ao sistema fonético e ao alfabeto grego, Derrida (1967/2013) acredita que esse é um recurso usado por Saussure, já que a condição de atribuição científica à linguística depende de uma delimitação de campo rigorosa, mantendo sua estrutura fechada. A noção representativista de escrita facilita essa exigência, já que pode ser excluída da interioridade do sistema da língua, que presume por sua vez um interior, de onde a escrita será estranha. Assim, Derrida reconhece a linguística saussuriana encerrada na metafísica e, por consequência, na sua grade de conceitos e oposições hierarquizantes: externo/interno, imagem/realidade, representação/presença.

Segundo Derrida (1967/2014a) o caráter metafísico do estruturalismo encontra-se na pressuposição de um centro que, apesar de organizar a estrutura ou diferentes elementos de um sistema, está também fora dessa estrutura que coordena. Para o autor, a ideia de uma estrutura centrada parte de “uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora” (Derrida, 1967/2014a, p. 408), que se constitui não por uma relação natural, mas por uma construção da própria ciência. O centro da estrutura, presente nas ideias do estruturalismo, além de buscar a restituição da origem ou do fim encontrados em modalidades da presença, consiste também numa verdade metafísica transcendental, já que a ele é atribuído um caráter de verdade estável e incondicional.

Isso se manifesta em Saussure, a partir da intenção de proteger e restaurar a pureza da interioridade da língua contra a contaminação vinda de fora pela escrita tomada como um pecado, uma paixão, uma vestimenta da fala. Para Derrida “o fora mantém com o dentro uma relação que, como sempre, não é nada menos do que simples exterioridade. O sentido do fora sempre foi no dentro, prisioneiro fora do fora, e reciprocamente.” (Derrida, 1967/2013, p. 43).

Para que se estabeleça então uma ciência da linguagem é preciso reestabelecer uma ligação natural entre fala e escrita, entre dentro e fora, como lembra Saussure, uma natureza entre signos linguísticos e signos gráficos. Derrida (1967/2013) denuncia um liame natural do sentido aos sentidos, passando do sentido ao som, estrutura que liga significado e significante fônico, condicionando a naturalidade exigida e subordinando a escrita à fala, relação pretensamente natural que a escrita teria invertido impondo-se ao som.

O que Derrida (1967/2013) mostra com Saussure é que a imagem gráfica faz as vezes de modelo, e estabelece uma intimidade entre imagem e coisa, grafia e fonia, assim “a representação ata-se ao que representa, de modo que se fala como se escreve, pensa-se como se o representado não fosse mais que a sombra ou o reflexo do representante” (p. 44). Nessa cumplicidade entre os elementos, Derrida diz ser inalcançável o ponto de origem, o que abriria margem para uma remessa infinita entre os elementos, não havendo, portanto, origem simples. Mesmo que sem nomear, pode-se observar aqui o esboço do que mais tarde se apresentará como o quase-conceito de disseminação, em que representações e imagens se desdobram e se reduplicam e a origem apenas se dá a pensar como diferença.

Em Saussure, subsistem confrontações tanto da língua falada com a escrita fonética quanto com o *telos* da escrita. Derrida (1967/2013) diz que essa teleologia sugere uma interpretação de tudo que não é fonético na escrita como crise ou acidente de percurso. Derrida aproxima as propostas de Saussure e o intuicionismo husserliano, observando que, além dessa proximidade, foram necessárias a Saussure também outras descrições, como a ausência do signatário e a ausência do referente, o que caracterizaria para Derrida a escrita de modo que, “tudo ocorre, então, como se Saussure quisesse *ao mesmo tempo* demonstrar a alteração da fala pela escrita, denunciar o mal que esta faz àquela, e sublinhar a independência inalterável e natural da língua” (Derrida, 1967/2013, p. 50, grifo do autor).

Desconstruindo as acepções saussurianas acerca da escrita, Derrida estabelecerá condições pelas quais negará aquelas proposições. Para ele, a escrita não será exterior ao sistema da língua – como pretende Saussure – enquanto não se aceite que “a divisão entre o exterior e o interior passe no interior do interior ou no exterior do exterior, chegando a imanência da língua a ser essencialmente exposta à intervenção de forças aparentemente estranhas a seu sistema” (p. 52). A escrita também não será imagem ou figuração da língua pelo mesmo motivo, a menos que a natureza, a lógica e o funcionamento da imagem que se pretende excluir sejam reconsiderados. Derrida sustenta ainda que a escrita não é signo do signo, a não ser que a afirmação seja válida para todo signo, sem privilégio de qualquer um, o que parece não se sustentar nas oposições conceituais metafísicas, nem na eleição de

significantes transcendentais que se ligam de forma pretensamente natural à verdade e ao sentido.

Na concepção derridiana, a escrita abrange todos os signos linguísticos, significantes gráficos, significantes escritos e mesmo fônicos. Mas a espacialização dos signos e o jogo regrado das diferenças – ainda que fônicas – entre os significantes, faz-se mais legível no campo da escrita.

Para que a escrita deixe de ser considerada exterior à linguagem, seria preciso que ela reflita/estampe algum aspecto da linguagem, seja ele uma imagem, uma representação, uma figuração etc. Derrida (1967/2013) defende uma recusa da hipótese da escrita como imagem (duplicação ou figuração) da língua, já que Saussure apresenta dois argumentos contraditórios para operar a exclusão da escrita, dizendo primeiramente que a escrita é imagem ou figuração da língua e depois afirma que a escrita e a língua são dois sistemas distintos de signos. Afinal de contas, “o próprio do signo é não ser imagem” (Derrida, 1967/2013, p. 55). Saussure precisou dessa ideia inadequada da escrita como imagem para decretar a exterioridade da escrita, ideia que é descartada logo a seguir.

A ideia de Derrida é de que a escrita permite a desconstrução de todas as outras categorias e aspectos da metafísica logocêntrica. Para tanto, é preciso pensar a escrita como mais exterior à fala – a ideia de ‘imagem’, ‘representante’ ou ‘símbolo’ então é revogada – e como copertencente à fala, que é tomada pelo autor como uma escrita. O conceito de grafia implica que antes mesmo deste ser ligado “à incisão, à gravura, ao desenho ou à letra, a um significante por ele significado” (Derrida, 1967/2013, p. 56) tem-se a possibilidade em todos os sistemas de significação da existência do *rastro instituído*. O que esse rastro instituído põe em questão é a relação ou amarra natural com o significado e com o referente.

Saussure com a fundação da linguística estrutural tenta ultrapassar dois paradigmas pra abordagem do significado que até então se afirmavam, de um lado, uma abordagem no sentido do referente, que todo signo tem um referente na realidade e de outro, um idealismo na abordagem do significado, no sentido de que todo signo remete necessariamente a um objeto mental ou a um significado. O linguista então, inscreve uma tentativa de romper com esses dois paradigmas, pensando o signo apartado da idealidade e da realidade do Outro. A ruptura com o referente por tanto já havia sido operada por Saussure, para Derrida o problemático se encontra então na vinculação com a dimensão ideal.

É importante aqui, alerta Derrida (1967/2013), relacionar o rastro instituído com o pensamento da diferença como um todo, demarcando-se a ausência de um outro presente no rastro. O rastro, seria anterior ao ente: este, antes de ser determinado como presença,

configura-se a partir das possibilidades do rastro, que é sempre ocultado, produz-se como ocultação de si. Três componentes são apresentados por Derrida (1967/2013) então como pertencentes à estrutura geral do rastro: a estrutura da relação com o outro, o movimento da temporalização e a linguagem como escrita. De modo negativo o rastro é então definido:

O rastro de que falamos não é mais *natural* (não é a marca, o signo natural, ou o índice no sentido husserliano) que *cultural*, não mais físico do que psíquico, biológico que espiritual. É aquilo a partir do qual um vir-a-ser-ímotivado do signo é possível e com ele, todas as oposições posteriores entre a *physis* e seu outro (Derrida, 1967/2013, p. 58).

O logocentrismo e a metafísica da presença são desconstruídos ao longo do pensamento derridiano por conter um desejo sistemático de um significado transcendental. Em contraposição a esse desejo incessante, Derrida (1967/2013) propõe a retomada da noção de jogo, que presume a ausência de significado transcendental como ilimitação do jogo, e que resulta em um abalo da metafísica da presença. Para o autor, sem os conceitos de jogo e escrita, qualquer teoria permanecerá retida nos limites de um discurso empirista, positivista ou metafísico.

Desse ponto, Derrida parte para um questionamento de quais elementos seriam necessários para afirmar a língua como uma espécie de escrita, ao retomar essa afirmação no texto de Saussure. Opondo Saussure a ele mesmo, Derrida (1967/2013) extrai dos textos do linguista, a ideia de que, antes de uma figuração, o signo linguístico implica uma escrita originária; partindo dessa afirmação, é à diferença como fonte de valor linguístico que Derrida recorrerá. A diferença aqui é pensada não como uma plenitude sensível, sua Necessidade contradiz a natureza fônica da língua e interroga a dependência natural do significante gráfico em relação ao fônico.

2.1.3 A escrita no âmbito da desconstrução

O quase-conceito de escrita proposto por Derrida (1967/2013), poderia ser, segundo o mesmo, denominado arquescrita, para diferenciar-se do conceito tradicional de escrita. Essa nova noção se funda no pensamento de que a pretensa derivação da escrita só foi possível com a inexistência de uma linguagem original, que deveria ser ela mesma uma escrita. Esse caráter de *arquia*, de origem, portanto, não pretende restituir uma escrita original, anterior em origem a qualquer outro sistema, dado que é justamente o que Derrida pretende desconstruir. Como resgata Freire (2010) a arquescrita marca a restituição de uma inconsciência

fundamental e do espaçamento/temporalização inerente à *différance* “a pausa, o branco, a pontuação, o intervalo em geral que marcam no texto o não-percebido, o não-presente, o não-consciente” (p. 57), constituindo um sistema diferencial de rastros. A escrita em Derrida nunca será objeto, portanto, de uma ciência, já que não se pode deixar reduzir à forma da presença. O rastro fortalece essa posição ao ser definido em seu movimento de temporalização e espacialização, ao escapar da objetividade comum atribuível às ciências clássicas.

A escrita como movimento da *différance* – partindo de seus três princípios acima determinados, temporalização, relação ao outro e à linguagem – não pode fazer parte de um sistema linguístico, ser tomada como objeto de um campo, não acrescentando em nada para descrições científicas, positivas ou imanentes. Para além da definição da palavra escrita submetida à desconstrução, Derrida (1967/2013) justifica essa operação também partindo de uma experiência, ainda que esse termo seja colocado entre parênteses por determinar presença. A partir da experiência de escrita todo um novo campo de experiência poderá ser descoberto, como defende Derrida, ao propor a Necessidade de um percurso, que deixa no texto um sulco.

No movimento de definição do rastro, Derrida (1967/2013) afirma que sua razão é estabelecer melhor o sentido da *différance*. Não se trata da diferença em si, mas do movimento que a produz, de modo que

o rastro (puro) é a différence. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível, audível ou visível, fônica ou gráfica. É ao contrário, a condição destas. Embora *não exista*, embora não seja nunca um *ente-presente* fora de toda plenitude, sua possibilidade é anterior, de direito, a tudo que se denomina signo (significado/significante, conteúdo/expressão, etc.), conceito ou operação, motriz ou sensível. Esta *différance*, portanto, não é mais sensível que inteligível, e ela permite a articulação dos signos entre si no interior de uma mesma ordem abstrata – de um texto fônico ou gráfico por exemplo – ou entre duas ordens de expressão (p. 77, grifos do autor).

Derrida (1967/2013) segue afirmando que a *différance* permite articular fala e escrita, além de fundar as oposições metafísicas sensível e inteligível, significado e significante, expressão e conteúdo, entre outras. Para ele, é o fato da língua ser já uma escrita que permite a existência de uma notação derivada e do problema das relações entre fala e escrita.

Anterior a qualquer distinção metafísica, sob a égide do rastro não se pode estabelecer nenhuma hierarquia, ao ponto que nenhum conceito da metafísica pode descrever o rastro, princípio de liberação da escrita da clausura da linguagem. A escrita da diferença, tecida de

rastros é a origem da experiência do espaço e do tempo e permite a diferença entre os dois articular-se de modo que uma cadeia gráfica se entrelace com uma cadeia falada.

A noção de impressão psíquica, nome dado por Saussure para a imagem acústica ou para o significante, teria relação direta com a articulação, já que como aponta Derrida (1967/2013), a diferença entre o sensível aparecendo e seu aparecer vivido (imagem psíquica) é o que permite a síntese temporalizadora operar permitindo o aparecimento das diferenças em uma cadeia de significações. Dada essa ideia de tempo, o rastro não se resume na simplicidade do presente, já que tanto a protensão quanto a retenção são importantes em mesma medida. Isso permite questionar também as ideias de presente, passado e futuro, já que não descrevem adequadamente a estrutura do rastro. O autor nos lembra que não se trata também de complicar a estrutura do tempo, de modo a conservar sua sucessividade e homogeneidade separando-as em suas pretensas originalidades.

Como Derrida (1967/1994) indica em *A voz e o fenômeno*, protensão e retenção são modos da temporalização em Husserl. Toda impressão tem uma fase de retenção e uma fase de protensão. Toda fase do presente desagua numa retenção, que sua vez pode ser reatualizada. Para Derrida isso é a afirmação de uma filosofia da presença e do presente vivo. Como aponta Serra (2010), a leitura de Derrida que identifica a fenomenologia de Husserl como uma filosofia da presença parte desse ponto, do modo temporalizante de permitir o retorno daquilo que foi percebido. Derrida (1967/1994) destaca em Husserl uma estrutura temporal vinculada a essa filosofia da presença, ainda que tome o signo enquanto indicação (*Anzeigen*) como possibilidade de desconstrução da leitura idealista do mesmo Husserl, já que a indicação possibilita uma amplitude de remissões e significados, assim como o traço derridiano que “busca preservar o caráter disseminador do mesmo, em suas múltiplas direções de associação, mas também de dissociação, ruptura e perda” (Serra, 2010, p. 13). A diferença em relação a Freud, é que no pensamento deste, a fragmentação impede a reatualização em si daquilo que não é mais presente, o que Husserl tomaria como um absurdo, de acordo com Derrida (1967/1994).

O conceito de *nachträglich* de Freud cumpre responder melhor às operações de temporalização aqui trabalhadas. É nele que Derrida (1967/2013) se debruça para descrever o espaçamento da escrita: “o *espaçamento* (notar-se-á que esta palavra afirma articulação do espaço e do tempo, o vir-a-ser-espaço do tempo e o vir-a-ser-tempo do espaço) é sempre o não-percebido, o não presente e o não-consciente” (p. 83). A arqui-escrita age sobre o funcionamento do espaçamento, e não de uma pretensão fenomenológica de descrição do signo que não dá conta da estrutura do rastro. Assim nenhuma intuição pode aparecer onde

“os ‘brancos’ na verdade assumem a importância” (Prefácio ao *Coup de dés*, como citado em Derrida, 1967/2013, p. 84).

O espaçamento como função da escrita articula o vir-a-ser-ausente e o vir-a-ser-inconsciente do sujeito “pelo movimento de sua deriva, a emancipação do signo retro-constitui, o desejo da presença. Este devir – ou esta deriva – não sobrevém ao sujeito que o escolheria ou nele se deixaria passivamente arrebatado” (Derrida, 1967/2013, p. 84). A ausência do sujeito da escrita implica a ausência da coisa ou do referente. O que Derrida (1967/2013) propõe tem por consequência a impossibilidade da produção de uma plenitude de presente ou presença absoluta no signo, mais precisamente na unidade entre significante e significado, “daí por que não há fala plena, quer se queira restaurá-la por ou contra a psicanálise” (p. 85).

Por ter sido necessária, o autor exclama que não podemos tratar a distinção significante/significado como contingência ou comodidade. O significado sempre remeteu a um “ente criado ou, de qualquer forma, primeiramente pensado e dito, pensável e dizível no presente eterno no *logos* divino” (Derrida, 1967/2013, p. 89).

Tendo relação com a fala de um espírito infinito através do significante, o significado, sob a égide da filosofia da presença tem relação direta com “o *logos* divino que o pensava na presença para o qual ele não era rastro” (Derrida, 1967/2013, p. 89). A linguística moderna, de acordo com Derrida (1967/2013), toma o significante como rastro no mesmo gesto em que o significado é um sentido possível de presença plena de uma consciência intuitiva. Por ser distinguida originariamente da face significante, a face significada “não é considerada como rastro: de direito não tem necessidade do significante para ser o que é” (p. 90). Assim, a evocação dessa noção de significado pensável e possibilitado fora de qualquer significante se mantém na metafísica logocêntrica. Desse modo, é o conceito de signo que deve ser desconstruído no pensamento da escrita, de modo a abalar a totalidade da segurança presente no logocentrismo. Logo

o rastro afeta a totalidade do signo sob suas duas faces. Que o significado seja originário e essencialmente (e não somente para um espírito finito e criado) rastro, que ele seja *desde sempre em posição de significante*, tal é a proposição aparentemente inocente em que a metafísica do *logos*, da presença e da consciência deve refletir a escrita como sua morte e seu recurso. (Derrida, 1967/2013, p. 90).

Ao localizar operações e agenciamentos de conceitos da psicanálise, como recalque, desejo, investimento, *nachträglich*, a desconstrução derridiana abre a possibilidade do pensamento da escrita que faça uma crítica direta à metafísica, sobretudo a partir da

desconstrução do conceito de signo. Derrida reconhece do mesmo modo os limites e alcances desse conceito, já que só dentro de seu espectro, partindo de sua acepção epistêmica, científica e positiva, pode-se apontar para seu além.

O que Derrida (1967/2013) sinaliza e propõe aqui, não deve ser tomado como regras gerais de funcionamento, explicações hermenêuticas ou fenomenológicas para o vasto campo da escrita, mas o sentido de que a partir das considerações, implicadas nas chaves de leituras e proposições desconstrutiva, possamos questionar acepções restritas.

Pretendemos na seção seguinte, restituir parcialmente um passo simultâneo ao gesto da *Gramatologia*, qual seja, indicar de forma mais incisiva o caminho percorrido por Derrida em relação à teoria freudiana que lhe permitiu tomar a psicanálise como herança fundamental e companhia indispensável.

2.2 Freud e a Cena da Escrita: a referência freudiana na elaboração do quase-conceito de escrita

O advento do inconsciente, os conceitos freudianos e a nova concepção de temporalidade que subvertem a apreensão dos objetos foram importantes para localizar o gesto de Freud como referência essencial ao pensamento derridiano. Duplamente reconhecendo na psicanálise, elementos que não a limitam no logocentrismo, e vislumbrando nos textos de Freud uma cena da escrita, *Freud e a Cena da Escrita* também nos permite, partindo de nossa leitura anterior de *Gramatologia*, identificar nesses mesmos elementos, o que deles autorizam Derrida a propor uma escrita que ultrapasse o logocentrismo e contenham a ruptura epistêmica que Freud dispõe em seus conceitos.

Freud autorizaria Derrida, como demarca Safatle (2014), a pensar uma psique independente de uma gramática da presença, desvinculada do homem, da consciência e do sujeito, conceitos desconstruídos por Derrida. A conceitualidade freudiana implicaria então, outro regime linguístico, observado por Derrida na escrita psíquica. Nesse modelo, a memória é essência e constitui-se por rastros “daquilo que nunca foi totalmente presente à consciência” (Safatle, 2014, p. 19). Vislumbrando as influências de Freud na *Gramatologia*, no questionamento do homem e do sujeito como modos de presença, ao transcendentalismo e à época histórico-metafísica presente na leitura desconstrutiva de Derrida como um todo, Safatle (2014) afirma que desse novo regime inspirado pela cena da escrita do inconsciente e de suas formações resulta uma reinscrição psíquica contínua dos traços sem cena de origem.

Percorrendo do *Projeto de uma psicologia científica* (1895/1995) à *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (1925/2011), Derrida (1967/2014b) reconhece a passagem de um sistema de rastros que Freud teria pretendido como natural e onde a escrita está facilmente fora de cena para um sistema que pode, unicamente ser representado pela estrutura e pelo funcionamento de uma escrita, que vai se aperfeiçoando nos textos freudianos.

A preocupação concernente ao *Projeto* era, segundo Derrida (1967/2014b) representar um aparelho psíquico capaz ao mesmo tempo da permanência do traço mnêmico e da capacidade de renovação da estrutura receptiva da memória, o que seria levado a cabo apenas no *“Bloco Mágico”* (1925/2011). Como Derrida nos lembra, as hipóteses apresentadas nesse texto inicial de Freud são destaque se metaforizarmos suas asserções, deslocando-nos de descrições puramente neurológicas.

Freud (1895/1995) recusando a diferenciação da ciência neuronal da época entre células de percepção e células de recordação nomeia como grau de facilitação ou trilhamento a capacidade de mudança das barreiras de contato entre os neurônios, indicando a resistência na alteração da quantidade de movimento. Freud supõe a função retentiva da memória a partir dos diferentes graus de facilitação ou resistência que determinam a predileção por certas facilitações. De acordo com o autor *“a memória apresenta-se através das diferenças nas facilitações entre os neurônios Ψ .”* (Freud, 1895/1995, p. 14, grifo do autor).

A facilitação então dependerá da relação entre a quantidade que passa pelo neurônio e a frequência de repetições desse processo. Dadas as diferenças de graus de facilitação, há o estabelecimento de caminhos preferenciais, de modo que haja uma escolha de facilitação onde a energia passe mais facilmente sem maiores impedimentos por neurônios não ocupados. Aqui há uma abertura para Freud da capacidade do sistema nervoso de reter e manter-se receptivo, tema posteriormente retomado em *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (1925/2011), onde encontrará na estrutura daquele brinquedo, o acabamento daquilo que se apresenta de forma dedutiva no *Projeto*, como marca Derrida.

Disso retira-se a concepção da memória como a diferença entre as facilitações. O traço mnêmico será retido a partir dos caminhos preferenciais trilhados, dadas as resistências encontradas em outros caminhos preteridos. Tomando a memória como ideia chave do psiquismo em Freud, Derrida (1967/2014b) argumenta que não há facilitação pura sem diferença, de modo que, o traço mnêmico não é um elemento recuperável como algo presente, ele é na verdade, a diferença invisível entre as facilitações.

Como reconhece Derrida (1967/2014b), ainda que a dupla função de retenção e capacidade de recepção decorrente do novo modelo neuronal freudiano – destacando aqui a

facilitação – não seja tratado como escrita, no *Projeto* já há um esboço de resposta para essa exigência contraditória. Parte desse esboço encontra-se na diferenciação entre os neurônios, nos quais Freud observa um grupo que precedem não de quantidades, das quais são incapazes de receber, mas de uma característica temporal descontínua, já que reconhecem o período de excitação, onde todo neurônio funciona com completa facilitação, propagando o movimento a todas as direções.

O que o *Projeto* responde nesse percurso destacado por Derrida (1967/2014b) é a representação de um psiquismo pela via do espaçamento – esse descontínuísmo duplamente temporal e espacial verificado no período de excitação – por meio de “uma topografia de traços, por um mapa das explorações” (p. 302), descrevendo o funcionamento desse sistema de diferenças.

O passo seguinte entrevisto na *Carta 52*, consiste na passagem do traço à escrita, na reconstituição gráfica do sistema do *Projeto* e mesmo, como observa Derrida (1967/2014b) na transição do neurológico ao psíquico. Através das noções de signo (*Zeichen*), inscrição (*Niederchrift*) e transcrição (*Umschrift*) forjadas por Freud (1896/2016) nessa carta, a comunicação do traço e do retardamento (originalmente reestabelecidos a partir dos ‘signos’ da memória) bem como os signos verbais se colocam num sistema de escrita estratificada. Serra (2010) observa que a novidade apreendida por Derrida nessa carta de Freud é que, essas inscrições e transcrições dirigem uma escrita quase independente, inapreensível, “somente modificada, mediata e parcial” (Serra, 2010, p. 11). Esse é o passo inaugural do que poderá ser tomado por Derrida como escrita.

Em direção à *Intepretação dos Sonhos* (1900-01/2014) “a metáfora da escrita vai apoderar-se ao mesmo tempo do problema do aparelho psíquico, na sua estrutura, e do problema do texto psíquico, na sua textura” (Derrida, 1967/2014b, p. 304). Essas representações se encontrarão caso – e foi o trabalho de Freud a partir de *Interpretação* – se interprete temporal, tópica e formalmente o sonho como caminho de regresso numa paisagem de escrita, não a partir de uma simples transcrição, mas de “uma litografia anterior às palavras” (Derrida, 1967/2014b, p. 304). Para Derrida, aqui já se esboçava em Freud o projeto para o modelo topográfico apresentado mais tarde em *Nota sobre o “Bloco Mágico”*, ou seja, a ideia de estratificação sugerida por Freud aqui seria o esboço das camadas apresentadas no bloco, especialmente as diferenciações entre os sistemas psíquicos.

Para o filósofo (1967/2014b) em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900-01/2014) postula o sonho como uma escrita original, já que se serve das palavras, sem, no entanto, se submeter a elas. O autor ainda afirma que dos escritos freudianos é possível depreender a

escrita psíquica, que segue as já abordadas facilitações, em sua originalidade irreduzível. Segundo Derrida (1967/2014b), a partir do sonho, o sujeito inventa uma gramática própria, não havendo significado central, significante privilegiado ou texto preliminar, marcando, portanto, a impossibilidade de leitura ou decifração a partir de quaisquer códigos.

Dessa impossível decifração observada na escrita onírica ou psíquica proposta por Freud, Derrida (1967/2014b) afirma a escrita no seu sentido amplo, escrita visível ou no mundo, como apenas uma metáfora. Dada a originalidade da proposição freudiana, na escrita de modo geral, “a diferença entre significante e significado nunca é radical” (p. 308). Para o autor, pelo fato da experiência inconsciente não retirar significantes de outro lugar, mas produzir “sua significância” (p. 308), não se trataria na verdade, de significantes. Assim:

Não há tradução nem sistema de tradução, a não ser que um código permanente permita substituir ou transformar os significantes conservando o mesmo significado, sempre *presente* apesar da ausência deste ou daquele significante determinado. A possibilidade radical da substituição estaria assim implicada pelo par de conceitos significado/significante, portanto pelo próprio conceito de signo. Nada muda no caso de, com Saussure, só distinguirmos o significado do significante como as duas faces de uma mesma folha. A escrita originária, se é que existe uma, deve produzir o espaço e o corpo da própria folha (Derrida, 1967/2014b, p. 308).

Mesmo que Freud proponha códigos ou interpretações em diferentes momentos de sua obra, Derrida (1967/2014b) afirma que isso aparece senão de forma delimitada, já que os conceitos de tradução (*Übersetzung*) e de transcrição (*Umschrift*) no contexto do aparelho psíquico supõem um texto fixo, presente, impassível, transportado sem qualquer perda de um sistema – consciente, pré-consciente, inconsciente – para outro. A pretensão de um texto presente no inconsciente, transportado para uma instância consciente, afeta diretamente a concepção de inconsciente, já que, segundo Derrida (1967/2014b) com a temporalidade *a posteriori* (*Nachträglich*) instituída por Freud, não podemos pensar o texto inconsciente como presença, mas sim, constituído de traços e diferenças, do que sempre foi transcrição, nega-se, portanto, ao mesmo tempo a origem e a presença desses traços.

O *a posteriori* freudiano inicialmente formulado na pesquisa sobre a histeria, como recuperado por Serra (2010), fundamenta também nos processos psíquicos a constituição, associação, individuação, afluência ou desvio à consciência de conteúdos que independem “de serem apropriados pelo eu e de se desenvolverem de modo atencional” (Serra, 2010, p. 10). Para a autora, a leitura de Derrida desse movimento de conteúdos psíquicos como espacialização e temporalização, ocasionando em movimento desses traços psíquicos em novas vias, oferece inspiração para a formulação da *différance*, uma vez que esse quase-

conceito também “escapa a uma ideia de tempo contínuo e igualmente não se deixa pensar segundo uma ideia de presença proveniente da percepção, como presença que fosse apreendida e passível de reapropriação em atos subsequentes” (Serra, 2010, p. 11).

Como aponta Derrida, o *a posteriori* freudiano pode significar também, suplementar, acrescentar, suprir, o que questiona a relação entre primário e secundário, presente e passado no sistema psíquico. Desse modo, Derrida se autoriza do texto freudiano para apontar

Que o presente em geral não seja originário mas reconstituído, que não seja a forma absoluta, plenamente viva e constituinte da experiência, que não haja pureza do presente vivo, é o tema, formidável para a história da metafísica, que Freud nos leva a pensar através de uma conceptualidade (*sic*) desigual à própria coisa. Este pensamento é sem dúvida o único que não se esgota na metafísica ou na ciência. (Derrida, 1967/2014b, p. 311)

Repensar o movimento consciente-inconsciente implica, em outra via dessa mesma mão, que repensemos o movimento inconsciente-consciente, de modo que a passagem para a consciência não implique uma transcrição do texto inconsciente. Em última instância, esses questionamentos colocam em cheque a própria textualidade presente na escrita como entendida de modo geral, de maneira que sua caracterização como ferramenta tradutiva da fala plena aqui possa vacilar. Como formula Derrida (1967/2014b) a escrita psíquica é passível apenas de uma tradução precária, de deslocamento por espaçamento, que gera modificações e de significações provisórias.

O modelo da facilitação no *Projeto*, a escrita psíquica apreendida da *Interpretação* e a temporalidade *a posteriori* proposta por Freud intercedem de certa maneira para a precariedade tradutiva e transcritiva dos conteúdos psíquicos. Essas noções questionam todo modo, a fixidez de um conteúdo presente em uma localidade tópica posteriormente transposta a outra, além de abalar, como queria Freud, um desvelamento de sentido, que na verdade apareceria “depois de um caminhar de toupeira, depois do labor subterrâneo de uma impressão” (Derrida, 1967/2014b, p. 314). É na itinerância e na errância do traço que produz um caminho, que Derrida crê possível uma escrita afastada da transcrição de sentido inerente ao conceito de signo.

Mesmo que, apostando na energética para se deslocar de uma tópica da tradução, Freud não abdicou da localização, mas o fez como aponta Derrida (1967/2014b), de maneira que não se trate de uma circunscrição anatômica dos movimentos psíquicos, mas de uma consecução temporal desses acontecimentos. Nessa constituição Derrida reconhece a característica de espaçamento, onde o devir-espaço do tempo acarrete em uma localidade

original fora da “linearidade do tempo lógico, do tempo da consciência ou da pré-consciência, do tempo da ‘representação verbal’” (Derrida, 1967/2014b, p. 318).

Para tratar então das relações lógico-temporais do sonho, Freud recorre com frequência à metáfora da escrita, de modo que o discurso falado, o texto fonético passa a ser mero acessório, o que leva Derrida (1967/2014b) a concluir que “a cadeia fônica pura, na medida em que implica diferenças, não é ela mesma uma continuidade ou uma fluidez puras do tempo. A diferença é a articulação do espaço e do tempo.” (p. 321). O espaçamento constitui todo modo a cadeia fônica e a cadeia de escrita fonética, expressando-se no sonho ao compor uma estrutura estratificada do tempo, o que ratifica a proposição de Derrida da similitude estrutural entre escrita e sonho, escrita e psíquico.

Os hieróglifos trazidos por Freud (1900-01/2014) em auxílio à análise do sonho e a escrita, de um modo geral, reconhecidos por Derrida (1967/2014b) explicitam a variedade de funções e modos de aparição do signo no sonho, de modo a escapar da prescrição de uma essência do signo, emergindo, ao contrário, do jogo da diferença. É Freud (1900-01/2014) mesmo quem afirma que dada essa multiplicidade na cena do sonho, seu trabalho não é feito para ser compreendido, o que faz coro ao que destacamos como a intraduzibilidade e a significação impossível da escrita entendida através dos textos freudianos.

O percurso derridiano nos textos de Freud encontra em *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (1925/2011) o passo derradeiro. Ainda que as esperanças de Freud quanto à promessa de que esse instrumento – atualmente banal, apenas um brinquedo antiquado – ocupasse o lugar das folhas de papel, o valor da análise freudiana ainda carrega força pela analogia com a estrutura do aparelho psíquico que fosse capaz da já referida dupla função, recepção contínua de novos traços mnêmicos e conservação infinita.

Dessa analogia montada por Freud, Derrida (1967/2014b) destaca a estratificação das superfícies naquela máquina que acarreta na “profundidade infinita na implicação do sentido, no envolvimento ilimitado do atual” (p. 328). O autor mostra que ao passo que as outras superfícies de escrita representavam apenas a materialização da camada perceptiva do aparelho psíquico, o bloco mágico representaria o aparelho como um todo, já que a tábua de cera acrescentaria ao já representado pré-consciente, o inconsciente.

Se até então, nos sistemas de escrita tratava-se apenas do espaço, da extensão e de seu volume, o bloco mágico oferece a vantagem de acrescentar aí o tempo da escrita no momento em que Freud, como demonstra Derrida (1967/2014b) conecta suas hipóteses anteriores ao descontínuo, à periodicidade e ao espaçamento da escrita. Aqui, o *a posteriori* freudiano

encontra ressonância direta na *différance* derridiana, ao tratar da homologia entre o bloco e o aparelho psíquico, já que

a temporalidade como espaçamento não será apenas a descontinuidade horizontal na cadeia dos signos, mas a escrita como interrupção e restabelecimento do contato entre as diversas profundidades das camadas psíquicas, o material temporal tão heterogêneo do próprio trabalho psíquico. Não encontramos aí nem a continuidade da linha, nem a homogeneidade do volume; mas a duração e a profundidade diferenciadas de uma cena, o seu espaçamento (Derrida, 1967/2014b, p. 330).

Essa “cena da escrita” se fará a partir da produção do período de desaparecimento dos traços no momento da escrita, como esclarece Derrida (1967/2014b), uma vez que o momento da constituição do traço é ao mesmo tempo momento de repetição e de seu desaparecimento, dado que como mostramos anteriormente com *Gramatologia*, o traço apaga sua própria origem no momento mesmo de sua inscrição. É também na sua impressão que o traço mostra sua legibilidade e sua ilegibilidade, já que como visto anteriormente, a restituição impossível de sua origem coloca em jogo o problema da significação infinita.

Para Derrida (1967/2014b) a noção clássica de sujeito e o arsenal conceitual ultrapassado dos pares código-mensagem e emissor-receptor, não conseguem responder a essa cena da escrita. Mesmo que, como pensou Freud, a maquinaria do aparelho psíquico não ande sozinha, segundo Derrida esse movimento independente não diz respeito a representação mecânica do aparelho psíquico ou sua imitação, mas sim ao próprio aparelho, já que a representação implica diretamente em morte. Aqui pode observar-se ao mesmo tempo o limite do bloco mágico e sua função, qual seja, apenas representação, posto que “a vida como profundidade só pertence à cera da memória psíquica” (Derrida, 1967/2014b, p. 333).

Embora considere o conceito freudiano de traço ou rastro (*Spur*) ainda retido na metafísica da presença, especialmente desdobrados nos conceitos de consciência, inconsciente, percepção, memória e realidade, é desse contexto de elaborações freudianas que Derrida o extrai para afirmar nele “a desaparecimento de si, da sua própria presença, é constituído pela ameaça ou pela angústia da sua desaparecimento irremediável, da desaparecimento de sua desaparecimento” (Derrida, 1967/2014b, p. 336). Esse desaparecimento é para o autor, a própria estrutura do traço no movimento de sua temporalização.

Assim, Derrida (1967/2014b) evidencia a necessidade da “radicalização do pensamento do traço” (p. 336, grifo do autor) ao alargar sua extensão para além da desconstrução do logocentrismo ocidental, alcançando diferentes campos e setores da escrita no campo da cultura. Para tanto, o autor afirma que a fecundidade do estudo do pensamento

do traço atingiria a psicopatologia da vida cotidiana, ao considerar a originalidade dos lapsos de escrita; a história da escrita que produziu até então estudos históricos bastante especulativos e sem o rigor filosófico necessário; o devir-literário do literal, visto que “uma psicanálise da literatura respeitadora da *originalidade do significante literário* ainda não foi iniciada e isso não aconteceu certamente por acaso” (p. 337, grifo do autor) e por fim, uma grafologia psicanalítica.

Interessa-nos comentar brevemente a citação anterior quanto ao devir-literário do literal, já que esse será um dos tópicos discutidos no nosso terceiro capítulo. Aqui cabe apenas mostrar que a psicanálise literária, ou como propõe Lacan (1971/2009), a intrusão da psicanálise na literatura, já em 1967, data da publicação desse texto derridiano encontrava assonâncias claras, hoje ainda mais, apresenta-se de forma viva graças aos esforços de Lacan (1965/2003) de tomar a prática da letra e o uso do inconsciente como funções que convergem, ao ler, por exemplo, o texto de Marguerite Duras ou de James Joyce.

Em *Freud e a Cena da Escrita*, Derrida (1967/2014b) analisa a proposição de uma escrita que escapa dos domínios do campo da linguagem, tomando para tanto, as diferentes formulações do aparelho psíquico propostas por Freud ao longo de sua obra, de modo que esse pensamento do traço aqui inaugurado coloque em questão a significação e a tradução dos significantes e dos conteúdos psíquicos. O autor não quer propor, portanto, nem uma escrita que funcione aos moldes do inconsciente nem uma ciência que afirme seu nome através de uma gramatologia ou da *différance*, mas com a fecundidade desse pensamento pode-se alcançar a literalidade em diferentes campos da escrita inscritos em nossa cultura, como na literatura, por exemplo. Esse movimento implica um modo de trabalho que abandone uma prescrição hermenêutica suscetível à atribuição de sentidos pré-fixados ou de uma aplicação psicopatológica dos conceitos psicanalíticos nos personagens literários, em autores ou escritores ou ainda em movimentos culturais dos mais diversos.

A proposta derridiana parece apontar muito mais para a preservação da originalidade do conteúdo literário, de modo que na formalização dos conteúdos e conceitualidades psicanalíticos em uma pretensa crítica ou análise literária, por exemplo, possa-se resguardar, sem mais, a poesia do texto respectivo.

Em *O carteiro da verdade*, Derrida (1975/2007) tomando a leitura de Lacan (1957/1998a) do conto *A carta roubada*, de Edgar Allan Poe, encontrada em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, analisa as conclusões lacanianas, apontando ali uma teoria da verdade onde o significante falo toma lugar de significante transcendental, de modo que a análise literária do conto estava totalmente impregnada dessa concepção, ao situar que a carta

sempre chega ao seu destino, proposição que Derrida apontará outros caminhos ou destinos. De Freud a Lacan, a preocupação derridiana reside ainda na idealidade do objeto literário e também, no limite da linguística estruturalista encerrada na metafísica da presença para tratar de uma teoria da escrita que comporte a originalidade e abertura de seu próprio texto.

2.3 *O carteiro da verdade*: crítica derridiana a Lacan

Sem a intenção de reduzir o texto de Lacan à crítica de Derrida, cabe-nos nesse momento expor os argumentos do filósofo que sustentam suas interpretações. No capítulo seguinte, será então possível desdobrar o texto de Lacan não para demonstrar a leitura de Derrida, menos ainda para fazer uma defesa contra essas críticas, mas de fato, para tensionar a problemática de modo a extrair o irreduzível entre os dois autores, além de, como hipotetizamos, mostrar que a crítica de Derrida cobre um período específico do ensino de Lacan que se desenvolve e se desdobra, e, portanto, escapa ao escopo do que é exposto em *O carteiro da verdade*. Em especial a noção de letra nos seminários dos anos 70, alvo de nossa análise no terceiro capítulo desse trabalho, cabe ser colocada em perspectiva ao lado das críticas e análises derridianas, objetivo que esperamos atingir ao final de nossas elaborações.

Tendo o texto lacaniano e as interpretações que atribui ao conto de Poe como referência, Derrida (1975/2007) trata de diferentes problemas filosóficos e até mesmo da seara psicanalítica em *O carteiro da verdade*. Rodrigues (2013a) demarca esse texto de Derrida como pertencente a um momento de sua obra – os anos 70 – em que há um destaque a questionamentos do problema da verdade como desenvolvimento da questão do signo trabalhada nos anos 60, já que é ainda a crítica a metafísica da presença que anima essa discussão. O tema da verdade permeia tanto o texto de Lacan, quanto o de Derrida, que lê em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, a verdade como verdade extraída por Lacan da carta roubada, o que para o filósofo funciona como um apagamento da abertura da carta e de sua possibilidade de não chegar a seu destino, aforismo que trabalharemos a seguir.

Nos concentraremos na análise desse texto à crítica à teoria do significante e seus limites para a psicanálise a partir de alguns tópicos principais extraídos do texto derridiano: a lógica triangular imputada por Lacan ao texto de Poe, a busca pela verdade do texto, a fonetização da letra e do significante na escrita, a idealidade do falo como significante

transcendental e a indivisibilidade da carta/letra⁹ e a materialidade do significante, que de maneira conjunta levam Derrida a destacar a possibilidade da errância, da divisibilidade e da partição da carta em oposição à conclusão de Lacan por um trajeto único e próprio.

2.3.1 *Lógica triangular: a exclusão do narrador e a recusa da escrita*

Em sua análise, Derrida (1975/2007) aponta uma função ilustrativa do conto de Poe em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, retirando do próprio texto de Lacan (1957/1998a) a referência para tal afirmação: “pensamos em ilustrar hoje a verdade” (p. 14). Tal ilustração, segundo Derrida, viria ao mesmo tempo em busca de uma verdade do texto literário e também, de um uso de tal texto em que sua função seja explicitar uma concepção de verdade própria, como veremos no tópico seguinte.

Essa ilustração, no entanto, se fixa aos diálogos de *A carta roubada*, o que Lacan vai chamar de drama real do texto, excluindo por vez, a narração, que é reduzida a mero comentário, não trazendo à luz o que a sonorização dos diálogos elucidaria, de modo que “a busca da verdade conduz a colocar de lado a cena da escrita” (Derrida, 1975/2007, p. 483). A questão da sonorização, já apresentada nos dois textos derridianos discutidos anteriormente, mantém sua força também aqui, destacando ainda a prevalência da fonetização, da sobreposição da voz como logos e no preterimento da escrita. Nesse caso, ainda que escrito, é na escrita da voz que Lacan parece se deter, encontrando na fala escrita dos personagens, a verdade do texto, prescindindo, portanto, do escrito do narrador.

Derrida denuncia também que as duas modalidades da verdade (adequação e *aletheia*) estão intimamente associadas à palavra, à fala presente, viva e autêntica, articuladas, portanto, à lógica do significante e sua interpretação fonocêntrica. Essa íntima associação leva Lacan, como afirma Derrida, a tratar os personagens literários como personagens reais.

Lacan analisaria então dois triângulos específicos, duas cenas, a primeira entre o Rei, a Rainha e o Ministro, e a segunda entre o Ministro, Dupin e o detetive. Para Derrida (1975/2007) Lacan recusa “A carta roubada”, o texto de Poe, essa carta aberta que é a ficção, manipulando a carta entre círculos e triângulos, inscrevendo-a na oposição, recusando essa abertura evidente.

⁹ No contexto de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e *O carteiro da verdade* nos valeremos da dupla possibilidade tradutiva do termo *lettre* em francês por carta e letra em português. Nesse âmbito as análises de Derrida e Lacan incidem na maioria dos casos tanto na noção de letra quanto à carta do conto de Poe. Quando se tratar dessa duplicidade, manteremos a notação carta/letra

Discutindo sobre as constelações possíveis para além das triangulações, Derrida (1975/2007) levanta, entre outros, o efeito do duplo entre Dupin e narrador, de Poe dividido entre Dupin e narrador, concluindo que o *O seminário sobre “A Carta Roubada”* foraclui essa problemática do duplo. Para Derrida, isso parece acontecer provavelmente porque Lacan considera aprisionada no imaginário, de modo que, essa relação dual fosse apartada do simbólico implicado na lógica triangular. Sobre esse ponto, Derrida afirma ainda que entre o simbólico e o imaginário, Lacan defende toda sua teoria da carta/letra como materialidade do significante indivisível, como modo de sustentação de seu recurso à verdade nesse texto.

Assim, fica claro que para o filósofo a busca da verdade da verdade, a teoria da carta/letra e a recusa à ficção e conseqüentemente à escrita nesse texto estão nuclearmente articuladas, fornecendo elementos necessários para a conclusão de Lacan pelo destino único da carta/letra.

O que Derrida (1975/2007) expõe é que a partir da concepção de *aletheia* de inspiração heideggeriana, Lacan afirma que “ao se ocultar que ela mais *verdadeiramente* se oferece a eles” (Lacan, 1957/1998a, p. 24, grifo do autor), concepção do autor de que na ficção a verdade se mostra. O escrito ficcional nessa concepção revelaria a verdade, comandando o conceito de ficção literária através da interpretação mimética, atribuindo um nível maior de verdade na representação psíquica do que na realidade factual. Assim, o autor afirma que “Lacan insiste muito na oposição verdade/realidade que ele sustenta como um parágrafo. Essa oposição tão ortodoxa quanto possível, facilita a passagem da verdade pela ficção” (Derrida, 1975/2007, p. 515).

A exclusão do narrador nos triângulos formados por Lacan é critério para Derrida afirmar que o *O seminário sobre “A Carta Roubada”* não leva em conta a deriva textual do conto, escrita infinitamente aberta, procedendo, pelo contrário, à busca de um verdadeiro tema. Ainda que Lacan, em nota acrescentada em 1966 a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* reconheça os efeitos da carta/letra/significante no narrador, nos leitores e mesmo no autor, esse suplemento para Derrida (1975/2007) não é suficiente para abandonar a lógica triangular e reconhecer a circulação “dos significantes e das cartas” (p. 537) para além da ilustração triangular.

2.3.2 A busca pela verdade do texto

Questionando a provável existência de uma doutrina lacaniana da verdade, Derrida coloca-a em dúvida partindo da impossibilidade estrutural de um sistema homogêneo e da

mobilidade do discurso lacaniano sobre a verdade que, abandona paulatinamente a doutrina heideggeriana da *aletheia*. Os textos dos Escritos entre 1953 (*Discurso de Roma*) e 1960 parece pertencerem a esse sistema de verdade, que como coloca Derrida, é condição de uma lógica do significante. O filósofo afirma que esse sistema de verdade, não pode ser exposto já que consiste “no não-exposável do exposto”. (Derrida, 1975/2007, p. 509).

A partir dessa impossibilidade de exposição ou visibilidade, Derrida (1975/2007), destaca a partir de uma mostração ou de um reconhecimento de traços, duas modalidades de verdade encontradas em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*. A primeira seria a verdade como adequação, observada no trajeto circular da origem ao fim da carta, do destacamento ao reatamento do significante, a adequação desse circuito resguarda o pacto da lei e protege da ameaça, que já está na ordem simbólica. “A guarda do falo é confiada como guarda da falta. Pelo Rei à Rainha, mas a partir daí, num jogo de alternâncias sem fim” (p. 510). A outra modalidade é a verdade como *aletheia*, desvelamento/velamento como estrutura da falta “a castração, lugar próprio do significante, origem e destino de sua letra, não mostra nada ao se desvelar” (p. 510). Velando-se em seu desvelamento, o lugar de verdade dessa operação estaria nos contornos, “lugar da falta-a-ser, desde o qual se destaca o significante para seu circuito literal” (pp. 510-511). Esses dois registros de verdade coincidem na medida em que necessitam da fala ou da fonetização para que o falo seja guardado, retorne a sua partida, sem se disseminar no percurso.

Para Derrida (1975/2007), a verdade como adequação se apresentaria na análise de Lacan do conto de Poe na medida em que a circulação da carta sempre retorna ao seu lugar, tendo como consequência a teoria da letra como localidade indivisível da qual o significante “nunca deve arriscar se perder, se destruir, se dividir, se despedaçar sem retorno” (p. 484). O retorno implicado nessa operação, o trajeto indesejável da carta e a resultante fixidez do lugar do significante atestariam para Derrida, a verdade como adequação e readequação, presentes em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*.

Já dos rastros da verdade como *aletheia*, movimento do véu, velamento e desvelamento, poderíamos destacar a relação apontada por Derrida (1975/2007) no texto de Lacan entre a mulher, a verdade, a falta e a castração. O sentido próprio ou a verdade da carta e do texto de Poe buscada pelo psicanalista apontaria para a mulher como “lugar desvelado da falta de pênis, como verdade do falo, quer dizer, da castração” (p. 486), já que o mistério sobre o conteúdo da carta portada pela Rainha encobre uma provável revelação da verdade, o que levaria Derrida a afirmar que na análise de Lacan “a verdade da carta roubada é a

verdade, seu sentido é o sentido, sua lei é a lei, o contrato da verdade com ela mesma no *logos*” (Derrida, 1975/2007, p. 486).

Assim, a carta como lugar do significante e a verdade se encontram sob o corpo da mulher. Entre a verdade e a mulher são infinitas as articulações, de modo que seria impossível aqui até mesmo apontar as elucidações tanto de Derrida quanto de Lacan sobre o tema. Ate-mo-nos aqui a indicar, do lado da desconstrução a leitura de Derrida (1972/2013) e Rodrigues (2013b). Quanto ao campo lacaniano, o efeito de feminilização da carta e sua relação com a verdade é abordado no texto de Lacan em diversos momentos, especialmente no referido *O seminário sobre “A carta roubada”*. Sobre esse tema, Almada (2014) desenvolve a questão, abordada aqui apenas transversalmente, com intuito circunscrito de auxiliar na elucidação de nosso problema e objeto.

No que nos concerne a esse tema, destacamos a observação derridiana de que Lacan subscreve uma verdade sobre a carta roubada como a verdade do texto de Poe, seja ela, um deciframento hermenêutico que tem como último significado a feminilidade e a verdade. Assim, para Derrida (1975/2007) a verdade de um modo geral, assume importância no texto de Lacan, de modo que

o valor de verdade mobiliza todo o Seminário. Ele articula todos os seus conceitos a partir do momento em que a encontramos no lugar próprio do significante. No lugar da falta que, finalmente, só há uma – a distribuir – e se encontra sempre ali, propriamente, como o próprio se torna a relação da falta com ela mesma, num lugar próprio do corpo próprio. ‘Próprio’, ‘verdadeiro’, ‘autêntico’ substituem o valor da verdade segundo uma necessidade (p. 508).

Através de diversos textos dos *Escritos*, Derrida (1975/2007) recolhe a paixão de Lacan pela verdade também sempre em relação direta com o poder da fala e da fonetização. Derrida demonstra isso em vários textos de Lacan, de maneira que a partir da ‘fala presente’ e plena e da verdade em seus caracteres de adequação e desvelamento, não é necessário verificação de tal verdade, há uma garantia intrínseca de sua verdade. Assim, o autor conclui afirmando que ainda que a verdade fale dela mesma, “ela não pode *ler* a história que conta a si mesma” (Derrida, 1975/2007, p. 529) e nem a cena da escrita, nesse caso, do texto de Poe.

2.3.3 A fonetização da letra e do significante na escrita

Em consonância com o que havia desenvolvido anteriormente em *Gramatologia e Freud e a cena da escrita* acerca do privilégio da voz no pensamento logocêntrico como um

todo, responsável pelo rebaixamento da escrita como ferramenta secundária e auxiliar de transmissão do que autenticamente se expressa na voz, na sua análise não só d'*O seminário sobre "A Carta Roubada"* de Lacan, mas de diferentes textos dos *Escritos*, Derrida (1975/2007) atesta que ainda que se fale de letra ou de significante naquele texto, esses conceitos se constituem a partir de uma ligação íntima com a voz, verificando, portanto, que as mesmas características ideais atribuídas à *phoné*, se apresentariam nesses conceitos, promovendo a fonetização da letra e do significante.

Nos textos dos *Escritos*, Derrida (1975/2007) assinala uma ênfase na verdade certificada da fala, da palavra, procedimento de um fonocentrismo nesse sistema de verdade. O filósofo marca a importância de explicar essa ênfase e sua relação com a teoria do significante, da letra e da verdade. “É preciso explicar por que o autor de ‘*A instância da letra no inconsciente*’ e do ‘*Seminário sobre A carta roubada*’ subordina incessantemente a letra, a escrita e o texto” (p. 510). Ainda que recorra a Freud com seus hieróglifos, rébus, gravuras etc, Derrida afirma que Lacan destaca sempre uma escrita relevada pela voz.

Para esse propósito, Derrida recupera a seguinte passagem nos *Escritos* de Lacan: “Uma escrita, como o próprio sonho, pode ser figurativa, mas como a linguagem, é sempre articulada simbolicamente, ou seja, exatamente como a linguagem *fonemática* e, a rigor, fonética, porquanto é lida” (Lacan, 1957/1998b, p. 473, grifo do autor). O que Derrida (1975/2007) sublinha como importante nesse excerto é a relação de equivalência entre a articulação simbólica e a fonematicidade, de modo que o simbólico passa pela voz e a lei do significante só tem lugar nas letras vocalizáveis, dando a entender que os valores de verdade que sustentam as argumentações de Lacan nesses textos só são possíveis em relação a esse foneticismo.

Derrida (1975/2007) aponta que no *Seminário* a letra/carta carrega em si uma idealidade de sentido relativa à fala, afirmando então uma limitação fonemática da letra/carta e uma interpretação da *phoné* (voz) que lhe poupa da divisibilidade, condição ideal que apontaremos em tópico a seguir. Como já havia afirmado nos textos dos anos 60 no que concerne ao problema do signo, a voz está dotada de características fenomenais tais como espontaneidade, presença a si e retorno circular a si, não se tratando, portanto, de um acessório externo, papel e envelope, como a escrita.

A integralidade, a indivisibilidade da voz se mantém no conceito de letra evocado por Lacan em *O seminário sobre "A Carta Roubada"*, letra vocal, portanto, assegurada dos riscos de desvio, divisibilidade e desintegração por manter uma idealidade de sentido na unidade da fala. Derrida (1975/2007) afirma que a fala em questão seria plena não pelo seu conteúdo,

pelo que diz, mas por sua presença e essência. Todos os valores anteriormente reconhecidos a despeito do contrato de verdade subscrevem-se também a fala plena, de modo que dela sejam excluídos o duplo, a repetição, a gravação, tudo que desvie de sua autenticidade.

Por outro lado, segundo o autor, na escrita, diferente da fala plena, a originalidade autêntica já se perdeu desde sempre, de maneira a se dividir, multiplicar, destruir ou perder, atribuindo a característica de abertura disseminadora aponta por Derrida. O conceito de letra como traçado por Lacan nos *Escritos* não porta essa característica, ao contrário “a própria letra, no sentido lacaniano, como lugar do significante e símbolo de uma fé jurada, logo, de uma verdadeira fala plena e presente, tem como propriedade, ‘singular’ com efeito, ‘não suportar a divisão’” (Derrida, 1975/2007, p. 520).

2.3.4 A idealidade do falo como significante transcendental

Possivelmente um dos principais pontos da crítica derridiana a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* de Lacan se encontre na localização do falo como significante transcendental em relação à cadeia significante, como o psicanalista situa naquele texto. De forma contígua à análise produzida nos textos de Saussure a respeito da voz, para Derrida (1975/2007) o falo nesse momento da obra de Lacan não é um significante qualquer, mas o “significante dos significantes” (p. 512), que ata significante e significado, também acima de todos os efeitos do significado, assim “esse significante transcendental também é o significado de todos os significados, e é ele que se encontra ao abrigo na indivisibilidade da letra (gráfica ou oral)” (p. 512).

Em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, como atesta Derrida (1975/2007), a indestrutibilidade do significante falo atinge uma idealidade de sentido que sustenta o contrato original, a saber, a manutenção do falo – do Rei – no lugar de significante transcendental. O falo nunca se divide, ainda que a carta seja destruída, já que seu efeito de fala viva e presente garante seu lugar de significante que não se perde. Tendo o falo, portanto como significante privilegiado do logos, a voz é o seu lugar privilegiado, sua letra, “a letra porta-voz” (p. 524). O autor afirma que ali, só essa letra/carta pode garantir a idealidade precisa para preservar a indivisibilidade do falo, “significante privilegiado ao qual ela dá lugar” (p. 524). Dessa maneira, para Derrida, o conteúdo desconhecido da carta, com sua guarda da fala plena, no texto de Lacan assegura a indestrutibilidade do falo, assim sendo “a posição transcendental do falo (na cadeia dos significantes à qual pertence e que ele torna possível) teria, assim, seu

lugar próprio – em termos lacanianos sua letra subtraída a toda partição – na estrutura fonemática da linguagem” (Derrida, 1975/2007, p. 524).

Contra a possibilidade de desabamento desse edifício conceitual franqueado por uma possível divisão ou redução do falo a objeto parcial, que o falo se o ergue como significante transcendental no texto de Lacan, evitando então esse desastre. A letra fonemática em sua característica de materialidade do significante cumpre essa função, já que resiste às possíveis destruições ou destituições do falo a objeto parcial ou divisível.

2.3.5 A indivisibilidade da carta/letra e a materialidade do significante

A partir dos argumentos de Derrida destacados acima sobre o texto de Lacan, ou seja, a exclusão do narrador e a prevalência de uma lógica triangular que se centra nos diálogos falados do texto de Poe, a busca por uma verdade autêntica do texto que se sustenta com autonomia, sem nenhuma necessidade de verificação, a fonetização da letra e do significante na escrita e por fim, a idealidade do falo com significante transcendental, Derrida (1975/2007), contrariamente à ideia de Lacan apresentada em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* de que a carta sempre chega a seu destino, sustenta a possibilidade da carta não chegar *sempre* ao seu destino. Para o autor, a suposta materialidade da carta comporta uma partição sempre possível, é ela mesma resultado de sua divisibilidade, dado que

Ela pode se despedaçar sem retorno e é disso que o sistema do simbólico, da castração, do significante, da verdade, do contrato etc. sempre tentam preservá-la: o ponto de vista do Rei ou da Rainha é, aqui, o mesmo, unido por contrato para re-apropriar o freio. **Não é que a carta nunca chegue a seu destino, mas pertence à estrutura ela poder, sempre, não chegar a ele.** E sem essa ameaça (ruptura de contrato, divisão ou multiplicação, partilhassem retorno do falo atingido num instante pela Rainha, isto é, por todo ‘sujeito’), o circuito da carta não teria sequer começado. Mas, com essa, ele sempre pode nunca terminar. Aqui, a disseminação ameaça a lei do significante e da castração como contrato de verdade. Ela *atinge* a unidade do significante, isto é, do falo (Derrida, 1975/2007, pp. 490-491, grifo em itálico do autor e em negrito, nosso).

Para que o significante, portanto, se preserve em sua letra, seu lugar de materialidade, dada tal ameaça, Derrida (1975/2007) afirma que é preciso que ele não se divida, já que, se divisível, perder-se-ia no percurso de seu destino. Em defesa dessa possibilidade, a materialidade do significante em sua singularidade indivisível é assegurada, o que leva o autor a observar que “essa materialidade, deduzida de uma individualidade que não encontramos

em nenhum lugar, corresponde de fato a uma idealização. Somente a idealidade de uma letra/carta resiste à divisão destruidora” (Derrida, 1975/2007, p. 511).

Já que essa indivisibilidade não se opera na materialidade empírica, Derrida (1975/2007) aponta que é na idealidade que a singularidade da letra se guarda, sem se dividir. Essa idealidade, já que não é o conteúdo de sentido, Derrida hipotetiza ser ou a idealidade do significante “o identificável de sua forma enquanto ele se distingue de seus eventos e reedições empíricas” (p. 511), ou o ponto de basta que engancha significado e significante.

Por conseguinte, para Derrida, a idealidade do significante é um efeito estrutural da significação, já que

Ele (Lacan) só considera a carta/letra no ponto em que, determinada por seu conteúdo de sentido, pela idealidade da mensagem que ela ‘veicula’, pela fala que permanece, em seu sentido, fora de alcance para a divisão, ela pode circular, intacta, de seu lugar de destacamento a seu lugar de reatamento, isto é, ao mesmo lugar. De fato, essa carta/letra não escapa apenas à divisão, ela escapa ao movimento, ela não muda de lugar (Derrida, 1975/2007, p. 511).

Desta maneira, sua posição final nesse texto é de que a carta pode se dividir, não se apresentando com uma estrutura atômica, nuclear, perdendo contingencialmente sua destinação garantida, o que permitiria uma deriva errante, uma disseminação e uma abertura consequente de sua escrita. Para Derrida (1975/2007)

A divisibilidade da carta – é o que se arrisca e desvia sem retorno garantido, a restância do que quer que seja: uma carta *não chega sempre* a seu destino e, posto que isso pertence à sua estrutura, pode-se dizer que ela nunca chega lá verdadeiramente, que, quando chega, seu poder-não-chegar a atormenta com uma deriva interna (pp. 534-535).

Na sessão seguinte desdobraremos essa sentença a partir da análise de Johnson (1988) acerca do entrecruzamento entre o conto *A carta roubada*, *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e *O carteiro da verdade*, exame no qual a autora contrapõe os argumentos de Lacan e Derrida para ali tratar do quadro de referências implicado em suas análises.

2.3.6 O quadro ou jogo de referências: Poe, Lacan e Derrida

A importância assumida pelo texto de Johnson (1988) no contexto do diálogo entre Lacan e Derrida no que concerne *A Carta Roubada* de Edgar Allan Poe, se dá para além da envergadura da autora como crítica literária, uma vez que ela alude a abertura possível da atividade do pensamento e da crítica no cenário do desencontro desses autores, ao dizer, por

exemplo, que “não é como Lacan e Derrida se encontram, mas como se perdem que abre espaço para interpretação” (Johnson, 1988, p. 221)¹⁰.

O texto de Johnson (1988) se fundamenta em diferentes pontos para alegar, de forma geral, que ao criticar a análise de Lacan, Derrida repetiria o que Lacan fez, ou seja, adicionar novas ideias ao texto original e desconsiderar o seu quadro de referências, de modo que “o quadro é assim enquadrado por parte de seu conteúdo; o remetente novamente recebe sua própria mensagem, invertida do destinatário” (Johnson, 1988, p. 250). Vejamos o trajeto da autora para justificar tal sentença.

Ao enumerar as críticas de Derrida dirigidas a Lacan, Johnson (1988) aponta que: 1) para o filósofo, o psicanalista faz da falta de significado da carta/letra, seu significado mesmo, sendo a falta “a verdade da falta-como-castração-como-verdade” (p. 217), no entanto, Johnson (1988) alega que ainda que seja indiscutível que o termo castração seja sugerido, ele nunca é utilizado por Lacan no texto original, o que leva a autora afirmar que Derrida preenche o que Lacan deixou em branco, repetindo o mesmo gesto pelo qual critica o psicanalista; 2) ao ler o conto como uma alegoria do significante, Derrida se cega para o poder de disseminação do significante no texto, entretanto, a autora evoca a ausência de menção por parte de Derrida ao longo desenvolvimento de Lacan sobre a relação entre determinações simbólicas e séries randômicas, sem mencionar a dispensa do estilo de Lacan como um mero ornamento que velaria uma mensagem inequívoca. Além disso, a leitura parcial decorreria também da limitação das referências ao *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e outros poucos textos dos *Escritos*, deixando de fora elaborações posteriores, o que segundo Johnson (1988) poderia colocar em questão o sistema de verdade apresentado n’*O seminário sobre “A Carta Roubada”*¹¹.

A propósito da possibilidade de desvio, divisibilidade ou perda da destinação da carta/letra afirmada por Derrida, Johnson (1988) afirma que o filósofo lê destinação como instância preexistente ao movimento da carta/letra, ao passo que, em sua concepção, Lacan quer afirmar com destino não o endereçamento literal, nem quem possui a carta, mas quem é possuído por ela, destacando, portanto, o caráter não objetivo deste destino. Isto posto:

A sentença ‘uma carta/letra sempre chega a seu destino’ pode, portanto, ser simplesmente pleonástica ou diversamente paradoxal; pode significar ‘a única

¹⁰ Todas as referências diretas a esse texto são traduções livres de nossa autoria.

¹¹ Esse último argumento sobre a restrição de Derrida a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* na construção de sua crítica à Lacan será fundamental para o desenvolvimento do terceiro capítulo dessa dissertação, no qual pretendemos desdobrar as inferências de Derrida à luz dos desenvolvimentos da concepção de letra em seminários tardios de Lacan.

mensagem que posso ler é aquela que envio’, ‘onde quer que a carta/letra esteja, é esse seu destino’, ‘quando uma carta/letra é lida, ela lê o leitor’, ‘a carta/letra não tem destino’ e ‘todos nós morremos’. Não é nenhuma dessas leituras, mas todas e outras em sua incompatibilidade que repetem a carta/letra em sua forma de leitura do ato de leitura. Longe de nos dar a verdade final do *Seminário*, essas últimas palavras encerram a possibilidade de qualquer metalinguagem analítica definitiva (Johnson, 1988, p. 249).

A análise de Johnson (1988), portanto, salienta o destino da carta/letra em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* não como uma substância, mas reconhecida apenas por seus efeitos, na série de destinos e possibilidades que caracterizam seu funcionamento, não sendo uma unidade identitária. Essa consideração a respeito do destino da carta coincide também com o lugar atribuído por Lacan ao significante, que é apenas em sua diferença aos demais na articulação da cadeia.

Ainda que de acordo com Derrida no que diz respeito à exclusão da dimensão literária em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* de Lacan, distinguida a partir da omissão dos outros dois contos de Poe que fazem série com *A carta roubada*, pela retirada de cena do narrador e pela investigação pautada apenas nos diálogos do texto, Johnson (1988) parece destacar a marca distintiva e o efeito inevitável de indecidibilidade da carta/letra no exame de Lacan do conto de Poe.

De todo modo, não cremos que a posição de Johnson (1988) seja totalmente oposta à de Derrida quanto a destinação da carta/letra. A mesma indecidibilidade destacada pela autora na análise de Lacan parece estar presente na apreciação derridiana. Na afirmação “Não é que a carta nunca chegue a seu destino, mas pertence à estrutura ela poder, sempre, não chegar a ele” (Derrida, 1975/2007, p. 491), Derrida sugere uma concepção próxima do que desenvolverá em *Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento*, onde na oposição entre o possível e o impossível do acontecimento, o autor inscreve uma aporia de decidibilidade. Derrida (1997/2012) defende um acontecimento “im-possível”, não somente impossível, mas condição para o possível, “um im-possível que é a própria experiência do possível. Para isso é preciso transformar o pensamento, ou a experiência, ou o dizer da experiência do possível ou do impossível” (p. 244).

O acontecimento pensado a partir dessa lógica, não responderia a questão da possibilidade ou da impossibilidade, mas questionaria essa questão, criticaria o dizer-o-acontecimento, se inscreveria no limiar entre o possível e o impossível, demarcando tanto certa possibilidade na experiência do impossível, como também impossibilidade naquilo que chega como possível.

O destino da carta/letra no qual Derrida (1975/2007) insere a im-possível contingência do desvio é o destino nuclear, fixo, observado pelo filósofo no texto de Lacan, destino do qual a carta/letra como um texto poderia escapar. Na posição derridiana a carta/letra indecidivelmente pode se desviar dela mesma, endereçando-se a diferentes destinos, podendo nem sempre chegar aonde chegaria.

Vimos então nesse capítulo, a partir da retomada do conceito de signo linguístico de Saussure, como a desconstrução desse conceito estruturalista se presta no pensamento de Derrida ao deslocamento do logocentrismo e da filosofia da presença ao longo da história do pensamento ocidental. Para Derrida, a escrita, relegada por tanto tempo à categoria de ferramenta auxiliar de uma verdade autêntica verificada na voz, encontraria no pensamento freudiano elementos para se constituir de traços através do quase-conceito de *différance* em sua característica simultaneamente temporal e espacial.

Foi preciso, no percurso do pensamento desse autor, apontar a função e o limite do conceito de signo e seus componentes significado e significante, de modo que deles não se desfaça. Ao contrário, Derrida aponta seu aprisionamento na metafísica logocêntrica e no estruturalismo, para daí extrair a positivação do aspecto de ‘significante de significante’ e também apagar a pretensa origem de sentido na voz ou na escrita fonética, de maneira que todos os significantes dispusessem desse atributo, sem privilégio de nenhum.

Para tanto, mostramos na crítica endereçada a Lacan em *O carteiro da verdade* que para Derrida o falo centra-se na posição ideal de significante transcendental, ao qual todos os outros significantes são referidos. Evadindo-se de ser tomado como objeto parcial, sua indivisibilidade outorga à carta/letra fonemática a defesa contra o prenúncio de divisão, de desvio do destino conferido. Na articulação da voz, da escrita fonemática, da lógica simbólica da verdade e do transcendentalismo do significante falo, a carta/letra encontraria sua origem, sua partida e seu destino asseverados. No texto, no escrito, na destinação infinita, na disseminação possível, Derrida aposta na destinerrância da carta.

No capítulo seguinte, através de uma análise do texto de Lacan *O seminário sobre “A carta roubada”* dos Escritos, pretende-se mostrar o caráter da noção de letra nesse momento específico do ensino lacaniano, especialmente seu íntimo encadeamento com o significante lacaniano. Sabemos da impossibilidade de estabelecer um estatuto conceitual em Lacan, dado o constante desenvolvimento de seu pensamento. Para a noção de letra não é diferente, seus desdobramentos exigem outros esforços epistêmicos dos quais Lacan lançará mão, especialmente nos anos 70, os quais faremos recurso para explicitar no terceiro capítulo.

3 A LETRA EM RELAÇÃO COM O SIGNIFICANTE EM JACQUES LACAN

No capítulo anterior, apresentamos a desconstrução derridiana do signo saussuriano, passando pela proposta de Derrida de uma escrita composta da abertura do traço extraída, dentre outras influências, do texto freudiano e pela crítica à transcendentalidade agalmática nas noções de carta/letra, falo e verdade dirigidas ao texto de Lacan, *O seminário sobre “A carta roubada”*. Cumpre nesse capítulo percorrermos o texto lacaniano referido, onde a suposição derridiana de uma presença limitante do estruturalismo que restringiria o significante – como tomado por Lacan – a um destino fixado e a uma materialidade ideal pressuporia a verdade entendida pelas modalidades de *aletheia* (velamento e desvelamento) e adequação.

Segundo Derrida essas modalidades de verdade funcionariam como busca de uma verdade do texto e da verdade da verdade, além da fonetização da escrita ali atribuída. Depois disso, o intento principal é destacar a posição de Lacan nesse contexto específico de seu ensino quanto às críticas abordadas no capítulo anterior e apontar o caminho da distinção e abertura para o desenvolvimento dessas mesmas questões em textos dos anos 70.

Elegemos nesse capítulo trabalhar o referido texto lacaniano para explorar a crítica derridiana e para tentar mostrar, o que escapa dessa crítica elucidando o interesse clínico de Lacan. Priorizamos nos dedicar à relação do significante com a noção de carta/letra já que, se para Derrida tal associação permanece privilegiando a voz em relação à escrita, para Lacan a relação do significante com a carta guarda o interesse da determinação simbólica do inconsciente através da cadeia significante.

3.1 A concepção de significante de Lacan a partir da alteração do signo saussuriano

Conceder um privilégio ao significante nos permite recorrer, assim como fizemos no capítulo dedicado a Derrida, à apreensão e retomada que Lacan faz do signo em Saussure.

Como aponta Allouch (2010), na abordagem de Lacan do significante nos *Escritos* e essencialmente em *A instância da letra no inconsciente*, ainda não se encontrava elaborada sua definição do significante como aquilo que representa o sujeito para outro significante, o que não o permitia diferenciar nitidamente significante e signo, o que, segundo aponta o autor, só aconteceria em 1961 no seminário *A identificação*.

Ainda que o significante, como Lacan o aborda nos *Escritos*, já fosse distinto do signo saussuriano e o significante lacaniano não se encontrasse totalmente delineado, já poderíamos

apontar com Aires (2005) as modificações que Lacan opera na noção de signo em Saussure. Lacan altera a representação do signo de modo que, nessa modificação, o significado e significante não mantêm relação de reciprocidade ou vínculo biunívoco necessário. Além disso, inverte a representação espacial, ressaltando a “preeminência do significante sobre o significado” (p. 217), ao passo que a linha que se encontrava no esquema do signo de Saussure torna-se barra separando os dois elementos. Assim, o significante, como Lacan o concebe, pode ser tomado de modo autônomo em relação ao significado.

De acordo com Aires (2005), a barra, como Lacan a concebe, não é intransponível, vincula significado e significante através do *point de capiton*, ponto de convergência que permite situar retroativa e prospectivamente tudo o que se passa no discurso, permitindo organizar a cadeia significante de acordo com a contextualização e circunscrição da significação, ainda que mais pela articulação significante do que por sua relação com o significado.

Além disso, como destaca Allouch (2010), a homogeneização entre as duas ordens do signo é impedida pela maiúscula colocada no significante, trazendo mais um elemento para sua preeminência. A supressão da elipse que circundava o signo em Saussure retira o valor determinativo daquele, gesto que, para Allouch (2010) “quebra o signo linguístico saussuriano e reforça o papel da barra” (p. 104). A barreira resiste à significação, que só se sustenta, remetendo-se a outra significação.

Nesse sentido da alteração do algoritmo saussuriano, o significante lacaniano não se liga previamente a nenhuma significação, mas como nos mostra Vorcaro (2004) “refere-se a um modo de funcionamento, a um uso da linguagem como liame entre aqueles que falam e não a um referente no mundo” (p. 164). Ainda que esse ponto corrobore o apontamento de Derrida quanto à articulação do fonocentrismo em Lacan, a fala – que em Saussure era subordinada à língua – é recolhida por Lacan como o que articula os sujeitos através do significante, ou como aponta Vorcaro (2004), é o que permite a Lacan definir o discurso analítico como o que se articula no funcionamento da fala.

Acolhendo mais uma vez a crítica de Derrida quanto ao privilégio da fala na razão lacaniana, cremos que se a dedicação de Lacan ao significante em relação com a fala se faz presente nesse contexto, é por uma dupla função de dedicar-se ao que aparecia como material de trabalho nas sessões analíticas e também tomando a fala como atualização da virtualidade da língua como concebida por Saussure. Assim, como lemos em Vorcaro (2004), o deslizamento e a substituição significantes, tomados a partir da estrutura da metonímia e da

metáfora, permite a Lacan ler o funcionamento inconsciente do sujeito para além de significâncias previamente estabelecidas.

Retomamos a alteração lacaniana no signo de Saussure a partir da releitura que Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) fazem do texto *A instância da letra no inconsciente*. A fim de restituir a definição do objeto em questão, a letra, os autores propõem a seguinte definição: “a princípio, essencialmente, a letra designa *a estrutura da linguagem na medida em que o sujeito nela está implicado*” (p. 35, grifo dos autores). Os autores advertem que antes de se “tomar a letra ao pé da letra” (p. 35) em referência ao próprio Lacan, deve-se, na verdade, tomar o sujeito na letra.

A literalização decorrente dessa definição para Nancy e Lacoue-Labarthe é dupla, dado que implica por uma via a precedência da linguagem ao sujeito e, por outra, o sujeito “tomar emprestado à estrutura da linguagem o *suporte material de seu discurso*” (p. 36, grifo dos autores). A letra seria esse suporte material, que em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* é nomeada de materialidade significante. Tal localização se presta sempre por uma ‘ausência em seu lugar’ de uma espacialidade objetiva, como a partir da circulação da carta no conto de Poe.

A definição acima forjada pelos autores a partir de *A instância da letra no inconsciente* só tem razão se levarmos em conta o deslocamento que Lacan opera ao considerar que, de um lado, o sujeito toma emprestado do material que lhe é oferecido pela linguagem na relação com o Outro e, de outro, o sujeito só se singulariza ao passo que se engaja na linguagem, ou seja, ao ser “determinado pela instância dessa materialidade singular que a letra é” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 37).

A materialidade relativa à noção de letra, de acordo com Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991), carrega duplamente uma recusa em atribuir uma origem à linguagem, seja “na idealidade do sentido ou em seu simples avesso, uma materialidade somática, por exemplo” (p. 37). Recusando idealidade e materialidade (ainda que o acento recaia mais sob a materialidade), a consequência de tal negação é um comprometimento na determinação da relação entre linguística e inconsciente.

Tratando-se então de uma materialidade da linguagem como do inconsciente, para Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991), essa materialidade deve ser desvinculada do materialismo clássico, onde é pensada como substância, “a letra é matéria, mas não é substância” (p. 38). Irredutível às oposições conceituais da filosofia, essa noção ocupará no discurso de Lacan, segundo os autores o “‘lugar mestre’ (se é que se pode, ainda, falar assim)

naquilo que, a partir de Freud, é indicado sob o nome de inconsciente” (Nancy e Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 38).

Com o intuito de, na linguística saussuriana, extrair a ciência da letra, os autores apontam que Lacan operava de modo que a ciência lidaria com a determinação prévia de um modo de cálculo do objeto, firmando então, um algoritmo que fundamente essa ciência.

Da perspectiva da ciência moderna, algoritmo é predicado de um processo de notação diferencial, designando um processo constituinte de uma lógica, o que extrapola o sentido matemático do algoritmo. Essa constituição de uma lógica é possível a partir do momento que se desloca o signo da racionalidade de um conceito no sentido epistemológico, para a formalização de um cálculo lógico. No caso do conceito de signo saussuriano, o algoritmo aplicaria, segundo Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991), um certo tratamento a ele, de modo que, “algoritmizar o signo, se é que se pode arriscar tal expressão, será o mesmo, praticamente, que impedi-lo de funcionar como signo” (p. 42).

Assim, o mais próximo do algoritmo lacaniano do signo \underline{S} em Saussure é a

s



notação:

(Nancy e Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 42)

Como marcam Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991), quatro traços distinguem o algoritmo: 1) o apagamento de uma reciprocidade entre os termos da barra, já que não se deve ler “significante sobre significado’, mas ‘S grande’ sobre ‘s pequeno’” (p. 43); 2) a retirada da elipse saussuriana; 3) a passagem das duas faces do signo pelas duas etapas do algoritmo; 4) o destacamento da barra que separa S de s.

Além de a distinção dessas duas ordens aumentarem a oposição já presente em Saussure, ela também é acrescida da ideia de uma ligação constitutiva do signo em sua indissociabilidade. Sobremaneira, a divisão dessas duas ordens por uma barra que resiste à significação altera significativamente a concepção saussuriana de signo. Isso acontece, de acordo com Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) já que onde Saussure atribui relação, Lacan imputa resistência à barra, de modo que a significação nunca será evidente. Saussure toma as duas faces do signo, significado e significante como uma relação de reciprocidade ou associação, sendo essa relação o ponto inicial na abordagem do signo. Enquanto isso, a barra do algoritmo lacaniano insere resistência, de maneira que sua transposição, ou seja, a relação do significante com o significado produz significações contingentes e nunca previstas.

A importância não recai então, como apontam Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) sobre a autonomia do significante, que depende sempre da resistência. Dito isso, “o que é primordial (e fundador) é, de fato, a barra. O corte por meio do qual é instaurada a ciência da letra nada mais é, afinal, que o corte introduzido (ou, pelo menos, acentuado) no signo” (p. 44).

Para Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991), Lacan ultrapassa a discussão do arbitrário do signo, se debruçando, na verdade, no tratamento da linguagem que a fala impõe à posição do arbitrário. O problema em questão é pensar as palavras, a linguagem em relação às coisas, ruptura já capitaneada pela ciência. Para os autores, em Lacan não há sentido na presença de um sistema de significações fechado sobre si mesmo, o que seria razão para que a linguagem não seja pensada sobre o prisma do signo.

A tarefa seria então “trabalhar o signo até destruir nele toda função representativa, isto é, a própria relação de significação” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 47), apagando a sua função de significação e destacando a operação de autonomia e resistência que o algoritmo lacaniano incide no signo. O algoritmo construído por Lacan representa para os autores o signo cancelado. A partir dessa operação de acentuação da barra, para Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) o significante desloca-se, não sendo mais um elemento do signo, mas um conceito aparentemente paradoxal, a saber, “aquele de um significante sem significação” (p. 47).

O deslocamento do conceito para o significado e da imagem acústica para o significante operada por Lacan nos termos de Saussure, define o significante como “a diferença dos lugares, a própria possibilidade da localização” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 50). Segundo os autores, é decorrente dessa concepção, a materialidade apresentada n’*O seminário sobre “A Carta Roubada”*, que será trabalhada por nós na sessão 3.3.4 deste mesmo capítulo.

Seguiremos com a afirmação de Machado (1997) de que, enquanto o significante chega a Lacan pela via da linguística estruturalista de Saussure, a noção de letra lhe chega diretamente de Freud. Ainda que estejamos avisados das inúmeras referências para o desenvolvimento da tão complexa noção de letra em Lacan, como a literatura, a própria aproximação ao significante linguístico, a lógica, entre tantas outras, as menções diretas às letras como caracteres, como em *Interpretação dos Sonhos*, por exemplo, e a referência aos sistemas de escritas de Freud, dos traços mnêmicos, dos sonhos, do bloco mágico, entre outras nesse contexto – assim como mostramos em Derrida no capítulo anterior – parecem ser um ponto de partida para o desdobramento dessa noção.

Tomaremos a noção de letra nesse capítulo para abordar a crítica derridiana e delinear a abertura que essa mesma noção pode apresentar para o enclausuramento metafísico-logocêntrico apontado por Derrida, tanto no mesmo contexto temporal de textos de Lacan em que o filósofo dirige suas críticas, quanto no sentido de indicar a tarefa de sessões seguintes, qual seja, nos aportar nas abordagens seguintes sobre a mesma noção no ensino lacaniano.

3.2 Articulações entre os desdobramentos do ensino lacaniano

Antes, porém, cabe uma breve advertência quanto à comum divisão do ensino de Lacan em duas ou três etapas que demarcam em encontros ou recursos a diferentes esforços intelectuais – como a topologia, a matemática, a lógica, entre outras – um corte ou divisão que sugere ultrapassamento das elaborações anteriores, de modo que um novo momento, novo paradigma ou mesmo ‘novo Lacan’ seja instaurado a partir de então. Nessa direção, Vladimir Safatle, em entrevista a Torres (2016), argumenta pelo contrário, a possibilidade de questionamento ou inquirição de uma experiência intelectual em sua continuidade, de modo que, conceitos, pertenças epistemológicas, elaborações teóricas sejam interrogados a partir de suas reconfigurações.

No mesmo sentido caminha Schetjman (2015), que ao analisar o ensino lacaniano, recusa a ideia de progresso, indicando um avanço em espiral. O autor rejeita tanto a visão conservadora que supõe encontrar-se em textos como *Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise* todo o ensino de Lacan condensado e que renuncia às novidades que o desdobramento temporal produz, quanto a visão progressista que crê na superação do Seminário 1 pelo Seminário 25, posição que sem questionamentos presume um ultrapassamento que pretere um seminário em função de outro mais tardio.

Schetjman (2015) sugere então uma perspectiva que ao mesmo tempo em que é possível ler no ensino lacaniano cortes que permitam destacar as diferenças que surjam entre os diversos períodos, essa mesma leitura esteja também advertida dos germes precoces que antecipam desenvolvimentos posteriores. Na impossibilidade de diferenciar com precisão as diferentes elaborações, o autor propõe que se "arrisque articulações possíveis entre tais desdobramentos" (Schetjman, 2015, p. 62, tradução nossa).

Para tanto, é evocada a figura do oito interior, desenvolvida por Lacan a partir da figura topológica da Banda de Moebius, evidenciando a proposta de um avanço em espiral no ensino lacaniano. Esse avanço, segundo Schetjman (2015), permite nas voltas circulares, inscrever-se o real da psicanálise, que mesmo não-todo apreensível, mobiliza os giros da

reelaboração. A forma da espiral é cara ao autor já que, "a cada volta falha e não se encerra. Não há encontro que não seja des... encontro: a serpente do saber não consegue morder sua cauda, e em cada giro o desencontro assegurado faz laço" (Schejtman, 2015, p. 62, tradução nossa).

Essa impossível delimitação ou separação do ensino lacaniano também já é prenunciada pelo mesmo em *O seminário, livro 10: a angústia*, ao afirmar

Não creio que haja dois tempos no que ensinei algum dia, um tempo que estaria centrado no estádio do espelho e no imaginário e, depois disso, no momento de nossa história que é demarcado pelo “Relatório de Roma”, na descoberta que eu teria feito, subitamente, do significante. (Lacan, 1962-63/2005, p. 39).

Assim, diferente de um total abandono de posições anteriores ou da crença em um pensamento original que nada carregue das formulações antecedentes, o desenvolvimento de um pensamento dinâmico que efetiva em alguns momentos o destaque de seus alcances, em outros seus limites e suas funções específicas em cada contexto. Essa concepção dinâmica preserva a ideia do ensino lacaniano em constante movimento de transmissão da experiência analítica, alheia a uma obra fechada ou um programa diretivo, o que não encontramos no ensino de Lacan que nos parece acompanhar *pari passu* os efeitos do raciocínio de seu autor.

Portanto, na próxima sessão, analisaremos *O seminário sobre “A carta roubada”* de Lacan, para destacar o que o significante lacaniano empresta à noção de carta/letra nesse contexto e o que, já extrapolando a coincidência desses termos, aponta para seu desdobramento em textos posteriores, buscando também, estabelecer comunicação com a crítica de Derrida já apresentada no capítulo anterior.

3.3 A carta/letra em *O seminário sobre “A carta roubada”*

A abertura dos *Escritos* por *O seminário sobre “A carta roubada”*, a despeito da diacronia que comanda a ordem de todos os textos seguintes, marca um privilégio outorgado a esse texto. A escolha parece operar em função da tarefa demandada por Lacan aos leitores dessa obra, qual seja: destinar a carta/letra ali em questão para além de seu endereçamento, implicando necessariamente como consequência, que o leitor “precise colocar algo de si” (Lacan, 1966/1998, p. 11). Esse trabalho do leitor dos *Escritos*, para Lacan, passará por *O seminário sobre “A Carta Roubada”* já que no retorno da mensagem cifrada de Poe e no retorno da própria mensagem do leitor de modo invertido, cabe a cada um encarar o caráter de verdade naquilo que dessa mensagem lhe concerne.

Assim, Lacan (1957/1998a) inicia o texto afirmando uma predominância da cadeia significante, a partir do automatismo de repetição, na determinação do sujeito do inconsciente pela via simbólica, ainda que as impregnações imaginárias tenham lugar nessa via simbólica que marca a cadeia significante. Lacan toma como verdade, extraído de sua leitura de Freud, a constituição do sujeito pela ordem simbólica observada na determinação fundamental que o percurso de um significante exerce em um sujeito.

Para tanto, Lacan (1957/1998a) pretendeu como método de trabalho nesse texto, “ilustrar hoje a verdade” (p. 14), de maneira a demonstrar numa história os argumentos acima levantados, para que assim se explicitem. Ora, a crítica de Derrida (1975/2007) sobre esse ponto, apresentada no capítulo anterior, já apontava para uma extração da verdade no texto literário por parte de Lacan em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e um uso instrumental do texto. Sua função é simplesmente explicitar a concepção lacaniana de verdade daquele momento, encenando também através do texto de Poe, o caráter constituinte da cadeia significante no sujeito do inconsciente.

Logo no início do texto já encontramos esse posicionamento passível de crítica, já que a ilustração pretendida parece sempre tentar encaixar conteúdos de uma história nos elementos dos quais parte-se para explicitar, de modo a perder a vivacidade da obra. Ainda assim, faz-se necessário já aqui indicar, como também o fizemos no capítulo anterior, que o trabalho subsequente de Lacan com as obras literárias dá-se de modo a não só respeitar a originalidade do significante literário, como quer Derrida, mas também equivalendo a prática da letra e o uso do inconsciente como funções convergentes (Lacan, 1965/2003), destacando nesses o saber em fracasso, distinto do fracasso do saber (Lacan, 1971/2003).

Ademais, pretendemos na leitura de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* destacar outros pontos para além da crítica derridiana, a respeito, entre outros, do enclausuramento simbólico que advém nesse texto como herança do estruturalismo. O que tencionamos aqui como objetivo é demonstrar que ainda que a crítica de Derrida seja operativa em vários pontos do texto, entrevemos como possibilidade de resistência à essa crítica, o vislumbre de um germe do que será enunciado por Lacan anos mais tarde como a inexistência da relação sexual e o conseqüente prenúncio do desencontro marcado na língua.

Consonante com a aposta na impossibilidade de um ultrapassamento dos textos de Lacan e de sua divisão sequenciada que atribui pontos de corte severos no ensino lacaniano, observamos pequenos fragmentos que nos permitem deslocar da leitura prevalente de *O seminário sobre “A carta roubada”* como um texto ultrapassado por estar contido em um período do ensino de Lacan onde o simbólico prevalece aos outros registros. Já nesse

momento a insuficiência da linguagem e a incompletude marcada no desencontro sexual aparecem como relance do que será desenvolvido e desdobrado posteriormente.

Por ora cabe uma apresentação dos pontos destacados por nós do texto lacaniano, principalmente no que concerne a crítica de Derrida, cotejado com a lição de 26 de abril de 1955 de *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, onde foi pronunciado pela primeira vez, tendo sido escrito só em 1956 e publicado originalmente em 1957 na revista *La Psychanalyse*.

3.3.1 As duas cenas de A carta roubada

Lacan (1954-55/1985) começa a descrição do conto já a partir das duas cenas que destaca da história de Poe. A primeira acontece nos aposentos reais, onde o Ministro fala ao Rei em presença da Rainha sobre assuntos de Estado. Ao perceber o embaraço da Rainha quanto a uma carta, que é depositada com aparente indiferença na mesa “virada para baixo, com o sobrescrito para cima” (Poe, 2017, p. 72) para que o Rei não a perceba, o ministro entretém o Rei com seus assuntos enquanto retira do bolso uma carta semelhante àquela colocada na mesa pela Rainha, depositando-a sobre a mesa ao lado da primeira. Ainda sob o olhar da Rainha, o Ministro coloca a primeira carta no bolso.

Da primeira cena Lacan (1957/1998a) extrai como quociente dessa operação o furto da carta e a ciência da Rainha sobre tal fato e, como resto, a carta deixada em seu lugar. Lacan (1957/1998a) nomeia essa cena como cena primitiva, já que a seguinte, destacada por ele, aparece como repetição da primeira, colocando aí em jogo a ilustração do automatismo de repetição da cadeia significante no inconsciente.

A segunda cena desdobra-se no gabinete do ministro, que depois de ser revistado pela Polícia nas ausências do Ministro, nada encontraram. Dupin, tomado por Lacan (1954-55/1985) como o personagem mais mítico, aquele que tudo entende, anuncia-se ao ministro, que o recebe com certa displicência. Dupin então inspeciona o local, observando um bilhete desgastado aparentemente abandonado num porta-cartas pendurado no centro do painel da lareira, sabendo de imediato, que se tratava da carta roubada. Dupin esquece então propositalmente sua taqueira na casa do ministro para voltar no dia seguinte, portando um *fac-símile* da carta em seu aspecto atual, desgastada e despistada com novos detalhes. Tendo preparado um acidente na rua para distrair o ministro, Dupin apodera-se da carta colocando em seu lugar “seu simulacro [*semblant*], só lhe restando, em seguida, salvar, perante o ministro, as aparências de uma despedida normal” (Lacan, 1957/1998a, p. 16).

O quociente do segundo episódio é que o ministro não mais possui a carta, no entanto, sem saber do furto e menos ainda, do ladrão. O resto da operação é discernido por Lacan nas palavras escritas por Dupin na carta substituta: “Um desígnio tão funesto, / Se não é digno de Atreu, é digno de Tiestes”. (Lacan, 1957/1998a, p. 16).

Ainda sobre as duas cenas, Lacan (1957/1998a) as aproxima a partir de três tipos de olhares. O primeiro é o olhar que nada vê, na primeira cena encarnado pelo Rei e na segunda pela polícia, o segundo olhar é aquele que vê que o primeiro não vê e se engana, no primeiro episódio personificado pela Rainha e no segundo, pelo ministro, já o terceiro olhar é aquele que vê o que está descoberto, representado na primeira cena pelo ministro e na segunda por Dupin. Esses três olhares são aproximados por Lacan aos três tempos lógicos definidos por ele em *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*, sejam eles o instante do olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir.

Para Lacan (1957/1998a) a similitude das duas cenas não se configura pela reunião de traços comuns destacados que marcariam a diferença, já que sustentar alguns traços de semelhança elidindo outros resultaria numa verdade qualquer, o que não bastaria como elemento de equivalência. O destaque na composição dessas duas cenas recai, segundo Lacan (1957/1998a), sob “a intersubjetividade em que as duas ações se motivam. . . e os três termos com que ela as estrutura” (p. 17).

Faz-se necessário aqui, um duplo desvio, primeiramente aos três tempos lógicos elaborados por Lacan (1945/1998) em *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* e, posteriormente, ao tema da intersubjetividade em Lacan.

Os três tempos aludidos por Lacan em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* podem ser referidos aos três tempos lógicos por ele definidos anos antes ao se ocupar do problema de lógica abaixo descrito:

O diretor do presídio faz comparecerem três detentos escolhidos e lhes comunica o seguinte:

‘Por razões que não lhes tenho de relatar agora, devo libertar um de vocês. Para decidir qual, entrego a sorte a uma prova pela qual terão de passar, se estiverem de acordo.

‘Vocês são três aqui presentes. Aqui estão cinco discos que só diferem por sua cor: três são brancos e dois são pretos. Sem dar a conhecer qual deles terei escolhido, prenderei em cada um de vocês um desses discos nas costas, isto é, fora do alcance direto do olhar; qualquer possibilidade indireta de atingi-lo pela visão estando igualmente excluída pela ausência aqui de qualquer meio de se mirar.

‘A partir daí, estarão a vontade para examinar seus companheiros e os discos de que cada um deles se mostrará portador sem que lhes seja permitido, natural mente, comunicar uns aos outros o resultado da inspeção. O que, aliás, o simples interesse de

vocês os impediria de fazer. Pois o primeiro que puder deduzir sua própria cor é quem deverá se beneficiar da medida liberatória de que dispomos.

‘Será preciso ainda que sua conclusão seja fundamentada em motivos de lógica, e não apenas de probabilidade. Para esse fim fica convencionado que, tão logo um de vocês esteja pronto a formulá-la, ele transporá esta porta, a fim de que, chamado a parte, seja julgado por sua resposta.’ (Lacan, 1945/1998, pp. 197-198).

Tendo depois de algum tempo considerado entre si, os três sujeitos cruzam a porta simultaneamente dando, cada um a sua vez, respostas semelhantes, assim resumidas:

‘Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.’ E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, e que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão’. (Lacan, 1945/1998, p. 198).

Partindo de tal problema e da logicização de seus passos, Lacan (1945/1998) define três momentos da evidência que não se sucedem, apresentando-se em descontinuidade temporal. A primeira instância temporal nessa relação seria o *instante do olhar*, intervalo onde se passa da prótase, primeira preposição da demonstração onde cria-se uma expectativa para a anunciação da segunda à apódose, segunda preposição que encerra o enunciado atendendo a expectativa da primeira, presentificando-se no problema como: “‘diante de dois pretos’... ‘é-se branco’” (Lacan, 1945/1998, p. 205), momento instantâneo do olhar que revela a evidência.

A segunda instância temporal é nomeada como *tempo para compreender*, onde extrapolando a aparência oferecida pelo olhar, figura uma intuição para além. O sujeito se atenta à inércia do semelhante para resolver o problema, tempo meditativo resumido na sentença: “Se eu fosse preto ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco” (Lacan, 1945/1998, p. 205).

Modulando-se o tempo em uma asserção sobre si, o sujeito precipita o *momento de concluir*, que aparece no retorno do tempo para compreender, através de uma reflexão subjetiva, de modo que

é na urgência do movimento lógico que o sujeito precipita simultaneamente seu juízo e sua saída, no sentido etimológico do verbo, ‘de cabeça’, dando a modulação em que a tensão do tempo inverte-se na tendência ao ato que evidencia aos outros que o sujeito concluiu (Lacan, 1945/1998, p. 206).

Ao tratar desse texto de Lacan, Porge (2010) aponta para a impossibilidade de atribuir uma relação sucessiva entre esses três tempos, extraíndo da proposição lacaniana, a retroação

de cada um deles sobre os outros, apreendendo em relação aos outros, as qualidades temporais de cada um deles, que não têm duração aferível.

O espaço, para Porge (2010), também se faz presente nesse texto de Lacan já que a cada uma das nomeações temporais, faz-se referência à instância fora do tempo, sejam elas o ver, o compreender e o concluir. O instante, o tempo e o momento inserem nessas referências espaciais a qualidade temporal de cada um. Desse modo, o autor aponta que o importa no texto lacaniano está mais na dedução do que os sujeitos não veem: os dois discos pretos ausentes.

A que se presta a referência a esses três tempos na relação com os termos e olhares das cenas em *O seminário sobre "A Carta Roubada"*? Do mesmo modo que os discos ausentes no problema lógico analisado por Lacan parecem figurar a carta na análise do conto de Poe, é seu conteúdo ausente, sua localização por vezes perdida que determina o movimento dos sujeitos na apreensão de Lacan. Podemos extrair desse texto de Lacan a respeito dessas interpenetrações temporais, que é no que chama de intersubjetividade ou relações intersubjetivas que o *instante do olhar*, o *tempo para compreender* e o *momento de concluir* se articulam.

A intersubjetividade, que explicitaremos melhor a seguir, participa das cenas do problema lógico acima exposto, ao passo que um eu, cada um dos detentos, referencia-se a um denominador comum recíproco entre ele e os outros sujeitos, esse denominador comum para Lacan (1945/1998) se apresenta como função indispensável à reciprocidade na relação lógica, de modo que:

Essa referência do [eu] aos outros como tais deve, em cada momento crítico, ser temporalizada, para reduzir dialeticamente o *momento de concluir o tempo para compreender*, para que ele dure tão pouco quanto o *instante de olhar* (p. 211).

Nas cenas destacadas por Lacan (1957/1998a) do conto *A carta roubada* de Edgar Allan Poe, a referência a esse denominador comum pode ser entendida como a linguagem na qual os sujeitos referenciam sua crença ao falar, escrever ou qualquer outra relação intersubjetiva ou ato de suas existências, já que a linguagem precede o sujeito em suas ações. A carta condensando a materialidade das posições significantes determina a posição dos sujeitos, já que, em posse, afetados por ela ou ainda em sua presença, os tempos lógicos engancham-se definindo, através da posição da carta, a posição dos sujeitos.

Para Lacan (1945/1998), a verdade dependerá para todos os sujeitos, do rigor de cada um, o que faz com que qualquer disparidade ou vacilação questione a verdade, gerando ou

confirmando erro nos outros. Sejam esses outros, os personagens do conto de Poe ou os detentos do problema lógico, o que define para Lacan a verdade, a posição dos personagens, das cenas e dos olhares é a relação intersubjetiva referenciada ao Outro da linguagem, que no conto de Poe toma na carta/letra a estrutura material e ideal dessa referência. Nesse sentido, passemos mais detidamente agora ao tema da intersubjetividade.

Como mostra Safatle (2006), Lacan funda a racionalidade da prática analítica via o paradigma da intersubjetividade, seu modo próprio de ler Freud com Hegel, posicionando a psicanálise como uma experiência dialética. Percebe-se com Safatle que dialética, diálogo, intersubjetividade e reconhecimento aparecem em Lacan como termos convergentes, de modo que “a dialética nomearia a estrutura lógica do diálogo intersubjetivo que opera na análise. Um diálogo particular já que seria capaz de produzir o reconhecimento do desejo. A lógica dialética ficava assim reduzida à formalização de relações intersubjetivas” (Safatle, 2006, p. 46).

O recurso a Hegel, via Kojève, como demonstrado por Arantes (2003), permite a Lacan contornar o objetivismo que alguns autores outorgaram à teoria freudiana, principalmente no que concerne a metapsicologia, além de também possibilitar a conservação do descentramento da consciência na experiência humana. Tal incorporação da dialética hegeliana por Lacan aparece através do reconhecimento do desejo do sujeito pelo Outro como fundamento da intersubjetividade. Isso é apresentado por Safatle (2006) através da condensação dessa estrutura na possibilidade do destaque do desejo do sujeito na primeira pessoa do singular dentro do campo linguístico partilhado intersubjetivamente.

Na síntese de Safatle (2006), a intersubjetividade estará em jogo no ensino de Lacan até 1961, quando este percebe no reconhecimento intersubjetivo uma armadilha narcísica que impossibilitaria a continuidade do empreendimento de uma análise. A partir de então, a subjetividade e a racionalidade da práxis analítica serão reconfiguradas, de modo que, por exemplo, em *O seminário, livro 20: mais, ainda*, Lacan aponte como possíveis outras formas de reconhecimento que não os intersubjetivos, partindo nesse momento, como aponta Safatle na supracitada entrevista a Torres (2016), mais da relação entre sujeitos e objetos e da opacidade que esses últimos marcam nos primeiros do que das relações intersubjetivas.

Ainda que de maneira negativa, a intersubjetividade não desaparece do ensino de Lacan, já que é esse modo de relação entre sujeitos que motivará o trabalho sobre relações entre sujeitos e objetos, impulsionado e mediado pela formalização em 1962-63 do conceito de objeto *a*. O desenvolvimento da questão da intersubjetividade desembocou no conceito de objeto *a* posicionaria o sujeito em relação ao objeto causa de desejo, que independente de ser

localizado em sujeitos ou personagens concretos, coloca cada um não mais frente a uma verdade do seu desejo na posição que outros sujeitos ocupam, mas no modo como cada um se relaciona com seu desejo.

Retomando então *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, ao modo da convergência entre a lógica da cadeia significante e o inconsciente, Lacan (1957/1998a) parece aproximar os diálogos entre os personagens do conto com a prática analítica, já que ao afirmar que a intersubjetividade é o que se pretendeu aludir nas cenas destacadas, esse é o argumento com o qual se enfatiza sua presença e constituição nos diálogos entre os personagens. Como mostra a crítica de Derrida (1975/2007), a prevalência dos diálogos entre os personagens e a redução do narrador como mero comentarista ressaltariam o privilégio dado por Lacan nesse momento à sonorização e à fonetização, capazes de elucidar a verdade, preterindo, portanto, a escrita do narrador. Como já afirmamos, ainda que o texto de Poe seja escrito, Lacan se limita à escrita da voz, ilustrando na fala escrita dos personagens, a verdade do texto.

A inclinação de Lacan (1957/1998a) aos diálogos e, conseqüentemente, ao destaque das duas cenas do conto em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* parece estar intimamente ligada ao tema da intersubjetividade. Como salienta Safatle (2006), nesse contexto Lacan coloca como possibilidade do reconhecimento do desejo de um sujeito o outro, localizado nas relações intersubjetivas, logo nos diálogos, na dialética.

Todavia, a abordagem de Lacan é bastante crítica quanto ao modo binário e concreto com que os psicanalistas tratavam a intersubjetividade até então, lidando com as relações comunicacionais entre dois termos, sujeito e sujeito. Ao tratar do desejo em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1961/1998) afirma que o desejo está no sujeito pela condição da existência do discurso que se impõe a ele pelos desfilamentos do significante. Por outra via, na dialética da transferência, o Outro com maiúscula surge como lugar de manifestação da fala, o que implica que o desejo de um sujeito seja o desejo do Outro, termos presentes na relação intersubjetiva, que conseqüentemente não pode ser tomada como uma relação entre dois sujeitos, já que estando estes referidos à linguagem, o seu desejo do sujeito – que é desejo do desejo do Outro – e o desejo do Outro também estão contabilizados nessa relação.

Desse modo, Lacan (1961/1998) afirma que:

. . . não se trata da assunção das insígnias do outro pelo sujeito, mas da situação de o sujeito ter que encontrar a estrutura constitutiva de seu desejo na mesma hiância aberta pelo efeito dos significantes naqueles que para ele representam o Outro, na medida em que sua demanda lhes está sujeita. (p. 635).

Tal concepção nos leva mais uma vez aos efeitos do significante nos personagens do conto. Uma vez afetados pelo trajeto da carta, não se trata de encontrar as insígnias inscritas na carta, mas sua posição de sujeitos desejantes na veiculação que a carta faz dos significantes que representam o Outro.

Lacan (1954-55/1985) acaba por levantar uma pergunta: “*e o texto?*” (p. 254, grifo do autor). Esse questionamento parte do fato de que aos policiais não foi dado o texto da carta, já que se desconhece o conteúdo escrito da carta, daí Lacan afirmar: “das duas uma, ou o texto tem importância ou não tem. Se ele tem importância, e mesmo que ninguém, salvo o rei, possa entendê-lo, convém, no entanto, que não fique dando sopa” (p. 254). Ainda que Lacan se refira ao texto da carta, a questão desdobra-se aqui na oposição entre palavra e fala ou escrita e fala, visto que no texto escrito de Poe, o que tem importância e de onde se desdobra toda a análise é a escrita da fala, os significantes fonetizados.

Ainda assim, destacamos mais uma vez que a autonomização do significante promovida por Lacan no signo linguístico oferece condições de possibilidade à trajetória errante da carta, de modo que a essa pergunta concernente ao texto possa responder cada um a sua vez, a depender do reconhecimento do seu desejo na relação com o Outro a partir da carta/letra, esse significante faltante, que pode ser significado sem se prender a qualquer significância prévia.

3.3.2 *A verdade velada/desvelada e a ficção*

A verdade impressa na carta só poderia ser encontrada – já que essa aparenta ser a busca de Lacan nesse texto – através da fala dos personagens, a partir do que, em vista disso, Lacan recusa em parte o narrador, que no primeiro diálogo, frente à dimensão da linguagem “nada lhe acrescenta ‘hipoteticamente’” (Lacan, 1957/1998a, p. 21), enquanto no segundo diálogo, a situação é contrária. Lacan compara a oposição entre os dois diálogos com a oposição entre palavra e fala, de modo que se passe do campo da exatidão para o registro da verdade, formando então, dois triângulos: primeira cena, palavra e campo da exatidão e segunda cena, fala e registro da verdade.

Exatamente no registro da verdade Lacan (1957/1998a) opera a ligação das cenas do conto de Poe com a intersubjetividade, já que esse registro situa-se, para o autor, na fundação da intersubjetividade, sendo o lugar “onde o sujeito nada pode captar senão a própria subjetividade que constitui um Outro como absoluto” (p. 22).

Na dialética da relação intersubjetiva atam-se então, fala e verdade, de modo que a verdade do sujeito não será encontrada, mas articulada na fala, que aponta para a constituição do campo do Outro, já que quem fala, endereça esse ato a esse campo. Tomando o campo do Outro como o campo da linguagem, o desejo do sujeito está articulado nessa estrutura ao modo da cadeia significante. Apartado de uma biunivocidade com o significado, o significante não se estanca em uma única significação, apontando sempre para outro significante. O que Lacan mostra é que o desejo do sujeito está articulado na linguagem não se deixando apreender em nenhuma demanda ou nenhum significante que se apresente como representante desse desejo. Assim na relação intersubjetiva articulada através da fala, o desejo não pode ser capturado, mas sempre reenviado a outro significante, outra demanda.

Na segunda cena, onde os registros da fala e da verdade se engancham, a busca dos policiais pela carta interessa a Lacan (1954-55/1985), dado que apesar de a terem visto, não a reconheceram. A despeito de terem uma descrição da carta, a ausência do sobrescrito e a presença de outro carimbo, lhes impedem de reconhecê-la.

Dessa cena Lacan (1954-55/1985) destaca um ponto que nos interessa aqui quanto ao não reconhecimento da carta. Ainda que ela estivesse no espaço procurado pelos policiais, Lacan (1954-55/1985) aponta que “só pode haver algo escondido na dimensão da verdade” (p. 254), haja vista que onde alguém tenha levado algo para esconder, outros podem ter acesso, estando escondida, portanto, não a carta, mas a verdade. Aqui a referência a Heidegger é explícita. Derrida (1975/2007) aponta que, a partir da noção de *alethéia* em heideggeriana, Lacan caracteriza a verdade como velamento e desvelamento, de modo a destacar em Lacan que “é ao se ocultar que ela *mais verdadeiramente* se oferece a eles” (Lacan, 1957/1998a, p. 24, grifo do autor).

Segundo Iannini (2013), Lacan se serve da perspectiva de Heidegger na qual o encobrimento é parte fundante do modo de ser da verdade e onde a presença aparece tanto na verdade quanto na não-verdade. Esse empréstimo serve para Lacan enquanto modo de ler os mecanismos de formação do inconsciente como “*modos de ser da verdade*” (Iannini, 2013, p. 70, grifo do autor). Nessa perspectiva, assim como o ser em Heidegger é tomado também por sua distorção, no inconsciente como concebido por Lacan nesse momento, seu material não consistiria num conteúdo previamente dado, mas também na distorção desse material. Assim, o ato de Lacan de outorgar às formações do inconsciente, modos de ser da verdade, é franqueado pela posição de Heidegger de que o encobrimento faz parte do modo de ser da verdade.

Recorrendo a análise de Balmès, Iannini (2013) esclarece que a apropriação de Lacan da *alethéia* no registro inconsciente, apesar do aparente distanciamento paulatino da perspectiva heideggeriana, permanece no ensino lacaniano de forma que “a dívida a Heidegger é mais explícita e durável: ele [Heidegger] permitiu-lhe ligar a verdade à fala na unidade do desvelar e do velar, fora do registro da exatidão” (Balmès como citado em Iannini, 2013, p. 70).

Esse panorama nos permite refletir sobre as críticas derridianas à concepção de verdade em Lacan em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*. De um lado, o abandono da perspectiva heideggeriana não procederá se tomarmos a citação anterior a partir da torção que aqui opera. Muito mais do que o procedimento de velamento/desvelamento da *alethéia* como em Heidegger, a concepção de verdade de inspiração heideggeriana permite a Lacan desprender-se de uma noção de verdade atrelada à exatidão e à adequação, além da crítica progressiva da linguagem tomada como “estrutura proposicional” (Iannini, 2013, p. 72) afirmando uma crítica à metalinguagem.

Lacan não negaria a possibilidade de a linguagem falar de si mesma sob o funcionamento de signos autorreferentes, mas na sua abordagem da metalinguagem, como aponta Iannini (2013), suas elaborações apontam mais para a impossibilidade de falar da linguagem de modo que seus efeitos neutralizados ou remetidos “para fora do campo em que estamos sujeitos aos efeitos da linguagem” (p. 88). Para o autor, a crítica de Lacan à metalinguagem sustenta a incontornável equivocidade da linguagem, estrutura inexorável que nenhuma metalinguagem conseguiria neutralizar ou encontrar uma barra à remissão contínua do sentido.

Então, se como propõe Iannini (2013) que, “Lacan encontra em Heidegger é muito mais uma crítica da redução da linguagem a sua estrutura proposicional e o afastamento da noção de verdade como adequação do que propriamente uma concepção de verdade como *alétheia*” (p. 72), ainda que constricto no diálogo e nas falas do conto *A carta roubada* nesse momento, o interesse reside no questionamento à linguagem através do performativo da língua.

Se tomarmos, portanto, a ilustração da verdade pelo conto como a atualização mesma do que se faz verdadeiro em acordos intersubjetivos, a proposição de que “a verdade aí revela sua ordenança de ficção” (Lacan, 1957/1998a, p. 19) poderia indicar a não correspondência entre objeto literário e um saber que se configure como verdadeiro e em última instância, o argumento último para afirmar a não-existência da verdade do conto ou de qualquer verdade que se coloque fora da estrutura do dizer ou do escrever. Isso acaba por definir com Iannini

(2013) a impostura de afirmar uma verdade da verdade, um sentido do sentido ou uma metalinguagem que confira autenticidade, já que “verdade não é uma operação intelectual que verifica a concordância de um conhecimento e um objeto ou a consistência entre enunciados” (p. 71).

3.3.3 A narração em *A carta roubada*

A crítica de Derrida (1975/2007) quanto à exclusão do narrador localiza-se na medida em que o privilégio dado aos diálogos dos personagens nas duas cenas destacadas por Lacan em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* vai ficando mais claro ao longo do texto. Esse privilégio, no entanto, não se configuraria como uma exclusão, já que, Lacan (1957/1998a) afirma, por exemplo, que a narração intensifica o drama sublinhando o que cada cena oferece. Nas palavras do autor:

A narração, com efeito, reforça o drama com um comentário sem o qual não haveria encenação possível. Digamos que a ação permaneceria, propriamente falando, invisível para a plateia – sem contar que seu diálogo, pelas próprias necessidades do drama, seria expressamente vazio de qualquer sentido que a ele pudesse relacionar-se para um ouvinte: em outras palavras, que nada do drama poderia evidenciar-se, nem nas tomadas nem na sonorização, sem a luz quebrada, digamos, que a narração confere a cada cena do ponto de vista que um de seus atores tinha ao representá-la (p. 14).

A narração aqui para Lacan (1957/1998a) funciona como uma espécie de referência ou endereçamento das falas, de maneira a autenticar o que aparece nas cenas, evidenciando o sem sentido ou o não dado ao sentido na fala dos personagens.

Desse modo podemos extrair duas conjecturas sobre o lugar da narração nesse contexto. A primeira seria uma aproximação da narração ao lugar do Outro no ensino lacaniano, que como mostra Iannini (2013), recebe influência da lógica cartesiana, concepção na qual “o sujeito não pode se autofundamentar, não pode se instalar como instância garantidora da verdade” (p. 125). O Outro comparece como o lugar da linguagem que ratifica o discurso e que serve como referência na constituição do sujeito. A narração funcionaria aqui, nesse caminho da conferência de sentido e de valor ao que se diz, sendo tomada de modo correlato ao que Lacan (1957/1998a) afirma a respeito da insistência da cadeia significante como “*ex-sistência* (isto é do lugar excêntrico) em que convém situarmos o sujeito do inconsciente, se devemos levar a sério a descoberta de Freud” (p. 13). Esse lugar, identificado por Lacan anos mais tarde como extimidade, não se apresenta no fora, na

exclusão, mas num lugar estrangeiro, estranho, ainda que familiar, como articulou Freud (1919/2010).

A segunda conjectura, em contiguidade com a primeira é a relação da narração com a intersubjetividade circunscrita por Lacan (1957/1998a) como o que motiva e estrutura as duas cenas por ele destacadas. Como apontamos, a intersubjetividade, não se configura como uma situação simplesmente binária ou dual, as relações intersubjetivas se referem, a medida que estão circunscritas pela linguagem, a um terceiro campo que as referencia. A crença na linguagem permite que a articulação de uma fala, sua representação e mesmo sua autenticação sejam reconhecidas na narração, que dá contorno e significações possíveis. Mais uma vez, a narração parece estar tanto presente – sem, no entanto, ser centro da estrutura – quanto ausente, sem ser um terceiro excluído das duas cenas ou da relação intersubjetiva que nunca é composta por dois.

Essas conjecturas são de certo modo ratificadas pela observação de Lacan (1957/1998a) quanto à repetição das duas cenas destacadas, aproximando o automatismo de repetição da inscrição da cadeia significante com sua fórmula já anteriormente sistematizada de que “*o inconsciente é o discurso do Outro*” (p. 18). A constituição do sujeito do inconsciente se dá pela inscrição do discurso do Outro, pela articulação da cadeia significante que inscreve a dimensão do Outro através do discurso.

Essa repetição não se dará no conto de Poe, no ponto de vista de Lacan (1957/1998) em posições idênticas, já que os sujeitos, os olhares nessas relações intersubjetivas se deslocarão em função da posição que ocupará a carta roubada, “*esse significante puro*” (p. 18). Retomaremos esse ponto na sessão a respeito da carta/letra e da materialidade do significante.

Ainda no tema da narração, Lacan (1957/1998a) trata lateralmente do modo com que o encontro com o objeto é sempre transmitida de maneira indireta, “*não é transmissível sob forma simbólica. Sustenta-se apenas na relação com esse objeto*” (p. 21). Escapando do campo simbólico, a linguagem não engloba esse encontro, que será já aqui para Lacan faltoso, dado que só é possível, a partir desse objeto que se configura a partir dos “*traços do ser que tanto uma quanto outra [duas pessoas] a rejeitam*” (p. 21).

Na relação da qual se trata, a dos sujeitos afetados pelo trajeto da carta no conto de Poe, o narrador comparece, segundo Lacan (1957/1998a) partindo dessa relação indireta “*que decanta a dimensão da linguagem, e o narrador geral, ao reproduzi-la, nada lhe acrescenta ‘hipoteticamente’*” (p. 21). Esse hipoteticamente aparece já que, logo em seguida, o autor

afirma que no segundo diálogo, por ele destacado, o narrador opera de modo absolutamente contrário.

A oposição entre o ofício do narrador na primeira e na segunda cena acompanha a diferenciação que Lacan (1957/1998a) aponta entre os polos da linguagem aos quais pertencem essas duas cenas. Enquanto a primeira encontra-se no campo da palavra, a segunda posiciona-se no polo da fala, o que Lacan aproxima simultaneamente ao campo da exatidão e o registro da verdade.

Na segunda cena o narrador opera sua função, cena onde a fala e o registro da verdade coabitam, onde segundo Lacan (1957/1998a) é o lugar da fundação da intersubjetividade, onde o sujeito pode captar apenas sua subjetividade constituindo o Outro como absoluto. Ali o narrador pode, partindo da operação significante que se presentifica na fala destacada dos personagens, acrescentar algo, dado que ao ser tomado como lugar extimo da cena destacada, ele lê e narra a repetição da cena anterior, posicionando-se provisoriamente como Outro da linguagem, de modo que “ao determinar o alcance do que o discurso repete, ela prepara a questão do que o sintoma repete” (Lacan, 1957/1998a, p. 21).

Essa operação do narrador só pode acontecer, na articulação do registro da verdade – que ocultada pelo véu que encobre o conteúdo da carta no conto comparece ao modo do que resgatamos com Iannini (2013) como modo de ler as formações do inconsciente – com o campo da fala, que na articulação significante que parte da falta de um significado prévio localizado na carta, permite que o narrador leia o que ali se inscreve a partir da narração do que se repete da cena anterior. Isso não seria possível na primeira cena, já que na apresentação da palavra, nada se agrega ao que já é pertencente à exatidão.

Extraímos dessa diferenciação da posição do narrador nas duas cenas uma concepção prévia ao que retomaremos na sessão dedicada ao texto *Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein* a respeito dessa narração que lê a partir da repetição, do sintoma, da angústia. Ainda que a posição do narrador esteja radicalizada naquele texto, em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* Lacan (1957/1998a) não o exclui, apenas reserva seu ofício à tarefa de leitor dos movimentos inconscientes escritos no texto.

Todavia, em pós-escrito a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* datado de 1966 intitulado *Parênteses do parênteses* que vem na edição brasileira logo em sequência compondo-o, Lacan (1957/1998a) retoma o narrador como um entre outros afetados pelos efeitos da carta/letra. Nessa retomada do texto de Poe

Sua essência é que a carta/letra tanto pôde surtir seus efeitos internamente, nos atores do conto, inclusive o narrador, quanto do lado de fora: em nós, leitores, e também em seu autor, sem que ninguém jamais tenha tido que se preocupar com o que ela queria dizer: destino comum de tudo o que se escreve (Lacan, 1957/1998a, p. 61).

Essa passagem vem ratificar a posição interna do narrador na estrutura do conto e também colocá-lo entre os outros contaminados pelos efeitos da carta/letra. A circulação da carta sem que se tenha que se preocupar com seu conteúdo ilustra e radicaliza a ambiguidade e a equivocidade da estrutura da linguagem observada por Lacan. Uma vez que não se saiba de partida sobre o querer dizer da carta, é na relação com o Outro na linguagem, que o sujeito insere seu modo de leitura dessa mensagem aberta que é a carta/letra, deixando-se afetar por sua circulação e por seus efeitos.

Apesar de reconhecer essa passagem de 1966 e mesmo citá-la em sua totalidade, Derrida (1975/2007) não a julga suficiente para incluir a participação do narrador na estrutura do conto e mesmo para creditar *O seminário sobre “A Carta Roubada”* como um texto de uma “psicanálise da literatura respeitadora da *originalidade do significante literário*” (Derrida, 1967/2014b, p. 337, grifo do autor).

3.3.4 A letra e a materialidade do significante

Lacan (1957/1998a) inicia *O seminário sobre “A Carta Roubada”* apontando a determinação significante e sua materialidade no inconsciente como o conteúdo a ser ilustrado nesse texto. Essa ilustração, no entanto parte menos do conteúdo da carta em questão, que não é revelado no conto e muito mais da circulação da materialidade da carta. Essa escolha demonstra as alterações feitas por Lacan na apropriação do signo saussuriano e especialmente no significante.

Seguindo a elucidação de Aires (2005), a preeminência do significante sobre o significado se faz presente no significante lacaniano. Enquanto o traço que separa os dois elementos em Saussure é apenas uma linha, em Lacan esse traço se faz barra separando esses elementos, permitindo-os circular de modo autônomo. Não sendo a barra intransponível, como mostra Aires (2005), a vinculação entre significante e significado e a organização da cadeia significante se dá de acordo com a contextualização e circunscrição da significação.

Tomando então o conteúdo velado da carta como significado e a materialidade *de la lettre*, da carta/letra como o significante, seguimos também o argumento de Aires (2005) de que nesse momento do ensino lacaniano o significante e a letra se encontram indistintos

equivalendo-se explicitamente em muitos momentos. Assim, a materialidade do significante é nesse contexto, o modo de aparição da letra em Lacan¹².

A maneira como os sujeitos, as posições e os olhares se deslocam nas relações intersubjetivas do conto é colocado por Lacan (1957/1998a) de modo análogo ao deslocamento da cadeia significante, demonstrando o automatismo de repetição em questão. Assim, como fica claro na afirmação lacaniana, esse deslocamento “é determinado pelo lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a carta roubada” (Lacan, 1957/1998a, p. 18).

A despeito da busca e da não captura da carta no conto, já mencionadas anteriormente, Lacan (1957/1998a) afirma que a carta mantém relações singulares com o lugar, sendo essas mesmas relações singulares as que o significante mantém com o lugar. Aqui o autor localiza a impossível partição da carta/letra como uma dessas relações singulares da materialidade significante com o lugar:

essa materialidade é *singular* em muitos pontos, o primeiros dos quais é não suportar ser partida. Piquem uma carta/letra em pedacinhos, e ela continuará a ser a carta/letra que é, e num sentido muito diferente daquele de que a *Gestalttheorie* pode dar conta, com o vitalismo insidioso de sua noção de todo (p. 26).

Sobre essa materialidade, M. M. R. Vieira (1998) elucida que não se trata da materialidade empírica do significante sensível, já que “para Lacan os rasgões não destroem a significação, mas permitem lê-la” (p. 42). A possibilidade de leitura a partir do rasgo ou da destruição remonta a operação de Lacan com o significante que, separado do significado pela barra, abre o caminho para a leitura da mensagem que cada um desses pedaços veicula.

Tal materialidade que não é empírica ou sensível pode ser vislumbrada na observação de Lacan (1957/1998a) a respeito da mensagem que chega à destinatária, a Rainha, a despeito da partida do bilhete original ter sido substituído por um pedaço de papel insignificante. Desse modo, a materialidade do significante pode ser aportado mais na recepção da mensagem circulada pelo significante, no material significante a ser lido, do que nas propriedades sensíveis da carta, nos destinos empíricos da materialidade sensível.

Assim, a função significante se aproxima da observação de que “a mobilização do belo mundo cujos passatempos acompanhamos aqui não teria sentido, se a carta, por sua vez, se

¹² Esse ponto – como outros trabalhados em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* – também é claramente explicitado em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, onde Lacan (1957/1998b) associa o significante à letra pensando suas articulações com o inconsciente e o sujeito. Reservamo-nos a indicar esse texto apenas marginalmente acompanhando o movimento de Derrida apresentado no capítulo anterior e explorando a importância que a literatura, aqui com Poe, tem para esse trabalho.

contentasse em ter um” (Lacan, 1957/1998a, p. 29). O significante se encarrega unicamente da veiculação, da circulação da mensagem que é a carta roubada. Mensagem que não tem um sentido, mas tantos sentidos quanto destinos forem atravessados por seu trajeto.

Como Lacan (1957/1998a) afirma, no conto de Poe poderíamos supor sentidos diferentes da carta para a Rainha e para o ministro, por exemplo. Essa significação alternante não alteraria a sucessão dos acontecimentos para o autor, o que não quer dizer de onde a carta poderia chegar ou estar, mas do fato estrutural que é sua circulação, independente de seu significado. Sendo “carta de amor ou carta de conspiração, carta de delação ou carta de instrução, carta de intimação ou carta de desolação” (Lacan, 1957/1998a, p. 31), no conto o que se retém é o fato da Rainha encobrir a carta, circulando então o apagamento de seu conteúdo e o deslizamento da enormidade de sentidos possíveis.

A singularidade das relações da carta/letra com o lugar é ainda referida como o próprio sujeito do conto, explicitando ainda mais a equivalência entre significante e carta/letra:

a singularidade da carta/letra, que, como indica o título, é o *verdadeiro sujeito* do conto: é por poder sofrer um desvio que ela tem um trajeto *que lhe é próprio*. Traço onde se afirma, aqui, sua incidência de significante. Pois aprendemos a conceber que o significante só se sustenta num deslocamento comparável ao de nossas faixas de letreiros luminosos ou das memórias giratórias de nossas máquinas-de-pensar-como-os-homens, e isso, em razão de seu funcionamento alternante por princípio, que exige que ele deixe seu lugar, nem que seja para retornar a este circularmente (Lacan, 1957/1998a, p. 33, grifos do autor).

Retomando a crítica de Derrida (1975/2007) do capítulo anterior, para o filósofo a materialidade e a impossível partição da carta/letra e do significante são apoiadas numa idealidade que se constrói a partir da preservação do conteúdo ideal dessa carta/letra, nunca dado aos personagens e aos leitores. Se por um lado acompanhamos Derrida (1975/2007) na afirmação dessa idealidade que preserva a integralidade e garante seu destino, pontos discutidos no último tópico do capítulo anterior, por outro lado, essa mesma materialidade do significante na cadeia, autonomizado do significado a partir da alteração lacaniana no algoritmo saussuriano, permite a circulação dessa carta expondo-a a destinos e desvios de acordo com o que a incidência significante terá para cada leitor.

Como afirma Lacan (1957/1998a):

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado, tem algum sentido, é que o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por

bem ou por mal seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico. (pp. 33-34).

A razão, portanto, do uso de Lacan do significante se afirma, na herança e na redescoberta do texto freudiano, seguindo a determinação que a linguagem opera nos sujeitos. Se o material clínico que os pacientes apresentam tem preeminência nas sessões analíticas, a teoria não poderia se esquivar dessa determinação. É a partir das falas e do que elas carregam, ocupando e desocupando as palavras, circulando entre os significados, que os sujeitos se afetam a partir da equivocidade e da ambiguidade da linguagem. Essa é uma importante marca da perspectiva lacaniana na abordagem da linguagem.

Ao significante nos moldes de como Lacan o concebeu cumpre ser essa ligação entre o que se articula no nível da fala e o que se escreve no inconsciente, que por sua vez tem como seu efeito “que o homem seja habitado pelo significante” (Lacan, 1957/1998a, p. 39).

3.3.5 *O destino e o desvio*

Lacan (1957/1998a) afirma o espaço em que se busca a carta roubada no conto de Poe como uma tomada ao pé da letra do espaço teórico em que se pretende encontrá-la. Tentativa em vão, sendo esse um espaço de esquadramento impossível, “já que o campo que estas [as buscas] esgotaram realmente a continha” (p. 25). Dessa afirmação já poderíamos extrair uma leitura na qual, a carta/letra escapa mesmo em sua chegada. Seu destino, ainda que determinado, pode não ser aquele em que se está, já que faz parte de sua estrutura sofrer desvios naqueles que são atravessados por sua trajetória e também pela relações singulares com o lugar que a carta/letra e o significante tem com o lugar, como aponta Lacan (1957/1998a).

Aproximando claramente a carta/letra da materialidade do significante, sustentando inclusive sua integralidade a partir dessa materialidade, Lacan (1957/1998a) associa a unidade significante tomada como “símbolo de uma ausência” (p. 27) à impossibilidade de dizer da carta/letra como estando ou não estando em algum lugar, diferente de outros objetos “ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá” (p. 27, grifo do autor).

A carta/letra e a questão do destino são abordadas por Lacan (1957/1998a) a partir do desvio, do alongamento de seu trajeto e também de um possível atraso¹³. Ao assinalar que o

¹³ Seguindo a indicação de Carla Rodrigues, o termo atraso pode ser desconstruído com Derrida (1996/2015) a partir do termo *demora*, *morada* ou *demorar*, traduzido de *demeure* do francês por Trocoli & Rodrigues (2015).

emprego da partícula partitiva não se aplica à carta/letra “nem que seja para designar a correspondência em atraso” (p. 27), ao mesmo tempo em que afirma que nunca há de *la lettre*, inscreve como possibilidade um atraso, também desviante do destino. Mesmo na expressão, *la lettre en souffrance* ou a carta/letra em suspenso, Lacan (1957/1998a) faz uso da terminologia postal, colocando em jogo a indecidibilidade inscrita num destino supostamente pré-fixado:

Assim nos vemos confirmados, em nosso desvio, pelo próprio objeto que a ele nos leva: pois é justamente a *carta desviada* que nos ocupa, aquela cujo trajeto foi *alongado* [*prolongé*] (o que é, literalmente, a palavra inglesa), ou, para recorrer ao vocabulário postal, *la lettre en souffrance*, a *carta não retirada* (p. 33, grifos do autor).

Em nota do editor quanto ao termo *prolongé* ou *pur-longée* (purloined) tem-se seu sentido atrelado ao prolongamento ou extensão “por um desvio lateral prévio” (Lacan, 1957/1998a, p. 33, nota 23). A estrutura da carta em sua relação com o significante prenuncia, na partida para seu destino, um desvio previsto, já que a significação ou mesmo os efeitos dessa carta/letra que circula sem no campo simbólico se fixar a significados pré-estabelecidos, fará paragem em cada leitor, que como desvio previsto, torna-se o destinatário da mensagem e da materialidade dessa carta.

Também o termo *la lettre en souffrance* oriundo do léxico postal aponta para a suspensão dessa carta “não reclamada” (Lacan, 1957/1998a, p. 33, nota 24). Ao passo que o desvio é condição estruturante de seu caminho a ser percorrido, o destino esvazia-se de localização material fixada, o que não dá direito a nenhum destinatário reclamar sua posse. Assim, os destinatários desviados, ou como afirma Lacan mais à frente, os sujeitos que se deixam possuir pelo sentido da carta/letra são seus verdadeiros destinatários.

A interpretação que parte da afirmação final de Lacan (1957/1998a) nesse texto, qual seja, “uma carta sempre chega a seu destino” (p. 45), para apontar esse destino como um lugar material essencializado, ignora as outras passagens do mesmo texto onde o desvio é se não componente essencial, o destino mesmo da carta/letra.

Por exemplo, ao tratar da procura da carta desviada, roubada no conto de Poe, Lacan (1957/1998a) afirmará que a busca se converterá no objeto dos investigadores, vertendo o desvio da carta, os caminhos pelos quais percorreu, no objeto buscado. Seu desvio nesse espaço primeiramente tomado como o espaço literal onde se procurava a carta e

posteriormente tomado também como o espaço teórico onde se trata da carta, torna-se o destino dessa investigação.

Ao abordar também a impossibilidade de afirmar a posse da carta/letra, dado que qualquer sujeito que a tenha em mãos poderia contestar tal posse, Lacan (1957/1998a) aponta para uma abordagem onde se afirme “quem a detém” (p. 31), passando de sujeitos que possuem a carta/letra para a carta/letra que possui aqueles que se capturam por sua circulação. De modo que, nas alternâncias de posições nas diferentes cenas do conto de Poe

são a carta/letra e seu desvio que regem suas entradas e seus papéis. Não sendo ela reclamada [*em souffrance*], eles é que irão padecer. Ao passarem sob sua sombra, tornam-se seu reflexo. Ao entrarem de posse da carta/letra – admirável ambiguidade da linguagem –, é o sentido dela que os possui (Lacan, 1957/1998a, p. 34).

Então, respondendo parcialmente à crítica de Derrida (1975/2007) com relação à idealidade da singularidade da carta/letra como significante e sua não circulação por parte de Lacan, a perspectiva de uma carta/letra que possua seus leitores radicaliza a significativa alteração lacaniana no algoritmo saussuriano do signo. À medida que a face significado da carta é ocultada, velada, a face significante circula de modo a não se deter em nenhuma significação específica. A trajetória da carta/letra se desdobra fazendo com que o sentido que a carta possui para cada leitor, pode, no esvaziamento do significado, ancorar seu significante como sujeito no conteúdo que ali escapa.

A ambiguidade da linguagem é descrita nesse trecho por Lacan (1957/1998a) na duplicidade que a expressão *entrar em posse da carta/letra* ou ainda radicalizada em francês “(*tomber en possession*), onde se ‘cai em posse’ da carta” (p. 34, nota 26). Esse deslocamento da posse é, na perspectiva lacaniana do conto, alterado para apontar a posse que a carta/letra opera em seus leitores.

Essa ambiguidade poderia, como acreditamos, indicar também a indecidibilidade já contida na noção de letra em relação com o significante. Se, como pretendemos mostrar à frente, em sessão dedicada à *Lituraterra* e seu contexto temporal, a letra desloca-se num espaço desdobrado em gozo e saber. Esse movimento radicaliza a impossível ancoragem e estancamento de sentido já afirmadas em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* quanto à circulação da carta/letra em relação com o deslocamento da cadeia significante.

Nesse sentido e ainda em análise de *A carta roubada* de Poe, Lacan (1957/1998a) é categórico:

A carta só existe como meio de poder pelas atribuições últimas do significante puro, quais sejam, prolongar seu desvio, para fazê-la chegar a quem de direito por uma passagem suplementar, isto é, por uma outra traição, cujas repercussões a gravidade da carta torna difícil prever; ou então, destruir a carta, o que seria a única maneira, segura e, como tal, prontamente proferida por Dupin, de acabar com o que está destinado, por natureza, a significar a anulação daquilo que significa (p. 36)

A carta é regida pela função do significante de prolongar seu desvio, seja por passagens suplementares, ou seja, destinos desviantes, ou ainda por sua destruição, que por sua vez funciona como um outro desvio que conduz ao destino que caberá a cada leitor ou a cada sujeito que entra em posse da carta, atribuir significância ao que está rasurado de sentido.

Colocar algo de si permite então que a destinação da carta/letra encontre um desvio como destino em cada leitor, que por sua vez, pode tomar essa carta/letra ou esses escritos de amor, como lhe aprouver, assim como Lacan oferece a Derrida em dedicatória de seus *Escritos* (Derrida, 1996).

Sabemos que o significante também é uma noção que se desenvolve no ensino lacaniano e toma diferentes destaques a depender do contexto trabalhado. Aqui, na extração da noção de letra em *O seminário sobre "A Carta Roubada"*, o significante se mostra como o que concede à letra a autonomização, ainda que como mostrado por Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) funcione também em posição privilegiada ou centrada em um "*significante de uma falta do Outro*" (p. 56),

Esse significante privilegiado, *significante de uma falta do Outro*, inscrito como significante da falta de um símbolo, da falta do Outro do Outro, gira em torno de um buraco instaurado no lugar da falta desse símbolo. Desse modo, segundo os autores, ele determina o jogo dos significantes em seu conjunto, articulando a cadeia significante modo que sem ele, os outros significantes nada significariam, como recuperam Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) de Lacan.

Se o foco de Derrida (1975/2007) na análise do conto de Poe recai mais sobre o questionamento do privilégio de Lacan nos diálogos, recusando parcialmente o narrador e o texto da carta, para Lacan (1957/1998a) tal prevalência se dá no ensejo que os diálogos nas relações intersubjetivas permitem destacar do desejo e do posicionamento dos personagens, dado que o interesse clínico da demonstração do automatismo de repetição da insistência da cadeia significante é o que faz o psicanalista recorrer à literatura.

No tópico seguinte recorreremos aos efeitos dos escritos de Marguerite Duras sob Lacan para entrever um desdobramento da noção de letra tomando a literatura como referência. Apostamos que a circulação autonomizada emprestada pelo significante à noção de letra é

radicalizada no que vai ser nomeado prática da letra na homenagem lacaniana. A insistência da cadeia significante ilustrada por Lacan no conto de Poe retoma, na prática da letra testemunhada na leitura de Duras, a possibilidade de, no lugar de leitor, tomando de partida a captura de sentido como um fracasso, ler a vivacidade do texto escrito e dar testemunho da angústia e do arrebatamento que dão voz à narrativa.

3.4 A letra e o narrador em Duras

Se o interesse de Lacan pelos escritos literários permanece de Poe a Duras, ao tomar os escritos dessa última, a “baliza de método” (Lacan, 1965/2003, p. 200) se desenvolve radicalmente. Enquanto no conto de Poe a análise se dava com o intuito de ilustrar a verdade, ao se dedicar a Marguerite Duras e especialmente ao texto *O arrebatamento de Lol V. Stein*, Lacan (1965/2003) aponta para um desembaraçamento possível do leitor na impossível apreensão de Lol.

Vale lembrar com Veras (2016; 2017), que a tradução de *Le ravissement de Lol V. Stein* para *O deslumbramento* com o título em francês abaixo como subtítulo, parece fazer série com as outras duas obras de Duras publicadas no Brasil pela mesma editora anteriormente, *O amante* e *A dor*. No entanto, a força contida em arrebatamento se perde. Seguimos com Veras e com a tradução do texto de Lacan que sustentam o *arrebatamento* de Lol, duplamente como sujeito e objeto do arrebatamento, “fazendo do que ressoa no contar-se desse *ravissement* um quase-conceito analítico, um nó que se faz e refaz, sem que se saiba quem é arrebatado/a” (Veras, 2016, p. 169).

Ao tentarmos seguir os passos da personagem, ouviríamos os dela às nossas costas, como afirma Lacan (1965/2003), que também se pergunta se isso não se daria porque “essa criatura se desloca num espaço desdobrado” (p. 200). Ainda que apareça como questionamento, essa passagem se faz importante aqui.

Tomando a homenagem a Duras como escala obrigatória entre *O seminário sobre “A carta roubada”* e *Lituraterra*, esse texto nos oferece mais. Lemos no textos dos *Escritos* o espaço através da carta/letra como materialidade do significante, que garantiria a integralidade da carta/letra e sua impossível partição, mesmo que ainda nesse texto Lacan (1957/1998a) afirme, como já apontamos, o espaço de busca da carta roubada no conto de Poe como uma tomada ao pé da letra do espaço teórico em que se pretende encontrá-la, tentativa em vão, sendo esse um espaço de impossível cartografia.

O que esse “espaço desdobrado” (Lacan, 1965/2003) extraído da Lol de Duras nos aponta é o prosseguimento do espaço da carta roubada. A personagem de Duras se desloca de um espaço literal para um espaço litoral, levando-nos de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* à *Lituraterra*, cerne de nossos esforços no próximo tópico.

Esse prosseguimento nos indica pra além de uma gramática geográfica entre gozo e saber, um deslizamento de superfícies que recoloca a apropriação de Lacan do estruturalismo. Como a crítica de Derrida (1967/2014a) assinala, o fundamento metafísico do estruturalismo se configura na crença de um centro que organiza a estrutura, mesmo que esse centro se assente num fora da estrutura que se crê organizar. Como destacamos na crítica endereçada a Lacan por ocasião de *O seminário sobre “A carta roubada”*, Derrida (1975/2007) localiza esse centro da estrutura no significante falo, que, segundo o filósofo, se apresenta no texto de Lacan como significante transcendental que refere e organiza todos os outros significantes.

Na homenagem a Duras em questão, Lacan (1965/2003) se debruça sobre a cena do baile onde Lol teria sido o centro dos olhares, no entanto, esse centro

não é a mesma coisa em todas as superfícies. Único num plano, por toda parte numa esfera, numa superfície ele pode dar um nó esquisito. Pois você sente que se trata de um envoltório que já não tem dentro nem fora, e que, na costura de seu centro, todos os olhares convergem para o seu, eles são o seu que os satura e que, para sempre, Lol, você reivindicará a todos os passantes (p. 201).

Essa enunciação de Lacan nos conduz duplamente à figuração litoral da letra em seu espraçamento não localizável e também ao desenovelar do centro da estrutura, acompanhando em Lacan outros recursos para além do estruturalismo, como parece apontar, por exemplo, “por toda parte numa esfera” à teoria dos conjuntos e às matematizações, e o “nó esquisito” à topologia borromeana.

De todo modo, a torção da psicanálise em relação ao estruturalismo já se apresentava no significante lacaniano, apresenta uma abertura à estrutura, autonomizando-se do que propunha Saussure, ainda que Lacan o tivesse como referência. Essa autonomia é acentuada na indiferenciação entre dentro e fora, no centro que, para Lacan (1965/2003), se diferencia em cada superfície.

Dispondo ainda da homenagem e do deslumbramento de Lacan por Duras, o tema da narração e do narrador se recoloca nesse texto. Outro ponto destacado por Derrida (1975/2007) na crítica a *O seminário sobre “A carta roubada”* é a exclusão do narrador e a distinção concedida aos diálogos por Lacan, o que reincidiria, para o filósofo, no

fonocentrismo repetido ao longo da história da filosofia e em grande parte do pensamento ocidental.

No arrebatamento de Lol, a leitura de Lacan (1965/2003) se dá a partir da “voz da narrativa” (p. 199), primeiramente identificada no personagem Jacques Hold, que logo em seguida é duplamente deslocada, passando para a angústia, que “mais uma vez, ressurge a ambiguidade: será a dele ou a da narrativa?” (p. 199). A resposta de Lacan (1965/2003) recai sobre uma indecidibilidade, o que, no entanto, não impede de afirmar que Jacques Hold não é um mero “apresentador da máquina”, mas uma das engrenagens dessa narrativa.

A angústia da narrativa - ou do narrador - se dá em assonância com *O seminário, livro 10: a angústia*, onde Lacan (1962-63/2005) havia há pouco enunciado a relação da angústia com o conceito de objeto *a*, ali formalizado sob o prisma dos três registros real, simbólico e imaginário. Revisando leituras de alguns autores feitas a partir do texto freudiano, onde afirmam que a angústia é sem objeto, Lacan (1962-63/2005) afirma que “ela não é sem objeto” (p. 101), ainda que o objeto *a* não corresponda ao objeto da angústia e que não localizemos de que objeto se trata.

Demarcando mais uma falta constituinte do sujeito do que uma falta de objeto, a angústia em Lacan (1962-63/2005) faz borda em “alguma coisa perdida, e a maneira mais segura de abordar esse algo perdido é concebê-lo como um pedaço do corpo” (p. 149). O objeto perdido encarna-se na separação do pedaço de corpo cedido, que Lacan acrescenta a já formulada lista dos objetos freudianos – oral, anal e fálico – o olhar e a voz.

Partindo dessas duas figurações ou cessões do objeto *a*, o olhar e a voz, Lacan (1965/2003) traceja os passos da Lol de Duras, através do que não pode ser apreendido nem pelo olho, nem pela fala, nem pelo que se dá a ver, nem pelo que se dá a ouvir. A angústia da narrativa apresenta-se na impossibilidade de apreensão do objeto - literário? - que, todavia se mostra na escrita de Duras “da vida vazia com o objeto indescritível” (p. 205).

A superficialidade percebida pelo próprio Lacan (1965/2003) a propósito de seu comentário sobre Duras toma consistência no momento em que o psicanalista observa que a escritora não se atrapalharia “com a consciência de ser em um objeto, visto que esse objeto, ela já o recuperou através de sua arte” (p. 203).

A angústia da narrativa é o que resta dos contornos desse objeto *a* indescritível, de sorte que a angústia de Jacques Hold narra Lol, aquela que caminha às nossas costas, forçando-nos a enxergar o que Lacan nos ensina acompanhado de Freud e de Duras, a saber, “que em sua matéria o artista sempre o precede [o psicanalista] e, portanto, ele não tem que bancar o psicólogo quando o artista lhe desbrava o caminho” (Lacan, 1965/2003, p. 200).

Esse destaque que Lacan faz da narração, de partida se demite de qualquer possibilidade de ilustrar a verdade e, colocado ao lado do que ecoa da carta de Derrida (1975/2007) quanto à exclusão da narrativa e o privilégio da fala, se compõe do encadeamento da cacofonia de vozes e versões sobre Lol que emprestam à voz narrativa de Jacques Hold, tecido para questionamento da referência narrativa.

A hibridização de vozes que narram Lol se dispersa no anonimato da voz da cidade, como Trocoli (2016) nos lembra com a letra de Duras “*A história dos dois se espalhou. S. Tahla* não era suficiente grande para calar-se e engolir a aventura” (Duras citada por Trocoli, 2016, p. 59). Aqui o espaço desdobrado de Lol se faz novamente presente, uma vez que na litoralização da letra de seu nome, Lol se faz incapturável.

Tão precioso para nós, o espaço desdobrado onde Lol se desloca é o da narrativa, desembrulhado por Trocoli (2016) em três camadas de onde se parte para questionar o referente da narrativa. A primeira camada aponta para o relato que enquadra Lol partindo de Hold, que enquadra todos os relatos sobre Lol. A segunda camada indica que ao passar para a terceira pessoa na narração, Hold torna-se ele, “a voz do narrador torna-se um objeto da voz da narrativa, . . . Lol V. Stein é causa ilegível do relato, ou seja, é sua posição que determina a de Jacques Hold” (p. 59). Na terceira camada sobra o resto d’alíngua de Lol, em seus gritos e murmúrios.

Essa divisão de camadas, como assinala Trocoli (2016), torna-se indiscernível na reconstrução da cena, escapando como efeito Lol

dizer dela sem retê-la, deixando tudo escapar para, nessa perda, narrar. . . Jacques Hold, contudo, não sabe tudo que o prende a Lol. E isso, que não pode ser traduzido ou reduzido a um saber, produz ao mesmo tempo um corte, um furo e um nó (p. 61).

Trocoli (2016) ainda nos lembra das ressonâncias na língua inglesa entre *Hold*, que é quem sustenta, possui, controla, limita, *whole*, completo, inteiro, não dividido e *hole*, abertura, buraco, embaraço. Com os ecos dessas ressonâncias, a autora retoma a sentença lacaniana inscrita em homenagem a Duras de “que a prática da letra converge com o uso do inconsciente é tudo de que darei testemunho ao lhe prestar homenagem” (Lacan, 1965/2003, p. 200), para apontar que a prática da letra em Duras não acontece em subordinação ao inconsciente, mas em seus usos alinhando-se “a uma lógica do efeito, efeito de desfazer aquilo que Jacques Hold erigia para dar a ouvir o murmúrio articulado de Lol. . . uso da letra - contorno da escrita do nome de Lol” (Trocoli, 2016, p. 65).

O arrebatamento que acomete Lacan e do qual dá testemunho em sua homenagem a Duras, ao mesmo tempo em que prenuncia o espaço litoral de *Lituraterra* e *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*, desenvolve o germe do que se dava a ler como a insistência da cadeia significante no inconsciente em *O seminário sobre "A carta roubada"*.

Uma hipótese que aqui se entrevê e que pretendemos desenvolver a seguir é pensar a noção de letra como um operador clínico que permita ler os movimentos inconscientes. Tomar a convergência entre prática da letra e uso do inconsciente e o deslocamento do narrador a depender de quem lê o que se narra, nos leva a apontar essa abertura que paulatinamente desloca a verdade e a significação para o litoral entre gozo e saber e para a equivocidade do sentido.

4 O ESPAÇO DESDOBRADO DA LETRA EM JACQUES LACAN

Quase quinze anos após a escrita do texto sobre o tema da carta/letra no conto de Poe, Lacan (1971/2009) o retoma em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*, partindo agora de um interesse direto ao tema da escrita em relação com o discurso e o semblante.

Os termos principais do título do seminário daquele ano, discurso e semblante, são aportados por Lacan (1971/2009) não sem partir das elaborações anteriores, por exemplo, sobre o significante e a intersubjetividade como trabalhadas em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*.

Tomando a intersubjetividade, Lacan (1971/2009) afirma que o que agora se coloca em jogo em torno do que foi nomeado intersubjetividade, é o que se dá a entender pelo termo intersignificação, ou seja, a representação significante. Retomando o que já afirmara desde *O seminário, livro 9: a identificação*, o significante é definido como “o que representa um sujeito para outro significante, no qual o sujeito não está. Ali onde é representado, o sujeito está ausente. É justamente por isso que, ainda assim representado, ele se acha dividido” (Lacan, 1971/2009, p. 10).

Esse aspecto da intersubjetividade já estava apresentado no contexto dos *Escritos* através da referência dos sujeitos à dimensão da linguagem a qual se encontram referidos, tomando o significante e a carta/letra – ali quase sinônimos – como representante dessa instância outra que é a linguagem.

Aproximando as noções de representação e semblante em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*, Lacan (1971/2009) opera um desdobramento da questão da intersubjetividade em relação ao significante, precisando o significante como “idêntico ao status como tal do semblante” (p. 15). Tudo que está no nível do discurso, o significante aí incluído, para o autor apresenta-se como semblante.

Ao tomar o título desse seminário, Lacan (1971/2009) afirma que, para que houvesse um discurso *que não seria semblante*, seria necessário que esse semblante não fosse completado por nenhuma referência ao discurso, já que não se trata de um semblante de discurso como no lógico-positivismo onde “trata-se de submeter um significado à prova de alguma coisa que se decida por um sim ou por um não” (p. 13). O *seria*, em oposição ao *fosse* da tradução estabelecida pela versão brasileira, se configura como uma tradução mais fiel ao título original, já que como aponta Castello Branco (2000), o *seria* salvaguarda a virtualidade que o condicional concede, perdida no *fosse*.

A inexistência de um semblante de discurso acompanha o esforço teórico de Lacan, já destacado como tal anos antes, como expõe Iannini (2013), acerca da não existência do Outro do Outro, da verdade sobre a verdade, ou seja, não existe um discurso que avalize a estrutura de outro discurso e o garanta como semblante ou não. Nesse momento, “a verdade é para ser apenas semidita” (Lacan, 1971/2009, p. 12).

Com relação ao questionamento de um discurso que não seria semblante, Lacan (1971/2009) vai apontar para além dos semblantes, a existência dos efeitos do discurso, uma vez que é através da possibilidade de “centrar-se como impossível, por seu efeito, que ele teria alguma chance de ser um discurso que não fosse semblante” (p. 21). Sendo o discurso sempre semblante, seus efeitos teriam alguma chance de não serem semblante, alcançando o que Lacan (1971/2009) afirma a seguir, quantos aos limites do discurso, quando este se esforça para que o mesmo semblante se mantenha, “de vez em quando existe o real” (p. 31).

É nesse contexto que Lacan retoma o conto de Poe, fazendo trabalhar o que se inscreveu em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* através dos recursos teóricos disponíveis naquele momento, agora sob o prisma da impossível escrita da relação sexual e da retomada da noção de letra em *Lituraterra*. Dediquemo-nos primeiramente ao desdobramento da noção de letra cruzando as referências da lição sobre *Lituraterra* d’*O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse do semblante* com o texto de mesmo nome que lhe deu origem, publicado em *Outros Escritos*.

4.1 *Lituraterra*: a letra como litoral

O texto referido foi originalmente publicado por Lacan em 1971 no número 3 da revista *Littérature*, com tema “Literatura e psicanálise”. Lacan (1971/2003) atribui ao dicionário *Ernout e Meillet* a retirada do termo latino *lino*, raiz do termo *litura*, apontando para o sentido de rasura (*raiture*). Como destaca Mandil (2003), partindo de *litura*, a formação da palavra *liturarius* como um escrito que possui rasuras permite a Lacan inserir a palavra *lituraterra* em oposição à literatura, fazendo surgir “a dimensão ‘litoral’, em um contraponto entre a letra e a ‘litura’, o traço, a rasura, abrindo possibilidades para uma ‘lituraterra’ a se destacar da literatura” (p. 21).

É Mandil (2003) quem também sublinha a importância da referência a James Joyce para a extração do termo *lituraterra* de literatura. A primeira referência de Lacan a Joyce se dá em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*. Ao tratar da busca da polícia pela carta

extraviada, Lacan faz uma brincadeira com a assonância da palavra *lettre* (letra e carta) e *litter* (lixeira), aludindo diretamente a Joyce:

A letter, a litter, uma carta, uma letra, um lixo. Fizeram-se trocadilhos, no cenáculo de Joyce, com a homofonia dessas duas palavras em inglês. A espécie de dejetos que os policiais manipulam nesse momento tampouco lhes revela sua outra natureza por estar apenas meio rasgada. (Lacan, 1957/1998a, p. 28).

Essa primeira referência a Joyce no contexto de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* tem por função o destaque da dimensão da carta para além de sua função de transmissão da mensagem, já que “é justamente após ter sido esquecida sobre a mesa que ela, posta em movimento, aciona a série de elementos que mantém o suspense até o fim” (Mandil, 2003, p. 27).

Ainda que Lacan (1957/1998a) afirme em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* que uma das características essenciais da carta é “não suportar ser partida” (p. 26) associando essa partição ao conteúdo inscrito na carta, a inserção do *litter* joyciano parece vir no sentido de evidenciar, como indica Mandil (2003), que essa carta também pode ser “manuseável, passível de ser esquecida, rasgada, guardada, adulterada ou tratada como detrito” (p. 27).

Nessa dimensão material, a carta como dejetos insere rasuras em sua mensagem, rompendo com a cadeia de sentidos que poderia se extrair do que nela está escrito. De destinatário a destinatário a carta sofre uma alteração em sua estrutura ou na veiculação de sua mensagem, dando substrato para Lacan, ao inserir a referência a Joyce, valer-se da *litteraterra* para questionar no cânone das críticas literárias interpretações sobre o conteúdo dos escritos literários – como, por exemplo, ao homenagear Marguerite Duras – passando então, da ilustração da verdade, para a extração das rasuras do texto.

Em *Litteraterra*, Lacan (1971/2003) se vale mais uma vez da referência feita a Joyce em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* para operar a passagem da carta/letra para essa escrita de dejetos:

Esse dicionário [*Ernout e Meillet*] (que se vá a ele) me pressagia auspício por estar fundado de um ponto de partida que tomei (partir, aqui, é partir de novo) no equívoco com que Joyce (James Joyce, digo) desliza de *a letter* para *a litter*, de letra/carta (traduzo) para lixo (Lacan, 1971/2003, p. 15).

Associando a carta ao dejetos, a letra ao lixo, Lacan (1971/2009) parece além de sustentar experiências com a prática da letra, efetivar uma distinção mais delineada entre a noção de letra e significante do que a que se apresentava em *O seminário sobre “A Carta*

Roubada”. Se naquele texto os dois chegavam a se corresponder, aqui Lacan estabelece uma diferenciação entre letra e significante.

Para tanto, Lacan (1971/2003) retoma o conto de Poe em *Lituraterra*, afirmando que a carta chegou a seu destino depois dos desvios sofridos, sem, no entanto, que se fizesse recurso a seu conteúdo. Lacan aponta ainda para o efeito que essa carta tem de afetar “os que a cada vez a detêm” (p. 16), como um efeito de feminização, sobre o qual nos deteremos mais a frente.

Aqui Lacan (1971/2003) articula a distinção entre carta/letra e o significante no conto de Poe, apontando a carta como o que transmite “o significante que ela carrega” (p. 17). Para o autor, o conto se apresenta como a transmissão da mensagem da carta, sempre velada, “como num passe de mágica, de modo que é o escrito, e, portanto, propriamente a carta, que faz sozinha peripécia” (Lacan, 1971/2009, pp. 107-108). E apesar dessa transmissão, Lacan em seguida afirma que, se aponta a carta como retida [*em souffrance*] é pelo fracasso que ela porta.

Desse modo, Lacan (1971/2009) faz uso da figura do “furo” para apontar aí a posição da psicanálise ao mostrar o fracasso no texto: “eu a esclareço por demonstrar onde ela, a psicanálise, faz furo” (p. 108). Como indica Mandil (2003), essa figura do furo denota a descontinuidade da passagem de um campo ao outro, articulando dois elementos.

Apoiado nas reflexões de Lacan (1975/76-2007) d’*O seminário, livro 23: o sinthoma*, M. A. Vieira (1999) demarca a abordagem lacaniana da figura topológica do furo a partir de uma contraposição da perspectiva euclidiana, que toma o furo como interrupção da continuidade de uma superfície que existe previamente e só a partir disso define o furo. Como indica M. A. Vieira (1999), Lacan tratará do furo em oposição a essa concepção, indicando a extração dessa figura a partir da existência de uma reta infinita, para definir o furo como “o que está em torno de uma reta infinita” (p. 4).

Segundo M. A. Vieira (1999), na referida perspectiva euclidiana, ao seguirmos ao longo do furo encontrando um fundo – que se configura então mais como um saco do que um furo – de modo que, essa estrutura estaria na continuidade da superfície. O furo como abordado por Lacan naquele seminário, define a superfície, ao invés de ser definido por ela. A partir dessa concepção de furo, por exemplo, “o corpo não existe per se, tendo áreas cheias que definem, em suas ausências, orifícios. O corpo agora se define pelo fato de ter furos e de nestes furos concentrar-se o gozo” (M. A. Vieira, 1999, p. 5).

Assim, é o furo que definirá o seu entorno, demarcando as estruturas heterogêneas de onde irrompe. Em *Lituraterra* a figura do furo articula em torno da letra três pares heterogêneos, sendo eles, o saber e a verdade, o literal e o litoral e saber e gozo.

Lacan (1971/2003) recorre ao par verdade e saber para apontar o que crê a respeito da relação do fracasso de que o furo é índice com o ofício do psicanalista:

Contrasto, endereçando a eles [psicanalistas exercidos pela psicanálise], verdade e saber: é na primeira que eles prontamente reconhecem seu ofício, enquanto, na berlinda, é pela verdade deles que espero. Insisto em corrigir meu tiro por um saber em xeque – tal como se diz figura *en abyme* –, o que não é o xeque, o fracasso, do saber. Tomo então conhecimento de que há ali quem se julgue dispensado de dar mostras de qualquer saber. (pp. 17-18).

Ao resgatar a figura *en abyme*, utilizada tanto na pintura e na literatura quanto na psicanálise e que, de modo geral, indica uma estrutura dentro da outra, em abismo, como uma pintura dentro da pintura, uma leitura dentro do livro, a cena dentro da cena, o sonho dentro do sonho, Lacan (1971/2009) parece demarcar a repetição do que em cada estrutura fracassa remetendo a outra.

Quanto ao termo original *savoir en echec*, duas traduções são possíveis, saber em xeque e saber em fracasso. Seguimos Castello Branco (2014) na opção por saber em fracasso, acompanhando a estrutura em abismo aludida por Lacan e também o fracasso destacado na operação psicanalítica. O saber em fracasso, em oposição ao fracasso do saber – esse último recusado por Lacan – coloca em jogo a reiteração do referido ofício do psicanalista. Esse ofício, diferente de apostar na verdade, como afirma Lacan, traceja o fracasso do saber, faz furo no saber, onde a letra aparece como borda, “a borda do furo no saber, não é isso que ela [a letra] desenha?” (Lacan, 1971/2003, p. 18).

A esse questionamento da plena fé na verdade como ofício do psicanalista apresentado por Lacan, Castello Branco (2000) acrescenta a inquirição da verdade por meio da escrita da qual a letra é contorno rasurado: “A própria *escritura*, porém, duvida que essa *verdade* possa enunciar-se assim tão plenamente, assim como se entre as palavras e as coisas não houvesse o véu da linguagem” (p. 52, grifos da autora). Esse véu da linguagem que, de acordo com a autora, se faz presente entre as palavras e as coisas aponta para o saber em fracasso ao não corresponder coisa e palavra, desliza da verdade e fazendo da letra seu aporte possível para esse furo repetido na estrutura da linguagem.

Quanto à articulação entre literal e litoral é ainda a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* que se faz referência. Sobre a materialidade literal da carta/letra extraída do conto

de Poe, Lacan (1971/2009) questiona-se: “será que a letra não é o literal a ser fundado no literal?” (p. 109). Assim define em seguida o litoral:

O litoral é aquilo que instaura um domínio inteiro como formando uma outra fronteira, se vocês quiserem, mas justamente por eles não terem absolutamente nada em comum, nem mesmo uma relação recíproca. Não é a letra propriamente o litoral? A borda do furo no saber que a psicanálise designa, justamente ao abordá-lo, não é isso que a letra desenha? (Lacan, 1971/2009. p. 109).

Como aponta Mandil (2003), sendo a fronteira uma marca simbólica entre territórios homogêneos, uma marca arbitrária da cultura que distingue e separa radicalmente duas estruturas, o litoral seria o encontro entre mundos heterogêneos, encontro rasurado que não distingue nitidamente um e outro. Castello Branco (2000) afirma ainda que através da escrita, entre Simbólico e Real, a letra e seus limites demarcam o litoral, tangenciando “o inominável, o impronunciável, o Real” (p. 39).

Dessa definição do litoral, Lacan (1971/2009) parte para a constituição dos dois mundos heterogêneos dos quais a letra faz marca e rasura, afirmando então que “entre o gozo e o saber, a letra constituiria o litoral” (p. 110). É ainda Castello Branco (2000) que aponta a letra mais uma vez como litoral entre simbólico e real que faz borda no gozo, “esse ‘vazio escavado pela escrita’ a que se refere Lacan” (p. 73). A autora assinala esse vazio escavado pela escrita como abrigo capaz de acolher o gozo.

Antes de seguirmos a trilha do que Lacan esclarece sobre a relação entre gozo e saber que se estabelece ao redor da noção de letra, o autor mais uma vez dedica-se à distinção entre letra e significante.

Lacan (1971/2003) parte de uma questão essencial antes de fazer essa distinção: “Resta saber como o inconsciente que digo ser efeito de linguagem, por ele pressupor a estrutura desta como necessária e suficiente, comanda essa função da letra” (p. 18). Essa questão gira em torno do problema de como pressupor o inconsciente funcionando através da letra e não pelo significante.

Tendo Lacan em *O seminário sobre “A Carta Roubada”, A instância da letra no inconsciente* e ainda outros textos, estabelecido o funcionamento do inconsciente a partir do encadeamento significante – como acreditamos ter parcialmente demonstrado no capítulo anterior – agora se dedicando mais detidamente à noção de letra, às interpenetrações entre psicanálise e literatura e mesmo à função do escrito em psicanálise, a pergunta anterior se faz operativa na medida em que a letra faz borda ao que escapa do funcionamento significante.

Se é ao gozo, ao real, ao efeito de feminização e à impossibilidade de inscrever a relação sexual que Lacan se aproxima, questionar-se como o inconsciente funcionaria partindo da noção de letra se coloca como imperativo para as elaborações lacanianas. Pretendemos na sessão dedicada à letra como operador de leitura em psicanálise, desdobrar essa pergunta e tentar vislumbrar hipóteses provisórias sobre essa questão.

Todavia, já em *Lituraterra* e *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*, Lacan (1971/2003, 1971/2009) aponta que o destaque desse funcionamento da letra como litoral entre gozo e saber, não autoriza descartar o uso que fez da letra – em semelhança ao significante – em *A instância da letra no inconsciente* para demonstrar o funcionamento da metáfora e da metonímia como efeitos de frase.

Segundo Lacan (1971/2009) ainda que a letra simbolize os efeitos do significante, esse fato não permite pressupor-se um primarismo nos efeitos para os quais serve de instrumento. Para o autor, “impõe-se menos o exame desse primarismo, que nem sequer deve ser suposto, do que o daquilo que, pela linguagem, convoca o litoral para o literal” (p. 110). Ou seja, ao contrário de supor uma anterioridade da letra como litoral em torno do gozo e do saber ou como literal no transporte significante da metáfora e da metonímia, deve-se prestar a análise de como a linguagem convoca o litoral para o literal.

Ao analisar os caminhos da noção de letra, Ritvo (2000) demarca que no contexto de *Lituraterra*, Lacan faz uso do que trabalhou anteriormente sobre a letra em relação e proximidade ao significante. Para o autor, “quando Lacan diz que a letra faz o limite entre o saber e o gozo, esse limite é letra pulsional; portanto, anterior ao inconsciente, mas ao mesmo tempo condição e horizonte do inconsciente” (Ritvo, 2000, p. 15). Mais do que destacar a anterioridade concedida pelo autor a um ou outro conceito ou estrutura, nos interessa ressaltar os termos condição e horizonte.

Sem confundir letra e significante e sem atribuir primazia ou anterioridade a um ou a outro, nos parece que a correlação entre as duas noções é o que importa para elaboração da letra como litoral entre saber e gozo. Ao caracterizar a letra como condição do inconsciente, nos parece que é à função de transporte do significante nas formações do inconsciente que a letra está referida. Ao pontuar a letra como horizonte do inconsciente, Ritvo (2000) parece aproximar essa afirmação da pergunta de Lacan quanto à função da letra comandada pelo inconsciente.

Seguimos com Lacan (1971/2009) que aponta:

Nada do que escrevi, com a ajuda de letras, sobre as formações do inconsciente, para resgatá-las daquilo com que Freud as enuncia mais simplesmente, como fatos de linguagem, nada permite confundir, como se tem feito, a letra com o significante. O que escrevi com a ajuda de letras sobre as formações do inconsciente não autoriza a fazer da letra um significante, e a lhe atribuir, ainda por cima, uma primazia em relação ao significante (p. 110).

Essa recusa à primariedade da letra como literal ou como litoral nos remete diretamente ao método indicado na sessão “*Articulações entre os desdobramentos do ensino laciano*” do capítulo anterior. O desdobramento da noção de letra não franqueia uma coincidência entre letra e significante e ainda menos um abandono do que foi trabalhado por Lacan em torno do significante nos anos anteriores¹⁴, já que como apontamos em outra oportunidade “para que uma letra se decante e possa ser lida faz-se necessário um uso da articulação significante” (Machado et al., 2018, p. 116). Retornaremos a esse ponto.

Voltando ao litoral entre gozo e saber, Lacan (1971/2003, 1971/2009) recorre a poéticas geográficas, mais especificamente a uma viagem que fizera ao Japão e o vislumbre da planície siberiana para articular esse litoral¹⁵. O autor aproxima os traços da escrita com o traço do escoamento das águas nas nuvens naquela planície, uma vez que esse escoamento indica mais do que o relevo, uma paisagem desolada, dando a ver apenas “reflexos desse escoamento, que empurram para a sombra aquilo que não reluz” (Lacan, 1971/2009, p. 113).

Partindo desse escoamento de onde o litoral pode ser vislumbrado, segundo Mandil (2003) Lacan aproxima mais uma vez a letra da raiz latina *litura*, indicando o sentido de rasura. A letra pode ser pensada então como rasura, mas “rasura de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra. *Litura* pura é o literal” (Lacan, 1971/2003, p. 21). Como aponta Mandil (2003): “Lacan conjuga a tentativa de encontrar a palavra que mais se aproxime daquilo que busca expressar – a palavra mais próxima da “coisa” – com o traço fundador, primeiro, por meio do qual o sujeito sentir-se-ia plenamente identificado ou designado” (p. 50).

Essa menção ao traço nos remete à noção de traço unário, como concebido por Lacan (1961-62/2003) em *A identificação: seminário 1961-1962* e definido por Neves & Vorcaro

¹⁴ Inclusive, é a essas ideias que ele recorre, por exemplo, no ano seguinte em *O seminário, livro 19: ... ou pior* para articular a noção do significante Um.

¹⁵ Ateremo-nos, em relação ao Japão e ao oriente, ao que Lacan articula em torno da planície siberiana para caracterizar a ideia de litoral. De todo modo, não ignoramos a importância que a escrita e a caligrafia oriental tem para o desdobramento da noção de letra no ensino de Lacan. Reservamo-nos a indicar a leitura de Andrade (2013, 2015) que afirma, por exemplo, que “essa outra cena da escrita chinesa pode ser vista como uma resposta laciana a Derrida, mas não só a ele. Uma outra cena, diferente do debate travado pelos linguistas, críticos ou não da teoria laciana do significante” (Andrade, 2013, p. 179).

(2011) como “inscrição de um significante que marca a diferença fundamental, retirando o ser de sua condição de pura necessidade, inserindo-o no campo do Outro, da linguagem” (p. 282). O sujeito que se designa pelo apagamento do traço é o agente da extração do literal desse literal. Para que esse sujeito seja então operador de extração dessa letra:

É preciso um embalço que só consegue quem se desliga de seja lá o que for que o traço [raye]. Entre centro e ausência, entre saber e gozo, há literal que só vira literal quando, essa virada, vocês podem tomá-la, a mesma, a todo instante. É somente a partir daí que podem tomar-se pelo agente que a sustenta (Lacan, 1971/2003, pp. 21-22).

Segundo Mandil (2003) essa aproximação da letra à rasura do traço exerce o transporte “aos limites da linguagem e, por que não dizer, do próprio simbólico” (p. 50). Limites apagados que levam Lacan à abordagem do gozo, por meio desse saber em fracasso que a letra constitui borda, furo e rasura.

À metáfora geográfica do escoamento Lacan (1971/2009) retorna, destacando na mesma a predominância da rasura, apontando que ao se produzir entre as nuvens, esse escoamento se mistura com sua fonte. Essa é a própria figura do literal descrita a partir da visão que Lacan tem da planície siberiana voando do Japão à França. Entre as nuvens, aparece a planície, os sulcos e o caminho das águas.

A respeito das nuvens, Rubião (2006) resgata a referência de Lacan a Aristófanes em *Lituraterra*, para situar a razão desse recurso no texto. Lacan (1971/2003) aponta que é “nas nuvens que Aristófanes me conclama a descobrir o que acontece com o significante: ou seja, o semblante por excelência, se é de sua ruptura que chove, efeito em que isso se precipita, o que era matéria em suspensão” (p. 22).

Como assinala Rubião (2006), Lacan convoca as nuvens de Aristófanes para construir a metáfora das nuvens de significantes, formação distinta da cadeia de significantes. Para a autora, nesse contexto:

O significante é, por excelência, o semblante. A metáfora das nuvens alude, até certo ponto, à esfera do significante, por sua textura vaporosa, volátil, instável, como vimos a propósito de sua inserção no contexto da peça de Aristófanes, em que elas representam a particularidade mutante das palavras que servem para tudo. Alude também, claramente, ao domínio dos semblantes, uma vez que tocam o domínio do parecer, promovendo o intercâmbio das imagens. As nuvens são dotadas, simultaneamente, de um componente de violência, que marca a interrupção desse processo de transmutação: podem gerar os raios, as trovoadas estrondosas, as tempestades (Rubião, 2006, p. 266).

Desenvolvendo a abordagem do significante, como apresentada no capítulo anterior, no contexto de *Lituraterra*, o significante se configura para Lacan como semblante. Da suspensão e da rasura desse semblante, o que irrompe é o gozo, convocando a dimensão corporal da escrita em seu litoral com o campo do saber.

Como assinala Mandil (2003), essa descrição das nuvens serve de apoio para designar o litoral entre as dimensões do simbólico e do real que a letra destaca na escrita. Afirmando que a terra não é mais suficiente para atestar esse litoral, é ao que marca a inscrição na terra, ou seja, a água que precipita das nuvens que Lacan recorre para sustentar sua *lituraterra*.

A mistura do escoamento da água com sua fonte serve para Lacan (1971/2003) afirmar a letra como efeito de suspensão do significante: “o que acontece com o significante: ou seja, o semblante por excelência, se é de sua ruptura que chove, efeito em que isso se precipita, o que era matéria em suspensão” (p. 22).

Lacan parece colocar em perspectiva, como mais uma vez nos mostra Mandil (2003), por um lado uma aproximação entre as nuvens, o significante e o semblante, por outro, as águas e seus cursos que produzem rasuras e sulcos sobre as planícies, e, entre esses dois domínios, uma precipitação, que forma os riachos que cavam a terra. Em outras palavras, “de um lado, o simbólico, em suas diversas formações. Do outro, o gozo que escoo e escava a terra. Entre eles, uma continuidade, mas também um rompimento” (Mandil, 2003, p. 52).

O artifício à geografia siberiana parece funcionar em torno da tentativa de Lacan em posicionar a letra no litoral entre gozo e saber. O rompimento do semblante, do limite da linguagem, aponta para o que no gozo resiste ao saber. Lacan (1971/2003) destaca isso ao fazer coincidir a figura litoral siberiana e o litoral da letra entre gozo e saber: “O que se evoca de gozo ao se romper um semblante, é isso que no real se apresenta como ravinamento das águas” (p. 22).

O ravinamento – formação de depressões, sulcos na terra – articula o litoral da letra com a dimensão de gozo que se apresenta na escrita, dimensão que o significante e o semblante não abarcam, surgindo então, a noção de letra como litoral e seus efeitos:

É pelo mesmo efeito que a escrita [*écriture*] é, no real, o ravinamento do significado, aquilo que choveu do semblante como aquilo que constitui o significante. A escrita não decalca este último, mas sim seus efeitos de língua, o que dele se forja por quem a fala. Ela só remonta a isso se disso receber um nome, como sucede com os efeitos entre as coisas que a bateria significante denomina, por havê-las enumerado (Lacan, 1971/2003, p. 22).

O litoral da letra parece conjugar então, o simbólico e aquilo que se destaca dele. O significante – que como componente da linguagem é também semblante – precipita-se e o gozo que daí irrompe é o material com que a letra escava, ravina o significado, inscrevendo com esse gozo que escoia da precipitação significante, sulcos e bordas, tracejando o que a linguagem não apreende.

Com essas novas formulações em torno da letra, Lacan (1971/2009) quer firmar a distinção entre a letra (como litoral) e o significante: “A escrita, a letra, está no real, e o significante, no simbólico” (p. 114). Todavia, é com a linguagem, com o material simbólico do significante que a letra opera, destacando nas repetições de gozo, a letra que cai do significante. Na clínica, é a partir do que se pode ler nas falas dos pacientes, do que constitui gozo e, portanto, repete no encadeamento significante, que se pode recolher uma letra que ali sulque o material da linguagem.

Ao reiterar a inexistência da metalinguagem, Lacan (1971/2003, 1971/2009), demarca a impossibilidade de que alguma estrutura ou fator extralinguístico ateste a verdade, destacando como a letra na psicanálise opera a partir do saber em fracasso, apontando para “a dimensão de repetição, de busca contínua da melhor inscrição, de escavação incessante sem termo final” (Mandil, 2003, p. 51).

Nas palavras de Lacan (1971/2003), “não há metalinguagem, mas o escrito que se fabrica com a linguagem é material talvez dotado de força para que nela se modifiquem nossas formulações” (p. 23). Dos caminhos rasurados que a letra percorre no material da linguagem, pode-se produzir uma escrita que, fazendo uso da linguagem, modifique a estrutura dessa última.

Ao abordar a escrita no número “Literatura e psicanálise” da revista *Littérature*, Lacan sugere a aproximação desses dois campos através da articulação da noção de letra como o que maneja a linguagem, produzindo na literatura e na clínica, efeitos de discurso que ultrapassem o semblante. Esse ultrapassamento da escrita no campo da linguagem – ainda que se servindo de seu material –, parece ser o que Derrida (1967/2014a) sugere tomando o texto freudiano para propor uma escrita fundada no pensamento do traço.

Parece ser também do que Lacan dá testemunho ao abordar a prática da letra de Marguerite Duras e James Joyce, por exemplo, mas ao mesmo tempo, o que quer instituir na clínica, a leitura dessa letra que se depreende da linguagem:

Será possível, do litoral, constituir um discurso tal que se caracteriza por não ser emitido pelo semblante? É essa a pergunta que só se propõe pela chamada literatura de vanguarda, a qual, por sua vez, é fato de litoral: e portanto, não se sustenta no

semblante, mas nem por isso prova nada senão a quebra, que somente um discurso pode produzir, com efeito de produção (Lacan, 1971/2003, p. 23).

Dessa pergunta formulada em torno do enunciado *de um discurso que não seria do semblante*, Lacan (1971/2009) responde com os efeitos, efeitos de produção do “fato de litoral”. Essa resposta retoma o que o autor aponta no início do seminário, recuperado por nós na introdução desse capítulo, quanto à irrupção provisória desses efeitos de discurso.

A letra litoral carrega consigo as formulações em torno da função literal articulada em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*. Sendo, de acordo com aquelas formulações transporte do significante, fazendo uso das articulações significantes inscritas no discurso (semblante), a letra litoral sulca esse material com o gozo inscrito na linguagem, apontando que “de vez em quando existe o real” (Lacan, 1971/2009, p. 31).

Para Lacan (1971/2003), a escrita produzida pelos efeitos de real que a letra realiza no gozo da repetição da linguagem, escrita essa que comporta as figurações provisórias do real, distingue-se radicalmente do material de onde esses efeitos destacam-se. Como afirma o autor, “nada é mais distinto do vazio escavado pela escrita do que o semblante” (Lacan, 1971/2003, pp. 24-25).

Marcando a diferenciação que Lacan opera entre significante e letra, simbólico e real, Vorcaro (2004) destaca a operação clínica da letra, sublinhando o rompimento com o sentido que o gozo impõe e a evocação dessa falta de sentido como passagem do litoral ao literal:

A letra é a rasura do rastro do sujeito, que rompe o sentido (definível como efeito de semblante da chuva de significantes) e precipita o que era matéria em suspensão, reproduzindo a parte do que subsiste do sujeito num alojamento do recalado. Ao mesmo tempo que participa da perda, a letra é condição do gozo intraduzível, que faz do litoral o literal. Fazendo sulco (erosão) no significado, a letra evoca o gozo e inscreve-se em exterioridade ao simbólico. Este vazio cavado pela letra é receptáculo que acolhe o gozo, permitindo o artifício de invocá-lo (p. 167).

O interesse crescente de Lacan por essa escrita que ultrapassa o semblante e contorna o real pelos efeitos literários e clínicos da letra leva o autor, ao final desse texto, a apontar uma reordenação do privilégio anteriormente concedido à fala, observado, por exemplo, em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*.

A aproximação desses textos – de Poe, Duras, Joyce – que promovem um “deslocamento literário” (Lacan, 1971/2009, p. 107), aos quais Lacan alude em torno do termo *lituraterra* e de seus efeitos de divisão sobre o sujeito, o leva a parcialmente destituir a hierarquia e relevância entre o registro da fala e da escrita: “em outras palavras, o sujeito é

dividido pela linguagem como em toda parte, mas um de seus registros pode satisfazer-se com a referência à escrita, e o outro, com a fala” (Lacan, 1971/2003, p. 24).

A destituição dessa hierarquia responde parcialmente às críticas endereçadas por Derrida (1975/2007) a Lacan quanto ao privilégio concedido à fala em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*. Se a leitura de Derrida dedicava-se especificamente àquele texto de Lacan, recorrendo parcialmente a alguns outros textos dos *Escritos*, as elaborações feitas por Lacan em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* e *Lituraterra* reconfiguram a estrutura hierárquica que se colocava, ainda que se faça a ressalva do interesse clínico. Essa reconfiguração permite que Derrida reconheça em *Pour l’amour de Lacan* esse esforço teórico de Lacan. Nos deteremos a esse ponto nas considerações finais desse trabalho.

Entretanto, essa abordagem da literatura constituída a partir de *Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein* e desenvolvida em *Lituraterra* e o desdobramento da noção de letra que permite abordar na clínica o que o gozo marca e depreende da fala como um modo de ler o sintoma, não permite instituir um privilégio da escrita, mas conceder a cada um dos registros, o que compete na divisão do sujeito.

Lacan (1971/2003) afirma que, “uma ascese da escrita não me parece ser aceitável senão ao se unir a um “está escrito” mediante o qual se instauraria a relação sexual” (p. 25). Essa sentença enigmática que encerra *Lituraterra* parece apontar exatamente para a impossibilidade de inverter a hierarquia entre fala e escrita e indicar o que se opera com os dois registros na clínica. Além disso, Lacan assinala também o tema da relação sexual e sua impossível inscrição, tema que, conjugado com as elaborações da letra como litoral servirá de recurso para a retomada que faz do conto de Edgar Allan Poe nesse seminário, interesse da próxima sessão desse capítulo.

4.2 Resgate de *O seminário sobre “A carta roubada”*

4.2.1 Narração e escrita, fala e escrita

Ao iniciar sua retomada do conto de Poe, Lacan (1971/2009) afirma que não sem razão seus *Escritos* se iniciaram com o texto sobre o conto, já que, “essa era, em suma, a melhor maneira de fazer uma introdução a meus *Escritos*” (p. 91). O que se inscrevia ali como carta [*lettre*], segundo o autor, tinha sentido diferente da referência à letra [*lettre*] no texto *A instância da letra no inconsciente*.

No que diz respeito a essa carta tema do texto inicial dos *Escritos*, Lacan (1971/2009) afirma que o essencial de sua estrutura é que não se sabe seu conteúdo, mas tem um sentido que se possa dizer dele, um sentido suspeito, dada a precipitação dos personagens em torno dos efeitos dos deslocamentos dessa carta.

Ao comentar o destino da carta no conto de Poe, Lacan (1971/2009) afirma na tradução do título *The purloined letter*, a carta *que se extravia* ou a carta *retida*, em oposição à carta roubada, já que como aponta, “ela chega a seu destino” (p. 92). Tendo cumprido sua função e chegado ao seu destino, a carta não poderia ser roubada, mas desviada, extraviada, retida. Como epístola, Lacan (1971/2009) afirma que ela chega não para um ou outro, mas a todos que não podem compreendê-la ou entender seu substrato, seu material. Antes de tratar a trajetória da carta pelo seu efeito de feminização e pelo falo, Lacan (1971/2009) retoma muito brevemente a questão do narrador do conto. Voltaremos mais uma vez a essa querela.

Lacan (1971/2009) afirma Poe como narrador da história. Apesar dessa afirmação, lança a questão: “O narrador da história é aquele que a escreve?” (p. 87). Remetendo os leitores ao texto de Proust para encontrar alguma resposta, Lacan afirma que sem a leitura de Proust, nós, os leitores, acreditaríamos que “o narrador da história é um simples fulano meio asmático e, em suma, muito bestalhão em suas aventuras” (p. 87).

Ainda que insuficientemente desenvolvida, essa passagem nos dá testemunho do que observamos no capítulo anterior, tanto em relação à posição do narrador para Lacan, quanto em sua análise do conto de Poe e no pós-escrito desse texto, quanto ainda na homenagem a Marguerite Duras. Do conto de Poe, Lacan (1957/1998a) extrai primeiramente do narrador em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* uma posição de extimidade, ele faz parte da estrutura do conto, ainda que não se apresente no centro da atenção da trama. O narrador ali lê e narra os personagens destacando a repetição que figura em cada cena.

No pós-escrito *Parênteses do parênteses*, Lacan (1957/1998a) aponta o narrador como um dos afetados pelos efeitos da carta/letra. Despojando-se da tarefa de esclarecer o que a carta queria dizer, ao ler sua história e a relatar, o narrador insere nessa descrição, um pouco de si, o que poderíamos aproximar dessa negação de Lacan sobre o narrador como um sujeito “asmático e, em suma, muito bestalhão em suas aventuras” (p. 87).

Já em *Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein*, Lacan (1965/2003) localiza a estrutura da narração na angústia inescapável de narrar um objeto inapreensível. Ciente da impossibilidade de seguir os passos da personagem de Duras, o que resta ao narrador é narrar a angústia com que é capturado, compondo-se de todas as vozes

narrativas sobre a personagem. Naquele caso tratava-se da personagem Lol, mas poderia se referir também à carta retida do conto de Poe da qual não se pode saber seu conteúdo.

Mais uma vez, não se trataria de uma narração desavisada, mas uma operação onde o narrador está ciente do enredamento da estrutura do texto, onde lê os personagens no uso que a prática da letra faz dos efeitos do inconsciente. Já que não se pode apossar do objeto da narração, como também não se pode apreender o inconsciente, é a partir dos contornos dos efeitos que a letra sulca no texto que o narrador advertido dessa impossibilidade inscreve sua voz no texto.

Lacan (1971/2009) repete ainda a afirmação de que Poe é o narrador: “o incontestável é que o narrador, o sujeito do enunciado, aquele que fala, é Poe” (p. 98) e questiona em seguida: “Será que não são radicalmente diferentes aquele que escreve e aquele que fala em seu nome, a título de narrador num escrito? Nesse nível, isso é sensível” (p. 98).

A esse par fala e escrita é também preciso retornar para mostrar as concepções de Lacan sobre o tema, além de procurar algumas hipóteses para a pergunta sobre a diferença entre quem escreve e quem fala em seu nome.

Ao tratar a relação entre escrita e fala, Lacan (1971/2009) faz referência indireta a Derrida, apontando uma aparente discordância com o filósofo:

Denunciar a referida presença como logocêntrica, como já se fez, denunciar a ideia da fala inspirada, como se costuma dizer, em nome disso, da fala inspirada – e é claro que podemos rir disso, podemos imputar à fala toda a burrice em que se extraviou um certo discurso –, e nos conduzir a uma arquiescrita mítica, unicamente constituída, em suma, pelo que é justificadamente percebido como um certo ponto cego que podemos denunciar em tudo o que já se cogitou sobre a escrita, bem, nada disso serve para nada (p. 72).

Podemos vislumbrar aqui certa distância entre o que Derrida nomeia como *arquiescrita* e o modo como Lacan a apresenta no excerto acima. Se o filósofo sugeriu uma *arquiescrita*, não foi no intuito de uma restituição mítica de uma escrita anterior em origem a outro sistema. Esse quase-conceito pretende resgatar o sistema diferenciafl de rastros presentes na escrita, destacando suas modalidades de espaçamento e temporalização que não se deixam apreender em modalidades da presença, como mostrado no primeiro capítulo dessa dissertação.

Se a crítica ao logocentrismo e à metafísica da presença elaborada por Derrida se dirigia a um fonocentrismo na filosofia e no pensamento ocidental – e também a Lacan de *O seminário sobre “A Carta Roubada”* – não era no sentido de sugerir uma inversão da já consolidada hierarquia entre fala e escrita. O objetivo dessa crítica ia mais em direção a uma

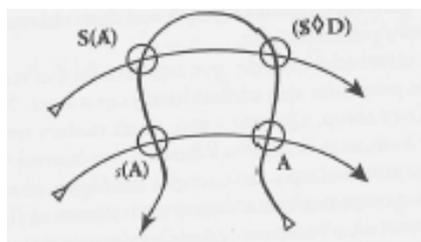
desconstrução ou dessedimentação desses estratos solidificados, eliminando o caráter representativo e secundário que era atribuído à escrita, sem, no entanto sugeri-la como anterior ou primária em relação à fala.

Esse objetivo aproxima-se bastante da abordagem de Lacan (1971/2009) em *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*, ao tomar duplamente e sem divisão hierárquica o que os efeitos e funções da fala e da escrita constituiriam em relação ao inconsciente e ao sujeito.

A oposição entre Lacan e Derrida parece tratar do que se perde entre o que se “disse, não disse, terá dito ou não terá dito, fez dizer, deixou dizer” (Derrida, 1996, p. 58), do que com Derrida (1996) resta ou não resta daquilo que se arquiva. A crítica de Derrida (1975/2007) à análise de Lacan do conto de Poe, apesar de bastante justificada, analisava apenas o texto de 1957 de Lacan e alguns outros de anos próximos, ainda que quando da data de sua publicação, 1975, a retomada de Lacan do conto de Poe já tivesse sido exposta – no próprio seminário 18 – como também toda a construção em torno da função do escrito na psicanálise.

Nas menções indiretas de Lacan à Derrida, como na referida acima, quase sempre se trata de assimilações pouco aprofundadas, além de apresentarem um tom alarmista e defensivo em relação ao que o filósofo havia articulado em crítica à psicanálise, como mostrado nas referências de um ao outro na introdução dessa dissertação.

Quanto às funções e efeitos da fala e da escrita, Lacan (1971/2009) recorre ao grafo do desejo em versão simplificada – estrutura que figura a escuta analítica – inscrito, reformulado e recuperado ao longo de seu ensino. Se na época de sua elaboração o grafo marcava os caminhos da demanda da fala do paciente contornando seu desejo, Lacan agora o recupera para colocar as funções da fala em relação às funções da escrita:



(Lacan, 1971/2009, p. 75).

Lacan afirma que (1971/2009), “é a partir da fala, é claro, que se abre caminho para o escrito” (p. 57). Ainda que figurasse a função da fala na clínica, o grafo se inscrevia como um escrito, uma escrita lógica da fala. Mesmo que resida uma anterioridade da fala em relação à escrita na observação anterior, Lacan parece colocá-las em relação, apontando mais à frente

que “se a escrita pode servir para alguma coisa, é justamente na medida em que é diferente da fala – da fala que pode se apoiar nela” (Lacan, 1971/2009, p. 75).

Essa ambiguidade permanece, por exemplo, quando Lacan (1971/2009) sustenta concomitantemente que a escrita é representação da fala e que “a escrita é algo que se constata não ser uma simples representação” (p. 84). Estendendo o sentido de representação para repercussão, Lacan (1971/2009) aponta que essa representação que extrapola a função de transpor talvez seja responsável pela criação das palavras¹⁶. Como exemplo, o autor aponta a determinação e moldagem que a escrita opera sob a língua japonesa.

Nesse caminho, Lacan (1971/2009) segue posicionando a fala como anterior e estabelecendo a escrita como “alguma coisa que, de certo modo, repercute na fala” (p. 77), como “algo de que é possível falar” (p. 78), como “aquilo de que falamos” (p. 86). E exatamente nesse ponto da repercussão Lacan associa o *não há relação sexual* e a inexistência da metalinguagem.

A referência à inexistência da metalinguagem aparece mais uma vez marcando a impossibilidade de se ultrapassar a linguagem para outorgá-la, como já havia sido apontado anos antes. Lacan (1971/2009) afirma que, ao fazer, por exemplo, uma demonstração matemática – escrita, portanto – é preciso que se discorra sobre ela, que se articule na fala o que esse escrito aponta, de modo que, sem tal repercussão, essa escrita não seria aceita. Assim, Lacan (1971/2009) declara que “a escrita é aquilo de que se trata, aquilo de que falamos. Não há metalinguagem alguma, no sentido de que nunca falamos senão a partir da escrita. (p. 86).

Logo, Lacan parece não admitir uma independência da escrita em relação à fala e manter também sua posição quanto à anterioridade da fala ao afirmar que “no começo é a fala” (p. 77). Mas, ao colocar a fala e a escrita como dependentes – só pode se falar do que está escrito e a escrita como o que a fala repercute – Lacan abre espaço para pensar-se na função da escrita na clínica redistribuindo o privilégio hierárquico concedido anteriormente à fala.

Essa redistribuição relaciona-se à formulação da não existência sexual já que Lacan (1971/2009) ao sustentar a dissimetria entre homens e mulheres e a impossibilidade do encontro que faça um entre dois, destaca que dessa relação que nunca é sexual, mas sexuada,

¹⁶ Alguns autores apontam em Lacan uma teoria da origem da escrita, delineada no seminário sobre a identificação. Não nos deteremos aqui nesse ponto, indicando a leitura dos livros de Allouch (1995), Rego (2006) e da primeira sessão do segundo capítulo da tese de Fragelli (2011). Para posição contrária, conferir Ritvo (2000, pp. 15-16).

já que há coito, mas não o encontro pleno, afirma “que não haja relação sexual, isso eu já fixei sob a forma de que não há nenhum modo de escrevê-la, atualmente” (p. 77).

Dada à impossibilidade de escrever a relação sexual, é do circuito de gozo que gira ao seu redor que se pode falar. Nesse ponto o vínculo entre escrita e fala, a inexistência da relação sexual e a narração do conto de Poe pode se dar na análise de Lacan.

À pergunta: “Será que não são radicalmente diferentes aquele que escreve e aquele que fala em seu nome, a título de narrador num escrito?” (Lacan, 1971/2009, p. 98), poderíamos supor como resposta que o narrador do conto ecoa o escrito de Poe, acrescentando ali algo de sua própria relação com o gozo. Ainda que se trate de Poe como narrador, suas funções de escritor e de narrador se distinguem, assim como Lacan distingue as funções da fala e da escrita.

4.2.2 *A impossível escrita da relação sexual*

Partindo da construção de M. M. R. Vieira (1998) de que é a partir do aforismo “não há relação sexual” que Lacan (1971/2009) retoma sua própria leitura do conto *A carta roubada* de Edgar Allan Poe, pretendemos desenvolver a relação desse aforismo com os temas do falo, semblante, gozo e o efeito de feminização, e, sobretudo, as relações desses temas com a noção de carta/letra desdobrada conceitualmente em 1971.

Voltando à importância do que articulou na época de *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, Lacan (1971/2009) afirma que o que foi escrito naquele texto, foi feito a partir dos significantes disponíveis para articulação de uma significação mais elaborada, de modo que “é preciso ler a estrutura em suas impossibilidades” (p. 91). Para releitura daquele texto, Lacan indica, portanto, a necessidade de destacar no que se articula dos significantes, o que escapa da estrutura e o que se apresenta como sua impossibilidade.

Assim, Lacan (1971/2009) segue afirmando que, daquela carta/letra que circulava, o que se poderia extrair eram menos os prováveis significados de seu conteúdo e mais sua trajetória e os efeitos subjetivos que essa circulação teria sob os personagens do conto. O principal desses efeitos apontados por Lacan (1971/2009) é o efeito feminizante, já articulado em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e aqui retomado.

Sobre o efeito feminizante, Lacan (1971/2009) o situa no conto de Poe em três diferentes momentos e personagens em relação com a carta/letra, sendo eles, a posição feminina da Rainha, a feminização do Ministro e a feminização de Dupin. Como localiza

Almada (2014) a respeito desse efeito nos personagens do conto analisado por Lacan, “trata-se de uma certa não ação em contraponto a uma explosão passional. Nesse sentido, podemos citar a imobilidade ou languidez, o silêncio sobre a carta/letra e o ato de escondê-la, contrastando com o escândalo e com uma raiva audaciosa” (p. 17).

Em se tratando da Rainha, o ato de virar a carta para baixo, ocultando sua mensagem do olhar do outro, é elemento para Lacan atribuir a ela, ainda em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, o signo “da mulher, uma vez que ela aí faz valer seu ser, fundando-o fora da lei que continua contendo-a, por efeito das origens, em posição de significante, ou até de fetiche” (Lacan, 1957/1998a, p. 35). Lacan (1971/2009) afirma que atribui à Rainha o signo da mulher como efeito do endereçamento da carta, já que ao escondê-la do olhar do Rei, esse ato de ocultação e imobilidade inscreve um fora da lei, efeito da carta/letra, não totalmente apreensível pelo significante que é relacionado à mulher.

Na repetição do ato da Rainha de ocultar a carta, Lacan (1957/1998a) observa como esse efeito de feminização também atinge o Ministro, afirmando que “ao entrar no jogo como aquele que esconde, é do papel da Rainha que ele tem que se revestir, inclusive nos atributos da mulher e da sombra, tão propícios ao ato de esconder” (p. 35).

Quanto a Dupin, para Lacan (1971/2009) a simples passagem da carta por suas mãos o feminizou, dado que “ele não consegue se conter e manifesta uma certa raiva do ministro, o qual acredita já ter posto alguém à sua mercê o bastante para não deixar mais vestígios” (p. 97). Nessa explosão em contraste com o silêncio com qual conduzia a busca pela carta, Dupin “acha-se na posição intermediária antes ocupada pela Rainha e pelo Ministro” (Lacan, 1957, 1998a, p. 42).

De modo geral, Lacan (1971/2009) conclui que a carta/letra “feminiza aqueles que revelam estar numa certa posição – a de estarem à sombra dela” (p. 125). O diagnóstico de Almada (2014) é preciso ao apontar que “com o ‘efeito de feminização’, Lacan localiza algo sobre o feminino que não pode ser completamente explicado a partir da articulação dos significantes” (p. 18).

No ponto em que o significante não dá conta desses efeitos, a carta/letra opera transmitindo-os. Sobre esse efeito da carta/letra, M. M. R. Vieira (1998) aponta que

em 71 ele [Lacan] se pergunta em que a transmissão de uma letra tem relação com o gozo como algo essencial, como algo fundado na organização do discurso. Se tal questão surge inicialmente em relação a [sic] castração, logo a seguir são os efeitos de feminização da carta/letra que ele volta a inquirir, dessa vez em sua articulação com o gozo. (pp. 170-171).

O fato da carta/letra circular no conto de maneira que sua mensagem e significado sejam ocultos dá testemunho sobre o gozo da Rainha, que não apreensível pela materialidade significante da carta/letra, “extraí sua importância do fato de ser ilegível” (Lacan, 1971/2009, p. 98). Por não ser legível, Lacan afirma (1971/2009) que isso tem um sentido e que não entender nada sobre algo – fazendo dupla referência à recepção de seus *Escritos* na época de seu lançamento e ao conteúdo da carta do conto de Poe – é índice de que “se foi afetado por aquilo” (p. 99).

Nesse sentido, a ilegibilidade do gozo da Rainha se relaciona diretamente com o escrito, e é ao mito escrito de *Totem e Tabu* que Lacan (1971/2009) recorre para afirmar essa relação. Para o autor, se *A carta roubada* veicula esse efeito feminizante “é porque o mito escrito, *Totem e tabu*, foi feito exatamente para nos apontar que é impensável dizer *A mulher*” (p. 99)¹⁷.

Ao apontar a impossibilidade de dizer da mulher a partir de uma unidade do conjunto de mulheres e como saída dizer de uma a uma, do gozo de cada uma, Lacan parece caminhar para o que aponta Almada (2014) em relação a um desdobramento da perspectiva sobre o feminino. Como aponta a autora, a perspectiva lacaniana do feminino nesse seminário comporta uma face articulável ao semblante fálico e passível de interpretação e outra não legível. Lacan (1971/2009) articula então a impossibilidade de escrita desse gozo à representação da mulher como letra, ao afirmar que “A mulher, insisto, essa que não existe, é justamente a letra – a letra como significante de que não há Outro” (Lacan, 1971/2009, p. 102).

A referência d’A mulher como letra da impossibilidade de inscrição do gozo indica esse resto do efeito de feminização que não é apreensível pela articulação do significante/semblante fálico justamente por acessar o gozo como índice do real que resiste e é irreduzível à apreensão pela linguagem.

Assim, Lacan (1971/2009) inscreve a função da carta de Poe de abrir seus *Escritos* como testemunho do que Freud desenvolveu, “se ela [a carta] serve para alguma coisa da ordem do sexo, certamente não é para uma relação sexual, mas para uma relação, digamos, sexuada” (p. 122). Para Lacan a diferença entre as duas apresenta-se a partir do fato de que, se por um lado, como Freud apontou, tudo que é do campo da linguagem mantém relação com o

¹⁷ Ao ler o texto *Totem e tabu* de Freud (1912-13/2012), Lacan (1971/2009) extrai da figura do pai primevo que goza de todas as mulheres a afirmação que o universal da mulher não existe, já que “o que é designado pelo mito do gozo de todas as mulheres é que *o todas as mulheres não existe*” (p. 64, grifo do autor). Para Lacan, ao passo que possuir ou gozar de todas as mulheres configura-se como uma impossibilidade, desdobra-se a hipótese de que se possa abordar algo em torno do gozo de “*certa mulher*” (Lacan, 1971/2009, p. 64, grifo do autor).

sexo, por outro a relação sexual, ou seja, a correspondência, a completude ou o pleno encontro simétrico entre os dois sexos, não pode se inscrever na linguagem.

Lacan (1971/2009) afirma que não é que a relação sexual não possa ser enunciada na linguagem, mas que ela não é inscritevel, “se digo *inscritevel* é porque o exigível para que haja função é que, pela linguagem, possa produzir-se algo que seja expressamente a escrita, como tal, da função” (p. 123, grifos do autor).

Ao afirmar que a linguagem não dá conta da relação sexual, Lacan (1971/2009) assinala que essa impossibilidade é justificada porque com a inscrição que é capaz de operar seu comentário – aos moldes da narração, diríamos – a linguagem não consegue afirmar uma inscrição efetiva do que seria a relação sexual, já que ela relacionaria *homem e mulher*, sexos especificados pelo masculino e feminino em seres falantes, seres que habitando a linguagem, extraem dela um uso que é o da fala, diferente da escrita, como tentamos apontar, anteriormente.

Para Porge (2009), em Lacan, a impossibilidade da inscrição da relação sexual tem por consequência que o homem e a mulher “habitam a linguagem”, fazendo desse lugar de exílio um modo de confrontar o seu ser com o gozo do qual se está excluído. Isso é demonstrado pela análise do conto a partir da maneira como os personagens gravitam em torno dessa exclusão do gozo que a carta/letra porta, podendo falar ou agir segundo o modo como foram afetados por ela.

Ao destacar a estatização da relação sexual, localizando-a na relação entre o Rei e a Rainha no conto de Poe, destacando por sua vez, a estrutura de ficção da verdade, Lacan (1971/2009) afirma que a carta/letra assume a função de se relacionar com a acentuada deficiência da promoção, arbitrária e fictícia da relação sexual. E é exatamente nesse ponto que Lacan (1971/2009) afirma que “adquirindo valor, a carta/letra *levanta* sua questão” (p. 124, grifo nosso).

Essa função de “levantar” aponta justamente para a possibilidade de enunciação em oposição à impossibilidade de inscrição da relação sexual. Ao levantar essa questão, a carta/letra permite que, sem fixar sentido, sem estatizar a relação sexual ao modo de uma inscrição literal, pode-se recolher o que se enuncia dela, sem, no entanto, reduzi-la a um encontro simétrico entre os sexos. Como M. M. R. Vieira (1998) afirma:

Ao se assegurar de um operador do sentido [falo] e de seu limite, Lacan extrai um ponto não redutível ou decifrável do sentido, um impossível de cifrar: o “não há relação sexual”. Esse ponto – operador da falta – é central para diferenciar a teoria

psicanalítica de um pan-sexualismo ou mesmo de uma hermenêutica do sentido. (p. 172)

Essa localização de um limite do operador fálico – que apesar de não se apresentar explicitamente em *O seminário sobre “A Carta Roubada”* fazia-se ali presente – funciona também como uma resposta a Derrida de *O carteiro da verdade* que apontava um transcendentalismo e centralidade do significante fálico. O descentramento do falo no contexto de *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* permite que Lacan (1971/2007) acesse a abertura que indicava Derrida quanto à escrita pensada para além do campo da linguagem.

Fazendo litoral entre o gozo e uma inscrição saber, a letra rasura as inscrições da linguagem, lendo o gozo que se destaca no que se diz e apontando para o impasse de formalização que o “não há relação sexual” representa.

O destaque do aforismo “não há relação sexual” continua no ensino de Lacan, principalmente em *O seminário, livro 20: mais, ainda* e no escrito correspondente *O aturdido*. Apesar de nosso intento principal com essa questão seja a articulação desse tema com a noção de letra, recorreremos às leituras de Badiou (2013) e Cassin (2013) quanto à presença dessa fórmula no texto no escrito lacaniano para melhor fundamentar o que queremos apontar na sessão em relação à operatividade clínica da noção de letra na leitura em psicanálise.

Cassin (2013) aponta que em *O aturdido* de Lacan, o sentido é sempre equívoco e ali nomeado de “ab-senso”. Como Badiou (2013) bem recorda, esse ab-senso é uma característica do real, que em sua ausência de sentido, deve ser distinto do sem sentido. Para Badiou, a abertura de acesso ao real só é possível como “uma ausência no sentido, um ab-senso, ou uma subtração do, ou ao sentido” (p. 67).

Sobre a formulação “não há relação sexual” Cassin (2013) afirma que esse princípio e sua relação com a letra são explicitados em *De um discurso que não fosse semblante e Mais, ainda* e adverte ainda para a essencialização dessa fórmula, que não quer negar o coito, o encontro sexual, já que como lembra Lacan (1971/2009), “afinal, nós fazemos amor, não é?” (p. 101). A carta/letra veicula justamente a impossibilidade de inscrição da relação sexual, como mostrado a partir do conto de Poe, ainda que possa, como Lacan mesmo afirma, levantar sua questão, sua subtração de sentido.

Ainda na relação do ab-senso como nome do real com a letra, Cassin (2013) afirma que ele está ligado aos impasses da lógica (a relação sexual não se escreve) e à letra como jogo de palavras. Para a autora, à diferença do sentido, no ab-senso “suas aparições

monótonas, lapsos, sintomas e interpretações, têm a vantagem de ser estranhas” (Cassin, 2013, p. 56).

Essa estranheza irrecobrável pela atribuição de sentido converge com a função litoral da letra entre saber e gozo, que na operação do saber em fracasso, na monotonia da repetição, lê as repetições que se mostram nas formações inconscientes, sem atribuir-lhes sentido.

Como aponta Badiou (2013), a distância entre ausência [*absense*] de sentido e sem-sentido [*non-sens*] só pode ser observada por Lacan em correlação com o sexo, com “o real do inconsciente, e que é o fato de que não há relação sexual” (p. 67). A noção de “senso ab-sexo” inscrita por Lacan vem nomear essa ausência de sentido sexual, essa noção “é uma fórmula, a fórmula que diz que não há relação sexual” (Badiou, 2013, p. 67).

O que Badiou (2013) destaca é que esse real do “não há” ou sua notação na fórmula “senso ab-sexo” é o que pode ser extraído da abertura de espaço que há entre o sentido e o sem sentido, “que o sentido ab-sexo possa ali vir à luz numa posição de acessibilidade mínima, comprova-se, *só-depois*, numa transmissibilidade que concerne ao ato analítico” (pp. 71-72).

Nossa aposta de que a letra seria uma noção operativa no sentido de trazer à luz essa ausência de sentido, extrai seu assentimento da impossibilidade colocada por Lacan e destacada por Badiou quanto à inseparabilidade do triplete saber-verdade-real. Para Badiou (2013), em Lacan seria impossível atestar uma verdade do real, ao passo em que se pode apenas destacar verdade “na medida em que há função do real no saber” (p. 73). Também seria impreciso apontar um saber do real¹⁸, quando de fato o que há é “produção de um saber no âmbito do senso ab-sexo, mas não se trata de um saber do senso ab-senso como tal” (p. 74). Badiou (2013) sublinha também o impossível de um saber da verdade, sendo possível emergir verdade de um saber “desde que um real funcione nele. . . a verdade de um saber se mede no fato de que algo do real do senso ab-sexo venha a funcionar nele” (p. 74).

Esse triplete indecomponível atesta justamente a operação da letra litoral, que, do gozo veiculado pelas cartas/letras não pode fazer mais do que demarcar esse espaço desdobrado entre instâncias heterogêneas, sublinhando essa rasura no que resiste na atribuição de sentido. Essa rasura ganha diferentes nomes em Lacan: furo no saber, saber em fracasso, ab-senso, senso ab-sexo, e caracteriza esse ponto entre o sentido e o sem sentido, fazendo por uma figuração momentânea trazer à luz essa ausência de sentido.

¹⁸ Vorcaro (2004) define essa dimensão lacaniana como “a coisa inapreensível este cúmulo de sentido que constitui enigma, o único quinhão de saber que se tem. Enquanto dimensão pura de existência (Há), é obstáculo do qual nada pode ser deduzido. A incessante impossibilidade de se dizer disso qualquer coisa faz com que esse existente sustente a repetição do indefinível” (p. 68).

Para Badiou (2013) o real em Lacan não é proposto como algo incognoscível e menos ainda como um ponto cognoscível, “a tese de Lacan é a de uma exterioridade do real à antinomia entre o conhecer e o ignorar” (p. 78). Entre o conhecer e o ignorar, o modo de abordagem do real é via demonstração, o que pode ser produzido num ato analítico de transmissão, que pode aqui ser pensado a partir da noção de letra.

4.3 A operatividade clínica da letra no ato de leitura em psicanálise

Se ao início dessa pesquisa não intentávamos desenvolver uma interrogação clínica, a investigação teórica da noção de letra no ensino de Lacan nos levou a destacá-la como um operador do ato de leitura da clínica psicanalítica.

O projeto da desconstrução de Derrida – aí incluindo à crítica a *O seminário sobre “A Carta Roubada”* de Lacan – nunca pretendeu se levantar como uma proposta clínica. O exame da teoria, da práxis e da institucionalização da psicanálise por parte de Derrida tinha como propósito pensar filosoficamente a psicanálise, através dos procedimentos observados por Duque-Estrada (2002) como a dessedimentação das hierarquias do pensamento clássico e o rompimento com os pares conceituais tradicionais.

No caso de *O carteiro da verdade*, Derrida (1975/2007) analisava a investigação lacaniana do conto *A carta roubada* de Edgar Allan Poe, a partir do que denominava de fonocentrismo, um privilégio da fala sobre a escrita observada no destaque das falas dos personagens no conto e na omissão da narração. Derrida (1975/2007) apontava também ali o uso instrumentalizado da literatura por parte de Lacan, como um modo de ilustrar sua teoria sobre a determinação significativa no inconsciente.

Além desses pontos, muitos outros, como destacamos no primeiro capítulo foram decisivos para que Derrida (1975/2007) indicasse como a noção de carta/letra funcionava nas observações de Lacan do conto como materialidade inquebrantável, indestrutível e indivisível do significante. Para o filósofo, a associação da carta/letra com o significante, com a primazia da voz e da fala, com a verdade e com a transcendentalidade do conceito de falo, levaram Lacan a defender a idealidade apontada no destino sempre a ser cumprido pela carta/letra.

De todo modo, essas críticas da desconstrução não se dirigiam com o intento de uma alteração clínica da psicanálise. No entanto, o percurso no texto *O seminário sobre “A Carta Roubada”* e o desdobramento da noção de letra no contexto nos anos 1970 nos levam a observar nesse desenvolvimento conceitual uma possibilidade clínica a ser destacada.

Não se trata de uma novidade pensar a operatividade clínica da noção de letra associando-a ao ato de leitura em psicanálise – empreendimento já efetuado, por exemplo, por Miller (2011) e Mandil (2012) – mas, a associação desse ponto como algo que se extrai da crítica derridiana nos incentiva a percorrer aqui o que esses autores apontaram em relação a essa efetividade clínica para destacar nossa posição.

Tratando do que chama de “saber ler” na prática da psicanálise, Miller (2011), afirma que esse saber é uma propriedade do analista, que se transfere para o analisando que deve aprender a saber ler, não no sentido pedagógico. O autor localiza na práxis psicanalítica a leitura e a escuta como modos de operar não excludentes, afirmando que

a psicanálise não é apenas uma questão de escuta, de *listening*, ela é também questão de leitura, de *reading*. No campo da linguagem, sem dúvida, a psicanálise toma o seu ponto de partida na função da palavra, mas ela refere esta à escrita. Há uma distância entre falar e escrever, *speaking* and *writing*. É nesta distância que opera a psicanálise, é esta diferença que a psicanálise explora (Miller, 2011, p. 2).

Essa dupla incidência da escuta e da leitura, de um lado, e do falar e escrever, do outro, está em consonância com as distintas funções da escrita e da fala observadas por Lacan (1971/2009). Enquanto o significante estaria referido à fala e à escuta, à interpretação a ser operada desvelando o sentido oculto, a letra participa das funções da leitura e da escrita, apontando para a ausência de sentido lida no que resiste à interpretação. Miller desenvolve esse ponto mais à frente, mas já aqui destaca a coexistência dessas duas operações na clínica.

Aludindo ao sintoma como o que há de mais real na psicanálise e tomando o real como um ser indiferente aos equívocos de linguagem e do semblante, Miller (2011) ressalta duas facetas do sintoma, uma seria a verdade e a outra o real. Por uma via, aquela inaugurada por Freud com a interpretação dos sonhos, se interpreta o sintoma na mesma via, “se interpreta em função de um desejo e que ele é efeito de verdade” (p. 9). Por outra via, os resíduos dessa interpretação também já observados por Freud – o “umbigo dos sonhos” entre outras figuras freudianas da irrepresentabilidade –, subsistem, demarcando esses restos sintomáticos resistentes à interpretação.

Para Miller (2011) o sintoma é testemunho de um acontecimento que faz marca no corpo. Segundo o autor, essa marca no sentido freudiano de *Anzeichen* (indício), produz um *Ersatz* (substituto)¹⁹, sinalizando a substituição de um gozo dispensável e substituível no lugar do gozo que seria tomado como natural do corpo. Por isso, Miller (2011) afirma que “o gozo

¹⁹ A referência de Miller aqui é a seguinte passagem do texto *Inibição, sintoma e angústia* de Freud (1926/2014): “O sintoma é indício e substituto de uma satisfação instintual que não aconteceu, é consequência do processo de repressão”. (pp 19-20).

em questão no sintoma não é primário. É produzido pelo significante. E é precisamente esta incidência significativa o que faz do gozo do sintoma um acontecimento, e não apenas um fenômeno” (p. 11). O gozo tido como natural do corpo se desvia e é na incidência do significante no corpo que esse gozo é nomeado, atribuído de sentido pelo sujeito, pelo fato “do seu sintoma ser interpretável” (Miller, 2011, p. 11).

Na via interpretável do sintoma, Miller (2011) sublinha como na história da psicanálise a “superestrutura mítica” (p. 12) do quadro edípico por vezes suprimiu os sintomas, interpretando-os e reduzindo-os ao quadro dessa estrutura, alimentando os sintomas de sentido. É nesse ponto que Miller (2011) introduz o que chama de leitura do sentido em oposição à escuta do sentido. Para ele “ler um sintoma vai no sentido oposto, quer dizer, consiste em privar o sintoma do sentido” (p. 12).

Para Miller (2011) a escuta está sempre atrelada ao sentido, que chama outro sentido, na estrutura da cadeia significante, etapa intrínseca à análise dos sintomas em psicanálise. Todavia, é preciso explorar, como indica o autor, a ultrapassagem dessa conferência de sentido, tomando distância dessa constrição. É nesse caminho que o desdobramento conceitual da noção de letra parece apontar no ensino de Lacan, para o recolhimento dessa letra que *cai* do que se lê na clínica. Leitura que recolhe, demarca as figurações mínimas da ausência de sentido que se inscreve.

O ato de leitura em psicanálise indica para o que resta da interpretação, não se tratando de estabelecer um ultrapassamento da interpretação, da fala, da escuta, do significante, já que é a partir desse trabalho, do seu coeficiente e de seus restos que pode-se destacar a letra desse senso ab-sexo. Como afirma Miller (2011) “a leitura, o saber ler consiste em manter à distância da palavra o sentido que ela veicula, a partir da escrita como fora do sentido, como *Anzeichen*, como letra, com a sua materialidade” (p. 13).

Esse foi exatamente o trabalho de Lacan (1957/1998a, 1971/2009) em relação ao conto *A carta roubada*. O destaque da carta/letra e os efeitos que essa provocava nos sujeitos afetados por seu trajeto interessavam muito mais do que o conteúdo que essa carta/letra carregava. O sem sentido destacado em sua materialidade era o que Lacan extraía de sua leitura

Inicialmente, por uma certa primazia da fala, uma hierarquia que rebaixava a escrita na análise lacaniana de *O seminário sobre “A Carta Roubada”*, que essa distância da palavra e do seu sentido foi possível para Lacan (1957/1998a), destacando a materialidade e o trajeto indestrutível da carta. Posteriormente, na sua retomada do conto, Lacan (1971/2009) faz da carta/letra associada à função da escrita o modo de evidenciar a distância do sentido,

estabelecendo esse litoral espreado entre saber e gozo, marcando o senso ab-sexo entre um total sem sentido e um sentido fixado.

Essa operação de leitura estendida e estendível à clínica recebe da literatura essa abertura para o fora do sentido. Em Lacan, da ilustração da verdade operada com o conto de Poe ao deixar-se afetar pela Babel literária de Joyce que incide diretamente nos conceitos psicanalíticos, passando pela homenagem que destaca o inapreensível dos textos durasianos, o encontro entre psicanálise e literatura marca a inscrição, a leitura e a marca de irrepresentabilidade. Desse modo, como aponta Castello Branco (2016) poderíamos elidir a conjunção *e* entre esses dois campos e sustentar uma *psicanálise literária*, “migalha psicopoética, não-toda em citação, porque também em trabalho de invenção” (sem paginação).

Retomando o texto de Miller (2011), a função da letra no ato de leitura é assim definida:

a interpretação que se sustenta ao nível da palavra não faz mais que inflar o sentido, a disciplina da leitura aponta para a materialidade da escrita, para a letra enquanto ela produz o acontecimento de gozo que determina a formação de sintomas. O saber ler visa este choque inicial, que é como um *clinamen* de gozo – *clinamen* é um termo da filosofia dos estóicos (p. 13).

O efeito do significante sobre o corpo que produz esse gozo significantizável, passível de atribuição de sentido, produz também uma letra de gozo que mesmo produzindo sintomas, resta sem significação, sem representação. O termo *clinamen* mencionado por Miller é trabalhado por Bernardi (2000) a partir da concepção de Lúcrecio. Segundo Bernardi (2000), “o *clinamen* introduz o jogo da necessidade e do acaso naquilo que poderia ser pensado como o determinismo do universo” (p. 108). Para o autor, esse conceito assinala que na queda no vazio de elementos atômicos também chamados de letras (*littera*), esses são afetados por um desvio ou *clinamen* produzindo o resto que é material para a origem do mundo e das coisas²⁰.

Essa imagem aproxima-se da precipitação das nuvens apontada por Lacan (1971/2003) em *Lituraterra*, onde o rompimento dos significantes ou semblantes produz uma letra a ser recolhida, sem que se trate de algo localizável como uma fronteira, sendo na verdade, um litoral entre territórios heterogêneos.

²⁰ O texto onde Bernardi (2000) aborda o conceito *clinamen* é um estudo sobre o termo em Derrida. Como não se trata diretamente de tal associação aqui, indicamos a leitura do texto como referência. Em linhas gerais o autor aponta a associação semântica do termo *clinamen* que Derrida (1983) mostra, indicando a proximidade das raízes latinas de queda e acaso. Tal proximidade leva o autor a afirmar a imprevisibilidade como experiência comum entre tais palavras, imprevisibilidade que condiciona a estrutura do acontecimento como pensado por Derrida.

Para concluir, Miller (2011) aponta que um sintoma é um etcetera, uma retomada do mesmo acontecimento, sustentando que pode-se “fazer muitas coisas com a reiteração do mesmo. Precisamente podemos dizer que o sintoma é, neste sentido, como um objeto fractal, porque o objeto fractal mostra a reiteração do mesmo pelas aplicações sucessivas lhe dá as formas mais extravagantes” (p. 14). Se mais uma vez podemos apontar o funcionamento da letra no ato de leitura é salientando a operação do saber em fracasso que nas repetições sustenta a reiteração do ofício do psicanalista, onde a letra não faz mais do que borda nesse furo de saber.

Seguindo os rastros do texto de Miller, Mandil (2012) destaca na condução freudiana do caso de Dora duas dimensões do sintoma, uma apreendida pelo sentido e outra que persiste opaca à significação, sendo a dimensão capturada pelo sentido, aquela que está enquadrada no fantasma, enquanto a dimensão que resiste a significação pode ser observada na tosse da paciente. Essas duas dimensões distinguem de um lado, um gozo do corpo vivo e de outro, o gozo marcado pelo significante.

A partir de sua análise da condução de Freud do caso Dora, Mandil (2012) aponta que a leitura do sintoma pode ocorrer de duas formas, ou se lê uma multiplicidade de sentidos ou se lê afastando-o de todas as significações. Orientados por essa última perspectiva,

a leitura de um sintoma consiste no esforço para ler o grão de areia no interior da pérola, o grão de areia em torno do qual a pérola se formou. A metáfora do grão de areia não deixa de evocar aqui outra metáfora, a que Lacan criou sobre a letra como “litoral”. Um litoral como algo diferente de uma fronteira, na medida em que ele articula dois lados heterogêneos, como a terra e o mar. Dito de outro modo, a letra como elemento simbólico, que pode ser receptáculo do gozo, como elemento simbólico no qual o gozo pode ser circunscrito para além de toda significação. (Mandil, 2012, p. 46).

Mais uma vez, essa circunscrição do gozo efetuado pela letra, como a metáfora do grão de areia inassimilável, mantém o gozo em sua ausência de sentido. E é esse resto da operação que Mandil (2012) faz referência ao resgatar o que Lacan afirma a respeito do ato de leitura em psicanálise, comparando-o com o esforço a se fazer ao ler *Finnegans Wake* de James Joyce, onde “se produz algo que, como significado, pode parecer enigmático, mas que é mesmo o que há de mais próximo daquilo que nós analistas, graças ao discurso analítico, temos de ler – o lapso” (Lacan, 1972-73/2008, p. 42).

Em *O seminário, livro 20: mais, ainda*, Lacan (1972-73/2008) retoma a função da escrita afirmando que a letra se lê, como uma carta. Essa letra, ele a caracteriza como feita a partir do prolongamento da palavra, de sua extensão. Para ele,

no discurso analítico, só se trata disto, do que se lê e tomando como o que se lê para além do que vocês incitaram o sujeito a dizer, que não é tanto, como sublinhei da última vez, dizer tudo, mas dizer não importa o quê, sem hesitar em dizer besteira. (pp. 32-33)

A leitura dessa letra que escreve na clínica parte dessa sustentação para além do que foi dito, para além da conferência de sentido, indicando, como lê Mandil (2012) deste trecho de Lacan, um lugar vazio da significação.

Outra dimensão do ato de leitura em psicanálise é também extraído por Mandil (2012) desta mesma lição do seminário de Lacan, a dimensão do ler-se, do sujeito do inconsciente que sabe ler e que pode aprender a ler. Lacan (1972-73/2008) afirma que esse aprender a ler não se relaciona de modo algum “com o que vocês possam escrever a respeito” (p. 43).

Mandil (2012) interpreta essa afirmação deduzindo que o que o inconsciente pode aprender a ler no empreendimento de uma experiência analítica é algo que não pode se escrever, algo que toca diretamente a impossibilidade da escrita da relação sexual e que, a partir dessa impossibilidade de inscrição, deixa como marca, um traço da dimensão da letra. O autor afirma então que ao introduzir o matema $S(A)$, o significante da falta do Outro, Lacan havia renunciado essa abertura, uma vez que “esse significante pode ser considerado como uma letra, uma letra a ser lida com ‘um grão de areia’, e não como um significante à espera de uma significação” (Mandil, 2012, p. 47).

Assim, ao percorrer esses textos de Miller (2011) e Mandil (2012) intentamos assinalar a função da letra no que circunscrevemos, partindo de Lacan, como ato de leitura em psicanálise. Como havíamos demarcado anteriormente, esse ato de leitura serve-se do trabalho com o significante e da desapropriação de sentido que esse trabalho propõe a partir disso, demarcando o que resiste fora desse sentido, na tentativa reiterada de bordear algo do que faz marca da impossibilidade de escrever a relação sexual.

É esse sentido que, por exemplo, o trabalho da unidade de pesquisa ‘Prática da letra’ do Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro articulou em torno da função da leitura e da escrita na clínica psicanalítica. Holck, em conversação com Oliveira & Rezende (2014) expõe de forma clara o tipo de produção que tentamos assinalar a partir da noção de letra no ensino de Lacan em relação com o significante:

para que a análise chegue a essa leitura que estamos propondo, primeiro é preciso produzir esse esvaziamento do sentido corriqueiro. Bom, uma vez que se produz um deserto, a leitura já não é mais do analista, cabe ao analisante se servir desses objetos,

através da sua própria leitura, já fora do sentido habitual. (Oliveira & Rezende, 2014, p. 259).

Cientes de que a noção de letra encontra outros desdobramentos e caminhos no ensino lacaniano, como a letra na lógica, na álgebra, na topologia e mesmo a letra mais singular de Lacan, o *a* com que grafa sua concepção de objeto, tencionamos estabelecer nesse capítulo como essa noção se transfigura na retomada que Lacan faz de sua análise de *A carta roubada* de Poe, sem, no entanto, se desfazer do que já havia sido desenvolvido alguns anos antes em *O seminário sobre “A Carta Roubada”*.

O modo como Lacan relê esse conto e se deixa afetar por uma literatura que se inscreve a partir dos restos e rasuras do texto, uma literaterra extraída da literatura, é mote para essa abertura para a escrita a partir do *Seminário 18* no ensino lacaniano. Essa abertura também é um modo de estabelecer uma resposta possível à crítica de Derrida em *O carteiro da verdade*, tentando preservar o que daquela crítica reside ainda no interior da teoria e práxis psicanalítica e o que pode escapar, indicando a abertura que Derrida esperava por parte da psicanálise a respeito da preservação da originalidade do significante literário.

Nas considerações finais desse trabalho retomaremos os encontros e desencontros entre esses dois autores e o que pudemos extrair como especificidade desse diálogo a partir do percurso que essa dissertação propôs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso dos textos de Derrida, buscamos assinalar o projeto de desconstrução da metafísica da presença e do logocentrismo na filosofia, através da análise do rebaixamento da escrita numa relação hierárquica com a fala. Procuramos destacar em especial a crítica endereçada ao texto *O seminário sobre “A carta roubada”* de Lacan. Essa análise sublinhada no texto *O carteiro da verdade* é retomada brevemente por Derrida (1996) em *Pour l’amour de Lacan*, ao indicar alguns dos motivos da discordância com o texto de Lacan.

Segundo Derrida (1996) esses motivos poderiam ser resumidos nas seguintes pontos retirados do texto lacaniano: o trajeto próprio e circular da carta/letra, a verdade como adequação ou readequação, a “fala presente” ou a “fala plena”, a desqualificação da técnica de gravação e sua impossível interposição na situação analítica, a posição transcendental do falo, o fonocentrismo explícito e massivo, “o desconhecimento/desconsideração (*méconnaissance*) ou a não consideração da estrutura literária da narração, a omissão do quadro, do jogo de assinaturas e notadamente de seus efeitos parergonais” (p. 77) e uma escamoteação dos efeitos de duplo no texto de Poe.

Todos esses motivos em conjunto levaram Derrida (1975/2008; 1996) a apontar uma idealização da carta/letra n’*O seminário sobre “A Carta Roubada”* Lacan, “uma identidade ideal” (Derrida, 1996, p. 78) que faz com que Derrida insira na análise do destino, da destrutibilidade e da destinerrância da carta/letra, uma aporia de indecidibilidade, afirmando a possibilidade de não chegada pertencente a sua estrutura, já que “sem essa ameaça (ruptura de contrato, divisão ou multiplicação, partilhassem retorno do falo atingido num instante pela Rainha, isto é, por todo ‘sujeito’), o circuito da carta não teria sequer começado” (p. 491).

Entretanto, como afirma Derrida (1996), sua leitura do texto *O seminário sobre “A carta roubada”* “não pretendia encerrar ou esgotar aí Lacan. . . mais somente tratar uma configuração forte e relativamente estabilizada do deslocamento lacaniano” (p. 79). Derrida aponta, inclusive, um acento sobre a escrita no ensino lacaniano, reconhecendo, por exemplo, a afirmação de Lacan (1972-73/2008) de que “o significante não pode limitar-se de modo algum a esse suporte fonemático” (p. 25).

Essa afirmação que é apresentada em *O seminário, livro 20: mais ainda* por Lacan (1972-73/2008), já encontrava seus esboços apresentados na retomada de Lacan do conto *A carta roubada* de Poe. No resgate desse texto literário, Lacan (1971/2009) já isolava o próprio da fala da especificidade do escrito. A noção de letra esboçada nesse seminário inclusive

corresponde a uma das formas de abertura à escrita e à inscrição do irrepresentável, preservando o não-sentido constituinte da realidade inconsciente.

Tal movimento teórico no interior do ensino lacaniano pode ser lido como um deixar-se afetar pelas análises de Derrida. Esse rearranjo não se apresenta como um resultado da leitura de Derrida por parte de Lacan, mas pode ser entendido a partir do cruzamento entre o ensino desses dois autores, o que esse trabalho objetivou alcançar.

Além dessa reconfiguração no ensino de Lacan, marcando uma abertura paulatina à escrita, sua função no inconsciente e suas modulações a partir da literatura, da lógica e da topologia, pudemos extrair como uma consequência desse percurso, a hipótese de que a noção de letra a partir de *O seminário, livro 18: de um discurso que fosse semblante* possa ser tomada como um operador de leitura na clínica psicanalítica.

Essa hipótese pode, de certo modo, ser corroborada pelas articulações posteriores de Lacan, principalmente em *O seminário, livro 20: mais, ainda*, onde Lacan (1972-73/2008) onde afirma a respeito do ato de leitura:

A letra, lê-se, como uma carta. Parece mesmo feita no prolongamento da palavra. Lê-se, e literalmente. Mas não é justamente a mesma coisa ler uma letra, ou bem ler. É evidente que, no discurso analítico, só se trata disto, do que se lê e tomando como o que se lê para além do que vocês incitaram o sujeito a dizer, que não é tanto, como sublinhei da última vez, dizer tudo, mas dizer não importa o quê, sem hesitar em dizer besteiras (p. 33, grifos nossos).

Acreditamos que a leitura de que se trata na clínica psicanalítica, passando pela letra como o que se destaca do sintoma e das falas (ainda que besteiras), seja uma operação próxima ao modo como Lacan concebe a literatura em seu ensino. Para Lacan, nos textos de Duras e Joyce e também no discurso de quem se coloca na posição de analisando, o que se pode ler é o despojamento da tentativa de apreensão do objeto narrado e a crescente observação da inscrição do não-sentido nas letras de gozo, a partir de um abandono da ilustração em favor da abertura ao saber em fracasso.

Nesse contexto, a escrita para Lacan vai se aproximar da fala de modo não hierarquizado. A escuta e a fala são apenas parte do que se faz em análise, tornando clara a necessidade de se considerar o que se escreve e o modo como se escuta. Como Lacan (1972-73) afirma, a respeito desse entendimento da escrita, o significado não se apreende do que se ouve, “mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve de significante” (p. 39). Nesse lugar do significado é igualmente acolhido o não-sentido como o que é passível de se significar do que se lê, ensinamento depreendido do percurso de Lacan.

A partir disso, poder-se-ia perguntar, como fez Major (2002), se existe uma psicanálise derridiana, se essa psicanálise extraída do cruzamento dos textos de Lacan e de Derrida poderia carregar o nome próprio de Derrida. Como afirmamos, Derrida nunca pretendeu fazer psicanálise, mas se ocupou, como aponta, de “uma potente reconstituição filosófica, filosofante da psicanálise que articulava e assumia e religava com a maior consequência todos os motivos que se ofereciam de outra parte, não sem resistência, a alguma coisa como uma interpretação genealógico-desconstrutora” (p. 73).

Apostamos que possa existir, não uma psicanálise derridiana, mas uma psicanálise que inclua em sua teoria a abertura para a desconstrução derridiana, fazendo valer em seu *corpus* os ecos de Derrida. Resguardando a especificidade clínica que separa o fazer teórico desses dois autores, afirmamos no cerne da psicanálise que se faz com a proximidade dos textos de Derrida, a abertura às letras literárias e às letras de gozo das escritas em análise.

Valemo-nos da homenagem a Lacan em *Pour l'amour de Lacan*, quando Derrida (1996) afirma que se amaram, não havendo motivo para se espantar frente a *um* sozinho sustentar um *nós*, *nós nos amamos*, Derrida (1996) pontua que “isso é também um dos fenômenos mais comuns da destinerrância. Ele infringe à destinação da carta/letra uma deriva interna na qual ela pode sempre nunca retornar, mas sobre a qual nós deveremos retornar” (p. 61).

Gostaríamos de com esse trabalho ter feito parte desse retorno à deriva do *entre* Lacan e Derrida inscrito no título dessa dissertação. Certos de que, aqui não esgotamos nem os encontros e desencontros entre Lacan e Derrida, nem os desdobramentos da noção de carta/letra em Lacan – que recebe outros contornos, lógicas e amarrações – e também certos de que a hipótese aqui apontada da letra como operador de leitura em psicanálise requer continuidade na investigação, esse retorno se faz mais uma vez necessário.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2017). Sem título. (B. R. Bethônico, Trad.). In M. C. Fenati (Org.) *Infância* (pp. 14-15). Belo Horizonte: Chão de Feira.
- Aires, S. (2005). Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. *Revista do GEL*, 2, 215-230. Recuperado em 21 de agosto de 2017, de <https://revistadogel.gel.org.br/rg/article/viewFile/249/180>.
- Allouch, J. (1995). *Letra a letra: traduzir, transcrever, transliterar*. (D. Duque Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Allouch, J. (2010). *O sexo do mestre – O erotismo segundo Lacan*. (P. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Almada, F. (2014). *Lacan, Poe e os efeitos de feminização pela carta/letra: semblante, silêncio e gozo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Andrade, C. (2013). *A interpretação analítica e a escrita poética chinesa*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Andrade, C. (2015). *Lacan chinês: poesia, ideograma e caligrafia chinesa de uma psicanálise*. Maceió, AL: EDUFAL.
- Arantes, P. (2003). Hegel no espelho do Dr. Lacan. In S. Safatle (Org.). *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise* (pp. 43-74). São Paulo: Editora UNESP.
- Badiou, A. (2013). Fórmulas de “O aturdido”. In A. Badiou & B. Cassin. *Não há relação sexual: duas lições sobre “o aturdido” de Lacan*. (C. Berliner, Trad.) (pp. 61-82). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bennington, G. & Derrida, J. (1996). *Jacques Derrida* (A. Skinner, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernardi, C. (2000). Aforisma e clinamen como forças mobilizadoras do devir humano. In E. Nascimento & P. Glenadel (Orgs.). *Em torno de Jacques Derrida* (pp. 106-116). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Bernardo, F. (2014). Contratempos – do amor: filosofia, amor e melancolia. *Revista Filosófica de Coimbra*, 23(46), 223-262. Recuperado em 6 de setembro de 2017, de https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/35579/1/RFC46_artigo2.pdf
- Cassin, B. (2013). O ab-senso ou Lacan de A a D. In A. Badiou & B. Cassin. *Não há relação sexual: duas lições sobre “o aturdido” de Lacan*. (C. Berliner, Trad.) (pp. 9-56). Rio de Janeiro: Zahar.
- Castello Branco, L. (2000). *os absolutamente sós – Llansol – A letra – Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica e FALE/UFMG.

- Castello Branco, L. (2014). A paixão do ler: a leitura no ‘amor em fracasso’. In A. Holck & T. Grova (Orgs.). *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica* (pp. 123-139). Rio de Janeiro: Subversos e ICP-RJ.
- Castello Branco, L. (2016). [Orelha de livro]. In V. Andrade (Org.). *Novo dicionário de migalhas da psicanálise literária*. Belo Horizonte: Cas’ a’ screver.
- Derrida, J. (1967/1994). *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl* (L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Derrida, J. (1967/2013). *Gramatologia* (2ª ed.). (M. Chnaiderman & R. J. Ribeiro, Trads.). São Paulo: Perspectiva.
- Derrida, J. (1967/2014a). A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In J. Derrida. *A escritura e a diferença* (4ª ed.) (pp. 407-426) (M. Nizza da Silva, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Derrida, J. (1967/2014b). Freud e a cena da escritura. In J. Derrida. *A escritura e a diferença* (4ª ed.) (pp. 289-338) (M. Nizza da Silva, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Derrida, J. (1972/1991). A diferença. In J. Derrida. *Margens da filosofia* (J. T. Costa & A. M. Magalhães, Trad.) (pp. 33-63). Campinas, SP: Papirus.
- Derrida, J. (1972/2001). *Posições* (T. T. da Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Derrida, J. (1972/2013). *Esporas, os estilos de Nietzsche* (C. Rodrigues & R. Haddock-Lobo, Trads.). Rio de Janeiro: Nau.
- Derrida, J. (1975/2007). O carteiro da verdade. In J. Derrida. *O cartão postal: de Sócrates a Freud e além* (pp. 457-542) (S. Perelson & A. V. Lessa, Trads.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Derrida, J. (1983). Mes chances. Au rendez-vous de quelques stéréophonies épicuriennes. *Tijdschrift Voor Filosofie*, 45(1), 3-40. Recuperado em 27 de fevereiro de 2018, de <http://www.jstor.org/stable/40884202>
- Derrida, J. (1996). Pour l’amour de Lacan. In J. Derrida. *Résistances de la psychanalyse*. (pp. 55-88). Paris: Galilée.
- Derrida, J. (1996/2015). *Demorar: Maurice Blanchot* (F. Trocoli & C. Rodrigues, Trads.). Florianópolis: Editora UFSC.
- Derrida, J. (1997/2012). Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. (P. Eyben, Trad.). *Revista Cerrados*, 33(21), 229-251. Recuperado em 12 de maio de 2017, de <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8242/6240>.
- Dosse, F. (1993). *História do estruturalismo, v. 1: o campo do signo, 1945-1966* (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

- Duque-Estrada, P. C. (2002). Derrida e a escritura. In P. C. Duque-Estrada (Org.). *Às margens: a propósito de Derrida* (pp. 9-28). Rio de Janeiro: PUC-Rio e Edições Loyola.
- Fragelli, I. (2011). *Alfabestização: perspectivas da articulação sujeito e escrita*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Freire, M. C. (2010) *Escritura e desconstrução da linguagem em Derrida*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Freud, S. (1895/1995). *Projeto de uma psicologia* (O. F. Gabbi Junior, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896/2016). Carta 112 [52]. In *Neurose, psicose e perversão / Sigmund Freud* (M. R. Salzano Moraes, Trad.) (pp. 35-45). Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (1900-01/2014) *A interpretação dos sonhos* (Vol. 1) (R. Zwick, Trad.). Porto Alegre: L&M.
- Freud, S. (1912-13/2012). Totem e tabu. In *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (P. C. de Souza, Trad.) (pp. 13-244). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1919/2010). O inquietante. In *Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (P. C. de Souza, Trad.) (pp. 328-376). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1925/2011). Nota sobre o “Bloco Mágico”. In *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. (P. C. de Souza, Trad.) (pp.267-274). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1926/2014). Inibição, sintoma e angústia. In *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (P. C. de Souza, Trad.) (pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras.
- Haddock-Lobo, R. (2008). *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre, RS: Zouk.
- Iannini, G. (2013). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Johnson, B. (1988). The Frame of Reference: Poe, Lacan, Derrida. In J. P. Muller & W. J. Richardson (Orgs.). *The Purloined Poe: Lacan, Derrida, and Psychoanalytic Reading* (pp. 213-251). Baltimore, EUA: Johns Hopkins University Press.
- Lacan, J. (1945/1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 197-213) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1954-55/1985). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. (M. C. Laznik Penot & A. L. Quinet, Trads.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1957/1998a). O seminário sobre “A carta roubada”. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 13-66) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

- Lacan, J. (1957/1998b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 496-533) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1961/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1961-62/2003). *A identificação: seminário 1961-1962*. (I. Correa e M. Bagno, Trads.) Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife.
- Lacan, J. (1962-63/2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1965/2003). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 198-205). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1966/1998). Abertura desta coletânea. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 9-11). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1968/2003a). O engano do sujeito suposto saber. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 323-340). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1968/2003b). A psicanálise. Razão de um fracasso. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 341-349). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1968-69/2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1970/2003). *Prefácio à edição dos Escritos em livro de bolso*. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 383-388). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1971/2003). Lituraterra. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 15-25). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1971/2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1972-73/2008). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. (M.D. Magno, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1975-76/2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. (S. Laia, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Machado, A. (1997). *Presença e implicações da noção de escrita na obra de Jacques Lacan*. Ijuí, RS: UNIJUÍ.
- Machado, M., Moreira, G., Fidelis, K., Vorcaro, A., Rezende, A., & Mendes, A. (2018). Desdobramentos de uma metodologia: o real nos bastidores da construção do caso clínico. *Affectio Societatis*, 15 (28), 101-123. Recuperado em 19 de janeiro de 2018, de <http://dx.doi.org/10.17533/udea.affs.v15n28a05>

- Major, R. (2002). *Lacan com Derrida*. (F. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mandil, R. (2003). *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Mandil, R. (2012). O ato de leitura em psicanálise. *Opção lacaniana*, 63, 43-50.
- Miller, J.-A. (2007). Nota passo a passo. In Lacan, J. *O seminário: livro 23, o sinthoma* (pp. 199-246). Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J.-A. (2011) Ler um sintoma. *Afreudite - Revista Lusófona de Psicanálise Pura e Aplicada*, 7 (13/14), 1-30, Recuperado em 18 de dezembro de 2016, de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/afreudite/article/view/2483>
- Nancy, J.-L. & Lacoue-Labarthe, P. (1973/1991). *O título da letra: uma leitura de Lacan*. (S. J. de Almeida, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Neves, B., & Vorcaro, A. (2011). Breve discussão sobre o traço unário e o objeto a na constituição subjetiva. *Psicologia em Revista*, 17(2), 278-290. Recuperado em 20 de fevereiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, C. & Rezende, R. (2014). A leitura e o deserto. In A. Holck & T. Grova (Orgs.). *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica* (pp. 249-274). Rio de Janeiro: Subversos e ICP-RJ.
- Peeters, B. (2013). *Derrida*. (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Perrone-Moisés, L. (2014). Escritura ou escritura? In L. Perrone-Moisés. *Com Roland Barthes* (pp. 69-74). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Poe, E. (2017). *Histórias extraordinárias*. (J. P. Paes, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Porge, E. (2009) *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. (V. Veras & P. de Souza, Trans.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Porge, E. (2010). *Lettres du symptôme : versions de l'identification*. Paris : érès
- Rego, C. (2006). *Traço, letra, escrita: Freud, Derrida, Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Ritvo, J. (2000). O conceito de letra na obra de Lacan. *A prática da letra*. 26 (1), 9-24.
- Rodrigues, C. (2010). *Rastros do feminino: sobre ética e política em Jacques Derrida*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Rodrigues, C. (2013a). A literatura entre Derrida e Lacan - dentro/fora das relações de poder. *Viso – Cadernos de estética aplicada*, 13, 25-38. Recuperado em 07 de maio de 2017, de http://revistaviso.com.br/pdf/Viso_13_CarlaRodrigues.pdf.
- Rodrigues, C. (2013b). *Dois palavras para o feminino – hospitalidade e responsabilidade*. Rio de Janeiro: Nau.
- Rodrigues, C. (2016). As palavras e as tarefas do filósofo. *Ao largo*, 3, 1-16. Recuperado em 22 de fevereiro de 2018, de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26029/26029.PDF>
- Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos: 1925-1985* (vol. 2) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rubião, L. (2006). A comédia e a ruptura dos semblantes: notas sobre "As nuvens", em *Lituraterra. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 259-271. Recuperado em 30 de janeiro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000200007>
- Safatle, V. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora UNESP.
- Safatle, V. (2014). Fazer justiça a Freud: a psicanálise na antessala da gramatologia. In R. Haddock Lobo, C. Rodrigues A. Serra, G. Amitrano & F. Rodrigues (Orgs.). *Heranças de Derrida: da linguagem à estética* (Vol. 2) (pp. 7-25). Rio de Janeiro: Nau.
- Schejtman, F. (2015). *Sinthome, ensayos de clínica psicoanalítica nodal*. Olivos, AR: Grama Ediciones.
- Serra, A. (2010). Temporalidade e différance: Derrida, leitor de Freud e Husserl. *Em Tese*, 16(3), 6-22. Recuperado em 04 de maio de 2017, de <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.16.3.6-22>
- Torres, R. (2016). Entrevista com Vladimir Safatle. *Stylus (Rio de Janeiro)*, (32), 253-266. Recuperado em 01 de agosto de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000100026&lng=pt&tlng=pt.
- Trocoli, F. (2016). Flor de amor que morde o peito: Lol V. Stein e o efeito Duras. In N. Leite & S. Aires (Orgs.). *Prática da letra, uso do inconsciente*. (pp. 53-66). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Trocoli, F. & Rodrigues, C. (2015). Traduzir Demeure. In J. Derrida. *Demorar: Maurice Blanchot* (pp. 9-15). Florianópolis: Editora UFSC.
- Veras, V. (2016). Traduzir a falha com a escrita arrebatada de Marguerite Duras. In N. Leite & S. Aires (Orgs.). *Prática da letra, uso do inconsciente*. (pp. 167-175). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Veras, V. (2017). Marguerite Duras, Lol V. Stein: escrita e tradução em andamento. *Revista Letras*, 95, 60-72. Recuperado em 09 de dezembro de 2017, de <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v95i0.49166>

Vieira, M. A. (1999). Cogitações sobre o furo. *Ágora – estudos em Teoria Psicanalítica*, 2(2), 43-52. Recuperado em 20 de fevereiro de 2018, de http://www.litura.com.br/artigo_repositorio/cogitacoes_sobre_o_furo_pdf_1.pdf

Vieira, M. M. R. (1998). *Poe, Lacan e Derrida: o destino da letra*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Vorcaro, A. (2004). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.